001 6960

formação e quão democrática é a sociedade, se nem todos os partícipes têm acesso igual à formação da governança. Todas essas indagações desarticulam os mecanismos de subordinação e atualizam os preceitos fundamentais, como a liberdade e a isonomia material. Dito de uma outra maneira, o embate acerca da díspar relação de redistribuição e de reconhecimento em seres humanos, e a possibilidade de conjugar as dimensões da cidadania a reivindicações fidedignas, como a deputada acabou de forjar a dela, deslegitima paulatinamente arquétipos opressivos e gesta opções alternativas contrárias e críticas. Se, por um lado, perduram, sim, as discriminações contra as mulheres, cujas liberdades ainda são restringidas em muitos estados, sem mencionar os abusos e as violências por elas sofridas, na medida em que a lógica heteronormativa insiste em prevalecer como um nefasto produto sociocultural, por outro, a construção das identidades socialmente edificadas em contextos de opressões, em contextos de opressões, não são rígidas o suficiente para impedir brechas, escapes, fraturas e aberturas no agir dos sujeitos que acabam por impulsionar mudanças e mudanças relevantes. A liberdade é por si só pela sua própria condição insubmissa e ela sempre diz não às forças que procuram controlá-la. E o faz em condições fora do terror e do constrangimento. O faz por meio de um afrontamento contínuo, porque o que está em jogo é a questão das identidades, porque afinal é impossível ao indivíduo, mulheres, indígenas, negros, a qualquer um de nós, renunciarmos às nossas características, às características que compõem a nossa personalidade e a nossa identidade. As lutas de resistência em torno do estatuto da individuação almejam o encontro do eu no mundo. E a democracia radical, como uma possibilidade de todos serem partícipes, é um povir, é uma construção sem pausa a qual todos nós devemos estar atentos. Enquanto isto, pessoas marcadas como diferentes e percebidas como, entre aspas, subordinadas, sempre causarão problemas. Uma alusão que o torna a fazer às mulheres, aos indígenas, aos afrodescendentes, aos homossexuais, aos transgêneros e todos os oprimidos sobre os quais o poder se impõe e interseccionа para reforçar as suas invisibilidades e posições de subalternidade. Não por acaso, quando se fala do ser humano, se fala na soma das suas experiências, e a soma das suas experiências impõe o cuidado de si, mas como cuidar-se de si e tornar-se o que tu és, sem subordinar a diferença à identidade, sem espaços de liberdade que permitam ao homem ser o protagonista da sua própria história e o condutor do seu próprio destino. Acreditar em um mundo que não me persegue, que não me ignora, que não me discrimina, ao contrário, que me considera digno em todos os meus movimentos de inclusão, depende, antes de mais nada, do Estado e que deve servir a todos indiscriminadamente. Isso é um imperativo axiológico que normativa as conquistas civilizatórias diretamente vinculadas aos princípios da democracia. Sabiamente, a história nos ensina a ser proveitoso criar problemas, e nós mulheres sabemos criá-los. E por isso eu digo que este terceiro, e já concluindo a minha fala, que esse terceiro milênio emancipe o gênero feminino e consiga extirpar a mulher da privação que ela imposta e exorcizá-la da fragmentação social. Só assim, entendo eu, frutificará o ideal de autenticidade republicano no qual a conjugação igualitária da cidadania se projeta como um imperativo cívico e moral das sociedades justas. Muito obrigada a todos. Aplausos. Cerimonialista: Senhoras e senhores, neste momento, a fundadora do Movimento Mulheres Municipalistas, senhora Tania Ziulkoski, presta homenagem à ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, pelo seu apoio ao Movimento Mulheres Municipalistas. Neste momento, para finalizar o painel Mulheres Municipalistas, convidamos para fazer uso da palavra a senhora Tania Ziulkoski: Tania Ziulkoski: Boa tarde, senhores e senhoras. Cumprimento às prefeitas Janailsa Taveira Leite, Helena Hermany, prefeita Graça Matos, prefeita Priscila Figueiredo, prefeita Gianni Moura, prefeita Patrícia, prefeita Susi Puccino e Valdetti. Cumprimento a Dalva Christofoletti, fundadora da Confederação Nacional de Municípios. A Dalva é o nosso patrimônio, é a única pessoa viva que foi fundadora da confederação. Nas pessoas dessas prefeitas, eu saúdo as representantes estaduais do Movimento Mulheres Municipalistas. Cumprimento a Delegada Ione, uma parceira que vem nos apoiando no Congresso Nacional. A nossa deputada Soraya não pôde estar presente, mas se fez representar pela deputada Delegada. Um abraço muito especial à ministra Maria Elizabeth Rocha, aliada do MMM e fonte de exemplo de sabedoria jurídica e liderança inspiradora na justiça brasileira. Em nome destas mulheres, que são força e potência, saúdo a todas as municipalistas e a todos os agentes públicos e agentes que estão aqui participando desta XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Senhoras e senhores, municipalistas que participam conosco deste momento histórico e extremamente significativo, este é o sétimo ano de existência do Movimento Mulheres Municipalistas e permanecemos firmes no propósito de dar visibilidade e compartilhar entre gestoras e legisladoras públicas as práticas bem-sucedidas que promovem a inserção da mulher na política, motivando-as e preparando-as para o exercício de mandatos nos poderes locais e com ações exitosas que combatem a violência de gênero e buscam o empoderamento feminino de maneira que fortificadas as mulheres tenham condições de reagir a toda a afronta que visa diminuí-las. Cumprimento também peço desculpas por não ter citado a ex-prefeita de Lourdes, a Gisele Tonkims que hoje é a nossa segunda vice-presidente da Confederação. Nossa atuação em parceria com os governos locais, regionais e federal tem o compromisso de desenvolver e ampliar políticas públicas que tenham como objetivo o engajamento, a valorização e a proteção da mulher em todos os segmentos sociais. Neste ano eleitoral, mais do que nunca, precisamos trabalhar incansavelmente para garantir uma maior representatividade feminina nos espaços de poder. Esta é uma luta não apenas por justiça e igualdade, mas também pela construção de um país mais inclusivo, democrático e justo. Historicamente, as mulheres têm demonstrado

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0012/25 960

uma capacidade extraordinária de liderar e transformar a sociedade. Exemplos não faltam. Vocês vejam o depoimento e toda a fala que nós tivemos da Delegada Ione. Quando ocupamos espaços de poder, trazemos uma perspectiva única e essencial. Nossas propostas vinculam-se com políticas públicas voltadas para a saúde, a educação e proteção social, áreas que muitas vezes lideramos com sensibilidade e eficácia. Mulheres em cargos de decisão têm sido responsáveis por avanços significativos em várias esferas, desde a produção de legislação sobre direitos reprodutivos até implementação de políticas de combate à violência doméstica. Considerando o momento em que vivemos, em conjunto com a ministra Maria Elizabeth, em 2021, realizamos um seminário internacional e publicamos um livro que destacou a trajetória de prefeitas brasileiras, portuguesas e espanholas durante a pandemia da Covid-19. Por meio deles, foi possível constatar que as mulheres prefeitas no Brasil registraram em seus municípios 44% a menos de mortes. Sendo assim, caso fôssemos um país com paridade política, seguindo essa estatística, 75 mil vidas poderiam ter sido poupadas. No entanto, apesar dos aparentes esforços e da legislação vigente, a realidade nos mostra que o percentual de mulheres eleitas mal passa da metade do que está previsto na lei. Isto é inaceitável. As leis não podem ser burladas manipulando as campanhas políticas, o que acaba por resultar em números pífios de mulheres eleitas. Precisamos de uma fiscalização rigorosa e de um compromisso genuíno dos partidos políticos para que o número de candidatas não seja apenas o mínimo proposto pela lei, mas que reflita uma verdadeira oportunidade de promover mais lideranças femininas e eleger mais mulheres. A política, por muitas vezes, aparenta ser um espaço onde as mulheres não são bem-vindas. Um exemplo gritante dessa realidade é a falta de direito à licença maternidade para prefeitas e vereadoras, um direito fundamental, que não é assegurado por nossa Constituição Federal. Essa omissão não só evidencia a desigualdade de gênero dentro dos espaços de poder, mas também desrespeita a dignidade das mulheres que, além de exercerem suas funções públicas com competência e dedicação, são também mães e, na maioria das vezes, são compelidas a optar entre a atuação política e a maternidade. Com vistas a mudar esse cenário, o MMM apresentou, com o apoio da Delegada Federal Ione, uma proposta de emenda constitucional para assegurar a todas as mulheres na condição de agentes políticas, sejam elas prefeitas, vices, vereadoras, governadoras, deputadas, estaduais ou federais, senadoras e secretárias ou ministras de Estado, e ainda presidente da República, o direito ao gozo de licença maternidade, férias remuneradas e um décimo terceiro salário. Nossas deputadas e senadoras têm um papel crucial para mudar essa realidade. Devem trabalhar por projetos de leis que garantam condições de governabilidade para todas as mulheres, especialmente aquelas que estão na ponta, nas câmaras de vereadores. Muitas vezes essas mulheres são lideranças solitárias. Em 1800 municípios, a vereança é exercida com apenas uma mulher na composição da Câmara, o que as deixa mais vulneráveis à violência política de gênero. Não podemos permitir que mulheres desistam de vida pública por falta de apoio e condições adequadas de governabilidade. Chamando para a responsabilidade da sociedade civil, é fundamental que as comunidades estejam atentas ao trabalho realizado pelas mulheres e não se deixem influenciar pelas violências cometidas contra candidatas eleitas nas redes sociais. A sociedade precisa se unir contra qualquer forma de violência política e assegurar que nossas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Neste momento, não podemos também deixar de chamar a atenção para o trabalho intenso, incansável e heroico que os gestores e as gestoras do Rio Grande do Sul e dos demais estados afetados pela chuva estão realizando e aqui estão representados pela prefeita do município de Santa Cruz do Sul, prefeita Helena Hermany, que teve um total de 19 mil pessoas atingidas entre desabrigados e desalojados, sendo o primeiro município gaúcho a passar ainda no sábado 27, por um temporal com vento e granizo, e dias após enfrentou fortes chuvas que acumularam mais de 600 mm, números impressionantes para um período tão curto. Esses líderes estão na linha de frente, respondendo às consequências devastadoras das mudanças climáticas que exigem ações imediatas e eficazes. O papel dessas lideranças é crucial, especialmente quando consideramos a necessidade urgente de reformas estruturais e mudanças transformadoras em direção à sustentabilidade durante todo o processo de recuperação econômica social que temos pela frente. Essas lideranças serão fundamentais para implementar políticas que não apenas reconstruam o que foi perdido, mas que também construam um futuro mais resiliente e sustentável para todos nós. Nosso trabalho é no sentido de uma vez eleitas, as mulheres estejam preparadas para o desafio de ser uma gestora e para tanto é vital que se empoderem da pauta municipalista e, alinhadas à Confederação Nacional de Municípios, trabalhem em prol de seus municípios. Devemos buscar a integração e o fortalecimento das políticas públicas municipais, promovendo o desenvolvimento local e regional, atentos à população e, em especial, às que mais necessitam. Conclamamos as mulheres para que se inspirem na história de Alzira Soriano, a primeira mulher prefeito do Brasil em 1928. Alzira enfrentou desafios imensuráveis, mas sua coragem e determinação deixaram um legado poderoso. Que cada uma de nós se fortaleça, mesmo quando nos sentirmos sozinhas. Busquemos espaços aqui no Movimento Mulheres Municipalistas. Estamos de portas abertas para todas vocês. Estou aqui reforçando esse compromisso diante desta platéia. Neste ano eleitoral, vamos unir forças, lutar pela nossa representatividade e garantir que mais mulheres ocupem os espaços de poder que merecem e almejam. Juntas, somos mais fortes e podemos transformar a política brasileira. Obrigada. Aplausos. Cerimonialista: Senhoras e senhores, com as palavras da representante do Movimento Mulheres Municipalistas, Dona Tania Ziulkoski. Finalizamos este painel, mas antes de saírem, quero pedir a todas as mulheres participantes do

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

Movimento Mulheres Municipalistas que estão no palco para fazermos uma foto oficial. Mais uma vez, registrando este trabalho excepcional que vem sendo feito ano a ano pelo espaço da mulher na política junto aos municípios. Apresentação de vídeos: Olá, gestores, estamos de volta com a transmissão da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios e vocês acabaram de acompanhar o painel do MMM, o Movimento de Mulheres Municipalistas. Elas trouxeram pautas, reivindicaram as suas medidas para que possa ser ampliado o número de mulheres na política, falaram um pouco do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo MMM para que isso aconteça e agora estão fazendo alguns registros fotográficos. E já em breve, na programação, a gente vai ter a participação de ministros do governo federal que estarão aqui para tratar de assuntos que já foram colocados pelo presidente Lula e eles vão trazer novidades para os municípios. Agora a próxima participação será da ministra de Gestão e Inovação que deve trazer algumas medidas que a pasta deve fazer para trazer qualidade de vida para a população. Em seguida será a vez do Ministro da Educação, Camilo Santana, que também vai ter essa participação aqui na marcha. Na programação, ainda está prevista ainda hoje que as entidades estaduais em parceria com a CNM, façam reuniões de bancadas, sejam no Congresso, aqui também no CICB, onde vão ser reunidos os prefeitos, os participantes da XXV Marcha, juntamente com parlamentares, os deputados e senadores, para que as pautas regionais também sejam debatidas nesse momento político e histórico que é a XXV Marcha. Agora eu deixo vocês na cobertura da programação. Cerimonialista: Informamos a todos mais uma vez que dentro de poucos instantes daremos início ao momento do governo federal com a presença do Ministro da Educação, da Ministra de Estado de Gestão, Inovação e Serviços Públicos, portanto, queremos pedir a todos que permaneçam em seus lugares, dentro de dois minutos estamos dando início ao nosso painel. Precisamos apenas de fazer a recomposição do palco para dar continuidade à nossa programação. Lembrando a todos mais uma vez que é necessário o registro da sua presença na entrada de todas as nossas plenárias para que tendo 70%, no mínimo de 70% de presença, você possa receber o seu certificado de participação da XXV Marcha a Brasília em defesa dos municípios... senhoras e senhores, mais uma vez gostaríamos de agradecer ao apoio da 1Doc CityTech, do Google Brasil, do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa, o Sebrae, da Caixa Econômica Federal, do Serviço Federal de Processamento de Dados, o Serpro, e do Banco do Brasil, BB Seguros e Ourocard Visa, para a realização deste evento. Lembrando a todos, senhoras e senhores, almocem aqui no CICB durante os dias da XXV Marcha. Facilite o seu almoço, utilize o seu voucher adquirindo-o antecipadamente nos guichês volantes identificados. Lembrando mais uma vez que os certificados de participação serão disponibilizados na próxima segunda-feira para todos que obtiverem ao menos 70% de presença e os certificados serão disponibilizados em meio digital no site da Marcha. Não se esqueça de registrar sua presença na entrada das plenárias. Senhoras e senhores, daremos agora início ao painel Governo Federal. É com muita alegria que convidamos para acompanhar o ministro... para acompanhar a ministra de Estado da Gestão, Inovação de Serviços Públicos, Esther Dweck, convidamos o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski. Paulo Ziulkoski: Boa tarde novamente a todos e a todas. Nesse painel agora vamos conversar com a ministra Esther, da Inovação... Gestão e Inovação. Agradecer a sua presença por estar aqui conosco. Lembro do ano passado, foi muito produtiva a sua participação, quando nós conseguimos, através da sua interferência junto ao ministro e à Câmara e ao governo, fazer a prorrogação da lei de licitações, que estava naquele momento entrando em vigor e muitos municípios estavam sem condições mínimas de executá-la. Entre tantos avanços, a senhora sempre contribuiu muito com o nosso processo e dos municípios. Então, muita alegria e prazer, a Confederação agradece a sua presença e passa a palavra para fazer a sua exposição. Obrigado. Esther Dweck: Muito obrigada, queria muito agradecer a Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, e mais uma vez agradecer o convite de estar aqui. Estive de manhã com o presidente Lula e foi realmente uma grande abertura, acho que foi muito importante a presença de todos, esse auditório superlotado como todo ano, e a gente, esse ano aqui, viu, eu queria também aproveitar para cumprimentar todas as prefeitas, prefeitos, secretários municipais, vice-prefeitas, vice-prefeitos, secretários municipais que estão aqui. Eu vim trazer de novo esse ano algumas novidades importantes, dado que o nosso Ministério tem uma relação federativa muito forte. A gente tem uma assessoria de cooperação federativa, a gente atende muito fortemente estados e municípios. A gente está num estande aqui, na Marcha com algumas pessoas do nosso ministério, de algumas áreas que são muito procuradas pelos prefeitos, que é a área de patrimônio da União, área também de transferências da União. Eu vou anunciar aqui algumas coisas que a gente está fazendo nessa área, inclusive uma complementação que o presidente assinou aqui nessa manhã. O presidente essa manhã assinou um decreto aqui, justamente para permitir a simplificação de alguns contratos, principalmente abaixo de um milhão e meio, e eu vou apresentar aqui as duas portarias que a gente deve assinar entre hoje e amanhã, e que com certeza vão simplificar muito a vida de recursos de convênios e contratos de repasse feitos entre a União e os municípios. Eu acho que sem dúvida nenhuma era uma grande demanda que vinha já também de outras marchas que a gente finalmente está conseguindo fazer. Mas aí eu queria começar só dando uma, não sei se a apresentação já está ali, falar um pouco de algumas ações federativas do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que talvez alguns dos senhores já conheçam, mas eu acho que é sempre bom ressaltar. A gente trouxe aqui vários, vocês vão ver ao longo da apresentação, vários QR Codes que dão acesso, muitas vezes, a esses processos que podem facilitar a

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0012960

vida de vocês. Mas a gente tem muitas soluções tecnológicas, a gente compartilha com estados e municípios, na área de obras, na área de transferências, na área de compras. Todo o processo, acho que... o presidente lembrou bem aqui o ano passado, eu vim aqui justamente para dizer que a gente prorrogaria o prazo do fim da vigência das leis anteriores de licitação, que acho que foi um momento que eu fui bastante aplaudida aqui, justamente um pleito muito grande da Marcha naquele momento, e desde a gente adiou e começou um processo grande de certificação que a gente com a ENAP, nossa escola que é presidente da ENAP, está aqui presente também, Betânia, e a gente tem essa parceria muito forte. Uma das coisas que está ali é justamente essa capacitação de servidores estaduais e municipais em diversas áreas, na área de contratações a gente já faz. E acho que uma coisa importante também nova é na área de inteligência artificial, na área de transformação digital, a ENAP está fazendo um programa de certificação também nessa área de formação para os servidores estaduais e municipais. Então é muito bom os senhores conhecerem isso. A gente tem a nossa rede de parcerias, que provavelmente muitos secretários aqui participam da rede de parcerias que é justamente para discutir como melhorar os processos de transferência da União e justamente de captação de recursos e transferências. A gente tem a elaboração da Estratégia Nacional de Governo Digital e de compras públicas. O governo digital foi muito participativo no ano passado. A gente vai lançar ela provavelmente no próximo mês e a gente vai fazer um processo parecido para as compras públicas. Então é muito bom que os senhores conheçam isso. Além disso, a gente tem feito o programa imóvel da gente, que é um dos que eu vou apresentar aqui, que é justamente um programa de uma mudança na forma de utilizar o patrimônio público, o patrimônio da União, para, inclusive, pleitos importantes de prefeituras e de municípios, que são justamente áreas da União que muitas vezes estão subutilizadas ou completamente abandonadas e vazias, e que podem ter demandas dos municípios para equipamentos públicos, para outras áreas de lazer também, que para a gente é muito importante receber isso. E uma coisa que a gente tem feito com os governos estaduais, mas para acessar os municípios, é o nosso Programa Nacional de Gestão e Inovação, justamente levando esse pacote de soluções que o governo federal tem para os Estados, que os Estados possam repassar isso aos municípios. E dentre elas, uma que eu vou apresentar aqui, que é o programa do processo eletrônico nacional, que tem como uma das ferramentas muito conhecidas o SEI, sistema eletrônico de informações, e que a gente justamente fez uma parceria com o TRF4, que é o desenvolvedor original desse sistema, e agora a gente disponibiliza a qualquer município de forma gratuita por meio dos governos estaduais. Então a gente consegue, com isso, fazer um processo importante de transformação digital para as prefeituras em todo o Brasil, que para a gente é muito importante. Eu queria só mais uma vez aqui, como o presidente fez hoje cedo, me solidarizar com a situação do Rio Grande do Sul. O governo federal tem feito uma grande atuação para que a gente possa apoiar os prefeitos e prefeitas ali do Rio Grande do Sul e do governo estadual nesse processo de reconstrução do Estado e nosso Ministério tem tido algumas atuações importantes. A gente inclusive prorrogou prazos de convênios e contratos para que eles nunca caducassem justamente ainda nesse período que eles não estão conseguindo nem executar esses convênios e contratos. A gente fez um programa importante, fez uma parceria importante com o CNJ para a emissão de novos documentos. Tanto pela carteira de identidade nacional, que é a nova carteira de identidade nacional, para quem já tinha, e o Rio Grande do Sul era o estado com um dos estados com maior emissão, a gente está emitindo a segunda via de forma automática, a pessoa faz reconhecimento facial e já automaticamente tem a sua nova carteira, mas também para carteira antiga, a gente também está facilitando o acesso às nossas bases de dados das pessoas para que a gente possa ter identificação e as pessoas possam ter acesso aos diversos benefícios que elas terão direito. O Arquivo Nacional, que é ligado ao Ministério, também fez uma parceria para recuperação de documentos danificados e arquivos afetados, e a disponibilização para o Estado, que estava sem o seu sistema eletrônico de informações na nuvem, o acesso ao nosso para que eles possam, o Estado possa continuar fazendo as suas, possa continuar trabalhando, e um reforço para as equipes da Defesa Civil Federal, apoiarem a Defesa Civil Estadual e Municipal. E aí, uma das coisas que a gente fez, que eu queria reforçar aqui, foi uma medida provisória que o presidente lançou na última terça-feira, ou quarta-feira da semana passada. E essa medida provisória, na verdade, ela não é só para o Rio Grande do Sul. Isso foi uma preocupação do presidente, ele falou aqui hoje de manhã. A gente fez uma medida provisória, que a gente espera que será convertida em lei, por um debate no Congresso Nacional, obviamente, e que ela vai ser de forma perene para qualquer situação de calamidade. Como o presidente falou, a maneira como está gerindo essas calamidades, também como foi o vídeo que foi mostrado aqui hoje, demonstra bem a situação dramática que está sendo vivida lá no Rio Grande do Sul, e a proporção gigantesca da tragédia que aconteceu lá. Mas o que o presidente disse foi, eu não posso fazer algo que seja... e quando tiver outra calamidade em outro estado brasileiro, em outro município brasileiro, a gente não pode ter que novamente editar determinadas medidas. Então essa medida é uma medida para qualquer situação de impactos decorrente de estado de calamidade reconhecido, seja pelo Estado ou seja pelo Governo Federal. Então a gente facilita o processo de contratação, porque a gente sabe muitas vezes, numa tragédia como aquela, você precisa fazer contratações muito rápido e você for seguir todos os trâmites da lei na nossa nova lei de licitações, às vezes não é possível fazer isso e o gestor fica muitas vezes premido ali entre a urgência e preocupação dele ser depois questionado por um órgão de controle. Então essa lei vai ser, a gente espera que seja debatida no Congresso Nacional e seja

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0017960

aprovada e se torne um marco para todas as próximas, infelizmente a gente sabe que acontecerá uma nova calamidade em algum local do Brasil, ainda mais numa situação de mudanças climáticas que a gente está vivendo e aí todos os gestores terão conforto de poder saber que vão poder utilizar essa lei quando tiver algo. E aqui, algumas coisas importantes. É a prorrogação de contratos vigentes, porque muitas vezes você não tem tempo de licitar um novo contrato. É um sistema de registro de preços de forma mais ampla para que as pessoas possam aderir a atas de outros municípios, de outros estados e até do Governo Federal de forma mais célere. Inclusive o Governo Federal aderir a atas de estados e municípios, licitação, com redução dos prazos de licitação para ser mais célere também o processo licitatório e dispensa também de elicitação em casos muito específicos e outras questões. Aqui está um QR Code que explica essas mudanças. Mas o que eu queria reforçar aqui é justamente duas mudanças que são para independente da situação de calamidade viu, presidente Paulo, acho que aqui foram eram pleitos grandes que vinham já dos municípios brasileiros porque justamente 80% dos nossos contratos que a gente faz de convênios e contratos são abaixo de um milhão e meio de reais e eles seguiam um trâmite muito parecido com contratos muito grandes, o que acabava dificuitando a execução desses contratos. Tinha muita burocracia, tinha muita análise prévia que acabava demorando muito, às vezes a aprovação, e às vezes o prefeito ou a prefeita recebia uma verba de um parlamentar, por exemplo, não conseguia executar porque o grau de burocracia que vinha antes acabava impedindo que ele pudesse executar aquele recurso e já existia esse pleito há muito tempo. Então, o decreto que o presidente assinou hoje nos permite fazer essa nova portaria e a gente então vai publicar entre hoje e amanhã duas portarias conjuntas do Ministério da Gestão, com o Ministério da Fazenda e com a CGU, separando dois tipos de convênios e contratos. Aqueles convênios e contratos de repasse abaixo de 1,5 milhão terão um processo muito célere, muito simplificado, que vai facilitar muito a vida dos municípios brasileiros, principalmente dos pequenos, que a maior parte dos contratos e convênios dele são abaixo de 1,5 milhão de reais. E na portaria 33, que é muito conhecida por todos aqui, ela vai se aplicar apenas para convênios e contratos acima de 1,5 milhão, portanto, não se aplica a nenhuma do que está lá. Só quando foi expressamente dito na portaria que vai ficar para o regime simplificado, a gente também está fazendo algumas simplificações que também eram demandas muito grandes dos municípios que executam recursos federais. Sem dúvida nenhuma, se vai facilitar a execução dos recursos, que é o nosso grande objetivo, vai dar mais celeridade na análise dos projetos, o que vai acelerar, e mais agilidade, mantendo o controle e a transparência. Porque é muito importante, às vezes, a gente põe uma série de burocracia achando que isso vai dar mais controle e mais transparência e, na verdade, só atrapalha a execução e o controle em si não é mais ou menos eficaz. Então, a gente está mantendo todo o processo de controle e transparência, mas agilizando muito o processo. Eu acho que, sem dúvida nenhuma, isso vai facilitar muito a vida dos municípios brasileiros. Eu acho que, sem dúvida, é algo que era muito esperado. Então, é isso. A gente vai ter a portaria que vai regulamentar o artigo 184-A da nova lei de licitações, da lei 14.133, de 2021, e ela, portanto, abrange contratos de repasse e convênios abaixo de 1,5 milhão. Isso são 80% dos instrumentos vigentes hoje, em termos de quantitativo, e eles abarcam o volume de 15,6 bilhões de reais repassados aos entes federados, muitos dele, ou a maior parte deles, nesse caso, municípios. Então, a gente vai ter minutas de instrumentos muito simplificadas e prontos para serem utilizados, uma maior celeridade na liberação de recursos. Então, uma vez feita a licitação, o recurso é liberado e é numa trancha única, o que acaba facilitando muito a execução. Uma vez a licitação feita, já libera o recurso todo, o que facilita muito para quem vai fazer, e por isso que é uma previsão de liberação em parcela única, preferencialmente. A gente vai fazer todo um controle muito mais tecnológico, a partir de emissão de documentos, de fotos, sem ter toda aquela análise prévia antes que muitas vezes fazia o processo demorar muito. E a gente faz uma verificação do comprimento do objeto quando tiver 100% de execução. Então isso, sem dúvida nenhuma, vai facilitar muito esse tipo de convênios e contratos repasse, que é, como eu expliquei para vocês, mais de 80% dos nossos instrumentos que a gente tem hoje. E no caso da portaria 33, a gente tem, portanto, ela é para procedimentos acima de um milhão e meio, então ela não tem o problema que acontecer muito, você deixava o contrato simplificado na mesma portaria, às vezes o órgão de controle queria aplicar determinadas coisas que não se aplicariam a um milhão e meio porque estavam na mesma portaria, por isso a ideia de separar em dois instrumentos diferentes e deixar bem claro que um é só para convênios e contratos de repasse abaixo de um milhão e meio, outros para aqueles convênios e contratos acima de um milhão e meio. A gente vai automatizar diversos procedimentos do Transferegov, principalmente aqueles que são de, se você tem que fazer informação a vários órgãos, ele já vai fazer diretamente pelo sistema, sem que o município precise fazer isso, vai garantir mais segurança jurídica aos gestores, sem dúvida nenhuma por uma série de mudanças que estão sendo feitas. Todos aqueles estudos caros de viabilidade socioambiental, vão ser só para empreendimento de grandes vultos, acima de 200 milhões, portanto vai diminuir o custo de fazer projetos abaixo de 200 milhões, o que vai ajudar muito. E a gente também tem toda uma discussão da comprovação dominial, que muitas vezes emperrava o início da obra. A gente vai poder aceitar outros tipos de documentos e, em casos específicos, aceitar que a comprovação seja feita ao término da execução do objeto, que também vai facilitar muito poder começar determinadas obras. Então, acho que essas duas portarias vão ser publicadas entre hoje e amanhã. A gente precisava do decreto do presidente assinado, que ele fez assinatura hoje aqui pela manhã, na própria Marcha. As portarias estão

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

todas prontas, a gente vai publicar entre hoje e amanhã só mais um procedimento interno dos ministérios, já se todo mundo assinar e poder publicar entre hoje e amanhã. E aí eu queria dar destaque a vocês a Rede Gov.BR é uma rede de colaboração, de intercâmbio, de articulação, de soluções de transformação digital, que todos os municípios podem aderir. A gente já tem um número de municípios que já aderiram, mas antes os pequenos municípios achavam que não cabia a eles, mas a nossa ideia é que a gente possa ter mais municípios participando, porque o objetivo, e esse é o grande objetivo do presidente, ele falou aqui pela manhã ele reforça muito isso, que para as políticas públicas funcionarem, os municípios têm que estar muito bem-preparados para atuar. Como o próprio presidente Paulo fala muito, a gente foi repassado muita coisa aos municípios, e a gente tem toda essa discussão de como é que a gente repassa também recursos para que eles possam executar, mas tem toda a parte de gestão que também é importante. Então todo o processo de transformação digital dos municípios para dar celeridade aos processos, dar mais capacidade de fazer as coisas para a gente, isso é importantíssimo. Então essa Rede Gov.BR23, assim como a rede de parcerias, onde os municípios já atuam muito fortemente, ela é aberta aos municípios, então aqui está o QR Code para quem quer, para aquele prefeito ou prefeita que queira aderir à Rede Gov.BR e que depois os seus serviços podem fazer parte da rede que permite que o cidadão, com uma única senha, os serviços federais, estaduais, todos os estados já participam da Rede Gov.BR e também municipais para aqueles municípios que aderirem. A gente tem, então, o Programa Nacional de Processo Eletrônico. A gente já assinou com alguns estados. Já assinamos com o Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Bahia. Vamos assinar com o Piauí em breve. A gente deve assinar com todos os estados. E a partir dessa assinatura, os municípios daqueles estados podem ter acesso a todo um conjunto de sistemas de processo eletrônico. Então, o SEI, o mais conhecido que está ali, destacado em azul mais claro, mas a gente tem uma série de sistemas que combinados fazem com que a tramitação dos processos seja completamente eletrônica e a gente possa ter governos sem papel. E esses sistemas estão todos disponíveis de forma gratuita aos municípios, inclusive com apoio técnico para a utilização deles, para a implementação, e para a gente isso é algo que o nosso objetivo é que a gente tenha todos os municípios sem papel, que isso vai dar uma capacidade de execução de políticas gigantesca para todos os municípios brasileiros. Então aqui também tem um QR Code aí para como aderir a esse sistema. E a gente, como eu falei, vai lançar em breve a Estratégia Nacional de Governo Digital, sabendo que ela é a estratégia que foi, a gente ouviu todas as regiões do país, participaram, a gente teve participação de associações municipalistas, de municípios, de prefeituras, de secretarias municipais, na elaboração da Estratégia Nacional, que é uma estratégia macro, para que todo mundo caminhe numa direção próxima. E aí, a partir dela, municípios e estados vão ter que fazer suas próprias estratégias para que a gente possa ter país migrando nessa transformação digital importante. E a última coisa que eu queria apresentar às senhoras e senhores é o nosso programa Imóvel da gente, como programa de democratização de imóveis da União, que foi uma mudança também, algo que o presidente Lula me pediu o ano passado na Frente Nacional de Prefeitos, ele fez esse pedido que eu fizesse um levantamento de todo o patrimônio, prédio, nas cidades, nas capitais, mas em qualquer município de casas, lojas, tudo que tivesse abandonado ou subutilizado, que fosse de patrimônio da União, para que a gente pudesse reverter ele para políticas públicas ou para o acesso da população. E a gente tem feito uma grande busca nos nossos cadastros, mas também a gente sabe que tem muitas vezes imóveis da União que não estão na Secretaria de Patrimônio da União, que são do INSS, que são de outros órgãos federais e que os senhores e senhoras conhecem nos seus municípios e que gostariam de ter acesso a eles, mas não sabem como. Então desde áreas urbanas vazias que existem nos municípios, prédios vazios, prédios ocupados também, condomínios habitacionais que não foram regularizados, também núcleos urbanos não regularizados ou com e sem infraestrutura, tudo isso faz parte desse programa, que tem quatro grandes linhas. Uma delas é o programa de provisão habitacional, sendo base para o programa do Minha Casa Minha Vida, mas também para outros empreendimentos próprios de estados ou até de municípios. A gente permite que utilize o patrimônio da União para a provisão habitacional. A gente está fazendo um grande programa de regularização fundiária. Claro que isso funciona, é muito importante em grandes municípios, mas às vezes em pequenos municípios também tem áreas que são da União que precisam de regularização fundiária. Isso é uma coisa muito importante para a gente, e equipamentos de políticas públicas, seja escolas, UBS, Upas, e pequenas obras ou grandes obras dependendo do empreendimento de infraestrutura em terrenos da União que a gente está disponibilizando. E no caso, por exemplo, apareceu antes um aeroporto, né? O aeroporto Carlos Prates, em BH, que foi um aeroporto enorme, que vai ter múltiplos usos. Vai ter habitação, escolas, equipamentos de saúde, vai ter parques, vai ter quadra esportiva, tudo num único terreno da União que vai ser para isso, assim como no Rio de Janeiro também, e na Bahia, que a gente tem empreendimentos desse tamanho, mas a gente sabe que tem, no Brasil inteiro podem ter situações como essas, que são essa quarta linha de empreendimentos de múltiplos usos. E uma coisa que eu queria chamar a atenção dos senhores e das senhoras é que nesse programa a gente tem os fóruns estaduais e nos fóruns estaduais tem a participação municipal, geralmente pela Associação Municipal do Estado, mas a ideia é que qualquer município pode fazer pleitos para esse fórum estadual e para a própria SPU regional que vai poder atender demandas caso os senhores e senhoras tenham imóveis da União conhecidos. A gente tem um comitê interministerial que gere o programa, mas tem

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0018960

os fóruns estaduais onde tem a participação dos municípios, dos estados, da sociedade civil e de órgãos federais que participam desse fórum estadual. A gente já fez a implementação de alguns e ao longo, até o final do ano, a gente deve implementar os fóruns estaduais em todo o Brasil, que é a nossa ideia. O ano passado a gente fez 264 entregas em 174 municípios espalhados por todo o Brasil, em todas as linhas do programa, como vocês podem ver aí. Esse ano, até abril, a gente já teve 110 entregas, então esse ano a gente deve aumentar muito o número de entregas, porque o programa está crescendo na sua velocidade. Aqui tem algumas áreas que eu já comentei, tem um parque público. Na verdade, era um parque no município de Recife, mas que existia uma disputa enorme sobre a dominialidade do terreno, e a gente fez a doação finalmente ao município de Recife. Ali tem o BH, o Carlos Prates. Teve uma regularização fundiária de um bairro de Alagados na Bahia, e ali a Estação Leopoldina, que era um prédio abandonado. E a gente sabe que existem vários municípios, inclusive municípios pequenos, de áreas antigas da rede ferroviária antiga. E aqui está, para terminar, justamente, como solicitar essas áreas. Então, aqui tem todo um processo de como se faz isso. E, para terminar, estão aqui a nossa área federativa do Ministério, para que vocês conheçam todas essas ações do Ministério na área federativa, como eu já expliquei aqui, muitas delas, mas a gente tem outras aí que não foi, que eu não consegui explicar hoje. Mas é isso, presidente, obrigado mais uma vez. Paulo Ziulkoski: Obrigado, ministra. Como nós estamos com o horário já esgotado, nós temos outras reuniões, em seguida. Agora teremos o painel do Ministério da Educação. Eu vou só fazer uma pergunta, não sei se é da sua área ou não, ou se pode responder ou não, que é a seguinte. Nós temos recebido muita demanda em relação, por exemplo, prestação de contas. Só na área da educação, se não me falha a memória, são mais de 250 mil prestações de contas que até hoje não foram examinadas. Eu, a semana retrasada, em contato com o ex-prefeito São Gabriel, chegou a promissória de surpresa, me tiraram 25 mil da conta, tudo que eu tinha. Como é que foi? Não, é por causa de umas contas de 99. Então, eu não sei se isso depende de lei, eu quero, se a senhora pudesse responder bem rapidamente, por causa do tempo que já é do Ministério da Educação, me desculpe a minha ignorância total de como é que é, porque também muda muito, porque eu acho que não tem cabimento, 10, 15, 20 anos, uma prestação de contas, depois o prefeito vai embora, nem sabe, até a família dele responde alguma coisa lá que houve, não se sabe se foi erro ou não; nem notificação ao suposto devedor ocorreu. Eu acho que isso é um assunto fundamental, que tem muito preocupado muita gente. Esther Dweck: Não, perfeito. É uma parte sim ter a ver com o nosso Ministério e nesse processo que a gente tem feito, inclusive o nosso sistema de transferências, a gente está automatizando o processo de prestação de contas, simplificando muito ele. Claro, isso para contratos mais recentes. A parte de contratos antigos a gente pode olhar porque essa normalização, qualquer mudança legal que precisa ser feita, passa pelo nosso Ministério também. Então eu queria separar em duas partes, acho que até depois a minha equipe técnica pode complementar essa resposta, mas eu acho que a primeira coisa é, para os novos, para os projetos já mais recentes, a gente tem feito no sistema um processo de prestação de contas muito mais, com mais qualidade, que aí o prefeito, a prefeita, eles vão poder já, ao longo do processo de contratação, já fazer, ter todos os documentos lá, que vai dar uma celeridade enorme ao processo de prestação de contas, para poder não ter esse problema daqui a anos depois, ter algum tipo de questionamento. Então, isso é uma das preocupações nossas no sistema, inclusive, nesse, em todo esse processo de simplificação, tem esse olhar para prestação de contas, então, sem dúvida nenhuma, isso é uma questão importante para nós. Nos processos antigos, a gente pode olhar se existe algum tipo de normatização que a gente possa melhorar, porque eu concordo totalmente com o senhor que não dá para um processo, depois de 20 anos, alguém ser questionado, e aí a pessoa depois de 20 anos ser impedida de fazer alguma coisa, não faz nenhum sentido isso. Inclusive, a gente tem tido uma discussão sobre caducar processos de prestação de contas, isso que agora tem cinco anos, né, Catiana? Então, hoje em dia, isso já foi algo que o próprio nosso Tribunal de Contas pacificou esse entendimento, porque realmente era algo que você gerava um tipo de problema. Mas o que a gente está fazendo para frente é facilitar muito o processo de prestação de contas para evitar qualquer tipo de problema futuro. Paulo Ziulkoski: Obrigado, a nossa equipe vai poder entrar em contato com a senhora lá para melhorar essa situação. Então eu quero, não vou abrir para perguntas, porque já estamos muito adiantados, agradecer mais uma vez a sua presença aqui, contribuir, são assuntos fundamentais nessas transferências e tudo, e até inovação que é muito fundamental. Obrigado pelo seu painel, pela oportunidade de estar aqui conosco. Um abraço, ministra. Cerimonialista: Senhoras e senhores, pedimos a todos que permaneçam em seus lugares. Faremos apenas uma pausa para a mudança de palco e depois seguiremos imediatamente com o momento do Ministério da Educação, onde teremos a presença do ministro de Estado da Educação, senhor Camilo Santana. Senhoras e senhores, lembrando a todos a necessidade de registrarem a sua presença na entrada das plenárias para que possam obter pelo menos 70% de presença para a emissão do seu certificado de participação da XXV Marcha a Brasília em defesa dos municípios. Daremos início ao próximo painel dentro de dois minutos. Aguardem. Vídeo: 1-Todo mundo imagina um futuro melhor. Com mais acesso, tecnologia e conexão. Com mobilidade, infraestrutura, cuidado com o meio ambiente e crescimento sustentável. A imaginação é a fagulha, o combustível da transformação. É um grande desafio transformar esse futuro em realidade. Desafio que o setor público brasileiro encara de frente. Transformar exige trabalho e dedicação, mas acima de tudo é preciso acreditar. Acreditar faz dos desafios oportunidades e é por isso que nós do Banco do Brasil

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

00137960

acreditamos, seja oferecendo soluções com tecnologia de ponta ou apoiando a implementação de políticas públicas. Quando a gente acredita junto, as coisas acontecem. Planos, projetos, mudanças, sonhos, vias são pavimentadas, escolas e hospitais são construídos, parques são revitalizados, empregos são gerados e as pessoas podem ter uma vida cada vez melhor. E quando o Banco do Brasil acredita, o setor público realiza, e a sociedade se transforma. Banco do Brasil. Para tudo que você imaginar. 2- A gente começou com o Waze em 2013, a partir da visita do Papa ao Rio de Janeiro. Fomos a primeira cidade no mundo a ter essa parceria. A partir do momento que o Waze me dá um alerta, informando que tem uma rua que está engarrafada, eu vou ter alguns elementos para poder tomar ações direcionando para cada um dos órgãos que tem a competência de resolver aquele problema. A gente está mais preocupado em entender o que acontece na cidade a longo prazo e tentar resolver essas questões de maneira definitiva. A gente está usando os dados do Waze para duas soluções, essencialmente. Uma, para a gente priorizar quais buracos a gente deve fechar nas ruas. Outra iniciativa é para consertar os semáforos da cidade o mais rápido possível. Uma vez que você faça o alerta também no aplicativo do Waze, que o semáforo está quebrado e isso já entra num chat em tempo real que os operadores da CET Rio já estão olhando e já conseguem enviar uma operação para entender o que está acontecendo e resolver o problema. O valor do Waze para a prefeitura do Rio é que ele vai além de um aplicativo de mobilidade. Ele conecta o cidadão com a prefeitura. Então, uma vez que o cidadão faz um alerta, a prefeitura já sabe o que está acontecendo. Isso ajuda a prefeitura a conservar a cidade, a responder mais rápido aos problemas de mobilidade e ajuda os cidadãos a chegarem mais rápido aos seus destinos. 3- Os pequenos negócios presentes nos 5.570 municípios do Brasil são os maiores geradores de emprego e renda do país. Pensando neles, o Sebrae criou o programa Cidade Empreendedora, que promove o desenvolvimento socioeconômico local a partir das vocações e necessidades de cada território. São 10 eixos de atuação, com produtos e soluções para melhorar o ambiente de negócios e movimentar a economia local. Tudo começa com uma gestão pública, baseada em indicadores e planos de desenvolvimento econômico local, que reconheçam os potenciais de cada lugar. Por isso, é fundamental identificar, mobilizar e capacitar as lideranças locais e os agentes de desenvolvimento de seus municípios. A desburocratização agiliza o processo de abertura de empresas e aumenta as chances de sucesso dos pequenos negócios. O apoio aos empreendedores também está presente nas salas do empreendedor. Espaços que oferecem desde orientações empresariais básicas até assessoria contábil e jurídica para o funcionamento regular das empresas. Compras governamentais são ferramentas de desenvolvimento inclusivo, favorecendo os pequenos negócios e a agricultura familiar nas oportunidades criadas pelo setor público. O empreendedorismo nas escolas forma jovens para o século XXI, desenvolvendo competências e atitudes que preparam para o mercado de trabalho e fomentam a cidadania ativa. A inclusão produtiva acolhe pessoas em situação de vulnerabilidade por meio dos centros de referência de assistência social e oferece apoio e formação profissional. O marketing territorial valoriza a identidade local para aumentar a competitividade dos produtos, serviços e empresas de um município. Enquanto, cooperativismo e crédito oferecem alternativas de financiamento e distribuição mais simples e baratas para pequenos negócios da região. Com inovação e sustentabilidade, é possível conectar pessoas e empresas e promover sinergias nas cadeias de valor de cada município. Acesse sebrae.com.br, parceiro do município e descubra como Cidade Empreendedora pode ajudar a sua cidade. Sebrae, a força do empreendedor brasileiro. 4- Para alguns, o tempo passa na frente dos olhos. Outros fazem cada segundo valer, agindo de forma inteligente. Que tal fazer gestão de processos e documentos 100% digitais até 20 vezes mais rápido? Não gastar mais horas preso à sua mesa autenticando documentos manualmente. Configurar seus próprios fluxos em instantes, criando etapas para cada processo de acordo com suas regras. Controlar tudo o que acontece, focar na eficiência e resolver na velocidade de um clique. Ter transparência total e acesso imediato a qualquer documento pelos próximos 60 anos. Centralizar tudo em uma única plataforma e dar adeus aquele monte de e-mails e mensagens espalhadas. Acredite, quando você simplifica, dá tempo de fazer tudo isso e muito mais para superar os desafios do dia a dia e conquistar resultados incríveis. Mostre sua visão de futuro. 1Doc. Simplifique seu mundo. 5- Em cada momento do seu dia a dia está presente a chave que facilita a sua vida. Ela está na tranquilidade de ter o que você precisa na palma da mão, até para transpor distâncias entre cidades e continentes. Com uma selfie, torna possível o acesso a serviços públicos, abrindo caminho para um futuro mais inclusivo e uma sociedade mais justa. Esta chave é a tecnologia. E onde tem tecnologia, tem Serpro. Cidadania digital para todas as pessoas de norte a sul do Brasil. 6- Você sabia que a assessoria parlamentar da CNM atua em diversos projetos de lei que estão em tramitação no Congresso Nacional, que sejam de interesse dos municípios? A estratégia é elaborada após a definição da posição da CNM em relação àquele projeto. Assim, atuamos da melhor forma possível para a sua aprovação ou para a sua rejeição. Confira mais em nosso portal de notícias. 7- Você sabia que a área institucional é responsável pela articulação política entre os municípios, as estaduais e microrregionais? Nós orientamos os municípios sobre a pauta municipalista, em eventos, visitas aos municípios e na sede da CNM. Conheça o trabalho da equipe institucional na CNM, visite a nossa sede.8- Olá, municipalista! Você sabia que a CNM criou o Conselho Nacional de Contabilidade Municipal com o objetivo de aumentar a representação dos municípios nas discussões contábeis e ouvir as dificuldades enfrentadas pelos contadores municipais? Ao longo dessa trajetória, alcançamos conquistas significativas, então acesse nosso site e

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

conheça nosso trabalho. 9- Você sabia que, de acordo com o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o nome da Estrutura Municipal de Proteção e Defesa Civil fica a critério da Prefeitura? Como, por exemplo, a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Secretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Subsecretaria Municipal de Proteção e Defesa Civil, Departamento Municipal de Proteção e Defesa Civil, Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil, Centro Municipal de Proteção e Defesa Civil ou Setor de Proteção e Defesa Civil, entre outros. Para saber mais, acesse o site da CNM. 10- Você sabia que, para acompanhar o crescimento ou a queda do FPM, você pode acessar as notas decendiais disponibilizadas pela CNM? Todos os meses, três levantamentos são publicados e, neles, você pode encontrar o valor transferido para o seu município. Além disso, SMS com os valores são enviados ao celular do prefeito. Mantenha os seus dados atualizados.11- Você sabia que o STF, ao decidir o tema 1184 e o CNJ ao editar a Resolução 547, afirmou a necessidade de se respeitar a competência condicional do ente na extinção das execuções fiscais de baixo valor. Salvo melhor interpretação, isso significa que não houve a superação do entendimento do STF no tema 109, que afirmou ser a lei do ente a competente para definir o piso para ação de execução fiscal. E nesse sentido, tal valor pode ser inclusive inferior aos R$ 10 mil estabelecidos pelo CNJ. Para maiores informações, procure a área jurídica da CNM.12- Você sabia que no ano eleitoral é essencial que o gestor faça um balanço de tudo o que consta o seu plano municipal de saúde? Preste contas do que foi realizado. Elabore no decorrer do ano a lei de diretrizes orçamentárias, a lei orçamentária anual, ambos para 2025, pois produzirão seus efeitos na nova gestão. Revise se todos os atos administrativos estão devidamente registrados. Verifique a situação nos sistemas de informação oficial. Ah, não se esqueça que a gestão se encerra, mesmo se o gestor for reeleito. Para mais informações, entre em contato com a área técnica de saúde da CNM. 13- Você sabia que o turismo é um importante vetor para o desenvolvimento municipal e é uma atividade que impacta mais de 52 segmentos da economia? Pois é, com o turismo acelerado o município ganha, a população aumenta suas chances de emprego e inclusão e o ambiente de negócios melhora. Quer saber como desenvolver o turismo no seu município? Converse com a nossa área técnicas de turismo e acesse nosso material. Pense turisticamente, não fique fora dessa! 14- Você sabia que o Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo de Direitos da Pessoa Idosa são importantes mecanismos de captação e gestão de recursos? É possível mobilizar a população para destinar até 6% do imposto sobre a renda, apurado na Declaração de Ajuste Anual. E as pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real podem destinar até 1% do imposto apurado e, dessa forma, garantir a execução de projetos sociais que fomentem a consolidação de uma cultura que priorize a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes e das pessoas idosas. Para mais informações, acesse a aba da Assistência Social no site da CNM.15- Você sabia que a CNM dispõe de um portal de notícias com as principais informações para o seu município? Você poderá acompanhar diariamente notícias sobre prazos, alertas e orientações sobre todas as áreas da gestão. Neste mesmo ambiente, você ainda pode acessar publicações importantes, como o valor do FPM, estudos e levantamentos feitos pelas áreas técnicas, além de outras informações. Acesse www.cnm.org.br e confira o que a CNM tem feito para você. 16- Você sabia que os municípios que receberam os recursos da Lei Paulo Gustavo e da política nacional Aldir Blanc de fomento à cultura devem implementar ou fortalecer o chamado CPF da cultura? O Conselho Plano e Fundo são elementos fundamentais do Sistema Nacional de Cultura que estruturam a gestão cultural do município. Acesse a área técnica da cultura da CNM e fique por dentro de todas as informações.17- Você sabia que a liberação de recursos federais para ações de defesa civil basicamente é realizada por meio da modalidade de transferências obrigatórias? As transferências obrigatórias são realizadas para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastre e também dirigidas aos municípios afetados por desastre que tiveram a situação de emergência ou estado de calamidade pública devidamente reconhecidos pela União. Os recursos das transferências obrigatórias são repassados de forma complementar nas ações de resposta e recuperação, conforme estabelecido na Lei 12.340 de 2010. Para saber mais, acesse nossas publicações e cartilhas na Biblioteca da CNM.18- Você sabia que com a reforma tributária e por atuação da CNM foram ampliadas as cobranças dos impostos sobre patrimônio, como IPTU, IPVA e CIP? A arrecadação da CIP agora pode ser utilizada na manutenção de logradouros e monitoramento. No IPTU, o gestor municipal pode fazer alterações da planta genérica de valores através de decreto. Já o IPVA pode ser cobrado de aeronaves e embarcações. Em caso de dúvidas, procure a área técnica de finanças da CNM. Cerimonialista: Senhoras e senhores, retomando as nossas atividades da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, você que nos acompanha pelo YouTube, pela plataforma, pelo canal da Confederação Nacional de Municípios, este é o painel com o governo federal. E neste momento temos a alegria de convidar para comporem o palco, acompanhado do nosso anfitrião, o presidente de Riachão do Jacuípe, Bahia, e membro da Diretoria da Confederação Nacional de Municípios, José Carlos de Matos, o ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, e a presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Fernanda Pacobahyba. Inicialmente, convidamos para fazer uso da palavra para receber as seguintes autoridades o prefeito de Riachão do Jacuípe, Bahia, e membro da diretoria da CNM, José Carlos de Matos. José Carlos de Matos: Dando sequência à programação da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, contamos agora com a presença do nosso Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, da doutora Fernanda Pacobahyba e

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

o presidente da Caixa Econômica, no segundo momento, né, Carlos Vieira, que vão passar um pouco para vocês, principalmente o ministro da Educação. Todos aqui estão ansiosos, ministro. Queria aproveitar em nome do presidente Paulo Ziulkoski, pedir desculpas à Vossa Excelência, que, devido à reunião das bancadas, aconteceu um atraso. Então, devido à reunião das bancadas, alguns colegas prefeitos já se deslocaram para a reunião com as bancadas dos seus respectivos Estados. Mas ainda esses que aqui estão, estão ansiosos por algumas respostas, aqueles que têm obras inacabadas, o prazo por conta das diligências para serem respondidas e o senhor vai ter a oportunidade de falar de tudo aquilo que o senhor tem feito pela educação desse país, que por sinal tem sido um ministro muito bem avaliado. Que Deus te abençoe e a CNM à disposição do senhor e o senhor agora à disposição dos nossos prefeitos. Camilo Santana: Primeiro... não, vou ficar em pé. Eu vou primeiro cumprimentar todos e a todos, prefeitos, prefeitas, é um prazer estar aqui presente em nome do nosso prefeito, nosso anfitrião Carlos aqui, baiano, a quem eu quero agradecer a nossa recepção. Aqui é o meu lado cumprimentar o presidente da Caixa Econômica Federal, que é grande parceiro das políticas públicas, não só da educação, mas de várias políticas públicas do governo federal e com os municípios. E a Fernanda Pacobahyba, ela que é a presidenta do FNDE, ela que tem a liderança de comandar, eu sempre digo que é o órgão que executou as ações junto aos municípios, cumprimentar toda a equipe do MEC aqui em nome da secretária Izolda, da secretária executiva aqui presente. A minha fala aqui vai ser uma fala, até porque nós vamos aqui também fazer um ato simbólico, já falando de obras importantes aqui para vocês, mas eu queria destacar três políticas importantes. É claro que eu não vou falar aqui da reconstrução do Ministério, da abertura, do retorno do diálogo, da recomposição orçamentária, ou seja, todo um esforço que foi feito no primeiro ano, concurso público a retomar servidor do FNDE, do próprio MEC, recomposição orçamentária das universidades, a recomposição, o reajuste dos 39% da merenda escolar, como o próprio presidente colocou isso pela manhã, seis anos sem reajuste, 16% do reajuste do transporte escolar, enfim, uma série de ações que nós fizemos ao longo do primeiro ano, mas construímos, para mim, três ações que eu queria destacar aqui importantes como política pública para a educação pública brasileira. Primeiro, foi o lançamento que vai completar agora dia 12 de junho, que é o Dia dos Namorados, não esqueço disso porque foi o dia da publicação do Decreto Presidencial, que é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Para mim, essa é uma das mais importantes políticas públicas de médio e longo prazo para a sustentabilidade da educação pública brasileira, que foi inclusive o motivo que o presidente Lula nos convidou para estar à frente do Ministério da Educação. Com o agravamento da qualidade da aprendizagem por conta da pandemia, pra vocês terem ideia, o último censo de 2021 mostrou que quase 62% das crianças, ao final do segundo ano de ensino fundamental, não sabiam ler nem escrever. Então, para nós, e quando isso acontece, aumenta a distorção em idade da alfabetização ao longo dos anos da educação básica, aumenta o abandono, aumenta a evasão. Portanto, a gente vê indicadores, como foi lançado ano passado o PISA, que 75% dos jovens de 15 anos nas escolas públicas não tinham a formação básica de matemática, que é a idade para estar no primeiro ano do ensino médio. A gente tem quase meio milhão de jovens que deixam a escola do ensino médio por ano no Brasil, de escola pública. Portanto, é olhar para o início dos primeiros anos das nossas crianças na educação, olhar numa visão sistêmica. A Cátia, minha secretária de educação básica, sempre diz, é preciso olhar a educação de uma visão sistêmica, da creche a pós-graduação. E é essa dinâmica que o Ministério da Educação tem procurado trabalhar. Mas sempre numa pactuação federativa com os estados e municípios. Até porque quem executa a política da educação básica na ponta são os municípios e são os estados. Não é o Ministério da Educação. Portanto, o papel do Ministério é coordenar, é induzir, é ser o grande maestro da política educacional brasileira. Portanto, nenhuma política pública nós acreditamos sem ter a parceria dos prefeitos, dos municípios, em qualquer ação governamental. E a construção do compromisso nacional criança alfabetizada foi exatamente construída com a participação das Undimes, com a participação dos municípios, dos estados, nessa pactuação entre Estado, União e Municípios. Nós lançamos esse programa, repito, em maio, em junho do ano passado, eu até fiquei, prefeito, surpreso porque 100% dos estados aderiram e 99,9% dos municípios brasileiros aderiram à política. Apenas 10 municípios não aderiram. Até já disse que vou ligar para o prefeito para que eles possam, esses 10 prefeitos, aderirem à política. E o que é que diz a política? Nós fizemos uma pesquisa nacional para padronizar o que é uma criança alfabetizada ao final do segundo ano, a nota do Saeb, e partimos a construir ações estaduais, coordenações estaduais, onde tem a importância do secretário estadual, onde tem a importância do prefeito, do secretário municipal. Hoje nós estamos com mais de 7 mil articuladores alfabetizadores, um por cada município brasileiro, escolhido pela rede municipal, escolhido por presas prefeitas, pelas prefeitas, pelos secretários e secretárias, dois por regional de educação e dois por Estado, formando uma rede de mais de 7 mil alfabetizadores, coordenadores dessa política do Brasil. Depois, o apoio do Ministério da Educação é na formação de professores, no financiamento de material didático para os municípios e para os estados, nas bolsas que são pagas a esses articuladores e também apoiar as avaliações de cada município e cada estado. Eu quero dizer aqui, prefeito, que pela primeira vez nós temos uma avaliação censitária da alfabetização por município brasileiro, e todos padronizados no mesmo padrão. Inclusive, terça-feira que vem, nós vamos fazer uma reunião, o presidente vai chamar os governadores, os representantes das Undimes também, os prefeitos regionais do Brasil, para a gente poder apresentar os dados nesse primeiro ano e pactuar as metas que foram

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

estabelecidas por cada estado até 2030, para a gente poder tirar o Brasil dessa situação da alfabetização das nossas crianças. Se vocês tiverem ideia, nós já repassamos mais de 1 bilhão de reais do ano passado para cá só nessa política. E eu considero uma das mais importantes políticas públicas que nós estamos construindo no Brasil, com os municípios e com os estados. Depois de falar aqui da segunda política importante que foi criada por lei, que é a Escola de Tempo Integral. O Ministério da Educação hoje está investindo algo em torno de 4 bilhões de reais para induzir o aumento de matrículas na educação básica, e quem define isso é o município e o Estado. Nós construímos juntos esse programa, lançamos a pactuação esse ano para ampliarmos mais um milhão de novas matrículas esse ano, e foi o município que disse, não, eu quero aqui ampliar 500 matrículas na 5ª série do ensino fundamental, eu quero aqui ampliar no 9º ano mil matrículas. Então, o Ministério da Educação repassou 50% dos recursos ainda no ano passado para que a gente pudesse atingir essa meta. E estamos validando agora, para repassar os outros 50%, é depois da validação da matrícula. Então, nós estamos agora, a minha secretária me disse ontem que está quase chegando a 100% da validação. Mais de 950 mil foram validadas as matrículas ou de municípios ou de estados. Então nós vamos agora repassar o restante dos recursos e acompanhar todo esse processo, porque a Escola de Tempo Integral tem demonstrado que melhora os resultados da qualidade da aprendizagem, é uma política pública de segurança também para os nossos jovens e para as nossas crianças nesse país. Portanto, pensar o projeto de vida do aluno não é só o aumento da disciplina ou da carga horária, é o projeto como todo, é que a criança possa fazer a refeição na escola, possa fazer atividades esportivas, possa fazer atividades culturais. Para mim e para o presidente Lula, esse é o grande modelo da escola pública para esse país. Falar aqui também do terceiro que eu considero, claro que a gente podia falar aqui de muitas políticas públicas, mas para mim foi uma decisão ousada, apesar de não ser uma política direta com os municípios, mas tem um efeito no município. Esse dado eu gosto sempre de ressaltar, e o presidente da Caixa está aqui, que participou também de toda a construção, é a gente imaginar um país como o Brasil, 500 mil jovens do ensino médio, estamos falando de 500 mil, quase 500 mil jovens em um ano deixam a escola pública do ensino médio brasileiro. Nós temos algo em torno de 6 milhões e 800 mil jovens de escola pública no ensino médio do Brasil, você imaginar que em um ano meio milhão deixam a escola. Qual é a construção de futuro que nós estamos dando para essa juventude brasileira? E os dados do IBGE mostraram, vejam os dados do IBGE, um terço da população brasileira, Fernanda, 69 milhões de brasileiros não concluíram a educação básica no Brasil. Um terço da população. Isso tem um impacto forte do ponto de vista social, mas também tem um impacto forte do ponto de vista econômico, na produtividade, na qualificação da mão de obra, para o país. Portanto, a decisão do presidente Lula e o motivo, o grande motivo para esse aluno. Claro que são vários motivos, portanto, por isso que nós estamos olhando numa visão sistêmica de educação. A escola precisa ter uma boa infraestrutura, a escola precisa ter conectividade, por isso o programa de conectividade, porque nós queremos que os municípios também venham a aderir, nós queremos levar conectividade para todos os municípios brasileiros com banda larga, com qualidade, com fins pedagógicos, até 2026. Semana retrasada, o FUST, que é aquele fundo do sistema de telecomunicações, presidente Carlos, ele foi criado há 20 anos. 20 anos o FUST foi criado, que é aquele percentual que as teles pagam para esse fundo, que é para investir em melhorias e modernidade do sistema de comunicação no Brasil. 20 anos que nós nunca conseguimos usar um centavo no edital. Pela primeira vez, nós lançamos o edital semana retrasada, que vai permitir levar quase 5 mil escolas, para 5 mil escolas serem conectadas ao edital do FUST, que é fundo perdido, desse fundo para as escolas públicas. Estamos lançando agora mais dois editais. Nossa meta é garantir que todas as escolas públicas do Brasil, ou por satélite, ou por cabo de fibra ótica, chegue. Mas não é só chegar a conectividade para servir só ali a sala do diretor da escola. Não é só para chegar a conectar, para servir ali, é para toda a escola com wi-fi, com banda larga, com possibilidade de o professor dar uma aula com vídeo, dar uma aula que possa garantir a transmissão e a conectividade. Então nós estamos falando que para o jovem estar na escola, ele precisa sentir vontade de ir para a escola. Então uma escola com uma boa infraestrutura, uma escola com conectividade, uma escola com bons professores, com professores preparados, valorizados, uma escola que acolha bem a nossa criança e o nosso jovem. E aí, mas o grande motivo que o aluno do ensino médio abandona a escola é a questão financeira. É que chega naquela idade laboral de querer trabalhar para ajudar a família. Às vezes não é uma opção que ele faz. Ou vou trabalhar ou estudar. Às vezes é uma necessidade. E vocês sabem o que eu estou falando porque vivem a realidade dos municípios de vocês, ainda, infelizmente, em muitos municípios brasileiros. Portanto, o presidente Lula resolveu criar o programa Pé de Meia, que é garantir uma poupança para esse jovem, uma parte que ele pode sacar todo mês ou não, se quiser ou não, e um valor que ele recebe no final do ano, mil reais, que fica lá depositado na conta dele, que ele só vai poder sacar ao final da conclusão do seu ensino médio. Ele poderá receber até R$ 9.200,00 ao longo dos três anos do ensino médio brasileiro. Por que nós estamos fazendo isso? Porque nós queremos dizer que nós não queremos nenhum aluno fora da escola pública nesse país. Nós queremos que todo aluno que entre no ensino médio conclua a sua escola. Porque essa é a garantia de um futuro para ele, a garantia da porta de entrada para a universidade, para um futuro melhor e para melhorar a renda desse jovem brasileiro. Então, como eu falei, são ações que a gente olha desde a educação infantil até o final do ensino básico, que diz respeito maior aos municípios e aos estados brasileiros. E quando a Fernanda

0012960

assumiu o FNDE, como nós assumimos o Ministério, nós tínhamos lá, primeiro, muitos convênios de obras dos municípios, primeiro, atrasadas. Eu sou testemunha disso porque, prefeito, eu fui governador do Estado durante oito anos e, nos últimos anos, eu precisei entrar no STF, com ação no STF, presidente da Caixa, para poder receber os recursos que o FNDE devia ao Estado do Ceará das obras que tinham sido pactuadas lá atrás. Então a primeira decisão que nós tomamos não interessa quem é o prefeito, não interessa qual é o partido do prefeito, o que tiver de obra para ser paga, nós vamos pagar. E pagamos em 2023 mais do que o dobro do que foi pago em convênios, em escolas, em creches em 2022. Para dizer que nós não queremos que nenhuma obra paralise mais no Brasil por falta de pagamento. E esse tem sido o compromisso da Fernanda andando no Brasil, criando balcão de atendimento de prefeitos, criando balcão de atendimento de municípios. Tá aqui o prefeito de Marajó, na ilha de Marajó, tá ali o Foguinho, né? Clebinho. Mas é porque chama de Foguinho, que tem um negócio... a Fernanda foi lá já. Já foi lá. Só na ilha de Marajó, eram quantas escolas e creches? 138, só inacabadas e paradas, só na ilha de Marajó. Nós estamos retomando agora. Então, a primeira coisa foi, primeiro, não deixar nenhuma obra mais em atraso para não parar. Depois, verificar o que é que nós vamos fazer com todo esse estoque de obras paralisadas e inacabadas, que é difícil para um prefeito ter uma obra de cinco, sete anos atrás, concluir com o mesmo valor da época. Então, nós mandamos, inicialmente, nós mandamos uma medida provisória, mas que o Congresso pediu que fosse um projeto de lei. Infelizmente, o projeto de lei só foi aprovado em novembro, prefeito. Nós queríamos ter andado mais rápido, só foi aprovado em novembro garantindo a correção dessas obras pelo valor do Índice Nacional da Construção Civil para permitir que o prefeito conseguisse terminar aquela creche, aquela escola, aquela quadra no seu município. Então, demos um prazo até dezembro, final de dezembro, para os municípios aderirem ao programa, das 5.800 obras, 3.700 aproximadamente, os prefeitos aderiram a essas obras, ou seja, informaram que queriam terminar aquela obra. Aliás, aquele prefeito que já terminou, ele vai receber o recurso que ele investiu, que teve prefeito que resolveu terminar a obra antes mesmo da gente poder aprovar aqui. Então, aprovando e confirmando que a obra está pronta, nós vamos ressarcir a prefeitura, o prefeito, em relação àquela obra que ele já realizou e que já pagou. A lei permite isso. E a partir do momento que nós resolvemos isso, ou seja, encaminhamos isso, o presidente Lula, pela primeira vez, incluiu a educação no PAC. Então, também, nós vamos ter agora, são 1.873 creches e escola de tempo integral que foram abertos no edital para que os municípios se inscrevessem. É a primeira etapa, nós vamos lançar outra etapa também de creches e escolas, escola de tempo integral e creches, que inclusive hoje aqui, daqui a pouco agora, quando eu terminar de falar, nós vamos assinar aqui a autorização já da contratação e imediatamente o empenho dos recursos para as primeiras obras do novo PAC, já da educação, lançado recentemente pelo presidente Lula. E depois os ônibus. O MEC há muito tempo também não comprava ônibus diretamente com recurso 100% do MEC. Então também nós lançamos 1.500 ônibus, fora a ata de registro de preços, que também estávamos sem ata, fizemos a maior ata de registro de preços, 16 mil ônibus, para o prefeito, o governador, que quisesse aderir, e o MEC já aderiu nessa primeira leva de 1.500 ônibus que já estão sendo fabricados, mas que nós vamos agora também assinar 900 autorizações para repasso de recursos para os municípios, porque são eles que contratam, eles que pagam diretamente as empresas que ganharam a licitação na ata de registro de preços. Então, o compromisso é garantir novas creches, garantir novas escolas, terminar as escolas e as obras forem acabadas e paralisadas e garantir que as obras em andamento não serão paralisadas por falta de recursos de repasse pelo FNDE ou pelo Ministério da Educação. Se a gente somar aqui 3.700 obras, mais 1.800, são quase 8 mil obras da educação básica, praticamente a grande maioria em municípios brasileiros, que hoje estão sendo financiadas pelo Ministério da Educação. Aqui a Fernanda trouxe a maquete da creche, trouxe aqui a maquete da Escola de Tempo Integral, trouxe a maquete dos nossos ônibus escolares, que estão sendo autorizados já aqui hoje. Nós vamos agora assinar aqui alguns prefeitos que estão aqui presentes, simbolicamente, bota aqui a quantidade de... eu só vi a apresentação, a apresentação não saiu da primeira lâmina viu? A apresentação não saiu da primeira lâmina aqui. É aqui? Eu já falei tudo, vou só aqui, é no verde? Aponta para onde? Para onde? Aponta para onde? Para a Izolda. Eu já falei aqui... não, agora a Izolda. Falhou, Izolda. Não vou passar mais rápido aí não? Aqui, por exemplo, só para mostrar aqui, para voltar aqui, só para mostrar aqui, não, aqui é o Pé de Meia, você tem uma ideia quanto nós estamos investindo hoje por estado, hoje estamos com 2 milhões, 2 milhões e 700 mil alunos aproximadamente, vamos ampliar agora para 3 milhões e 200 mil, não, vai ser mais de 3 milhões e 500 mil alunos. Não tem os dados do tempo integral, não? Bom, aqui só para as obras que eu estava falando, tem 1049 obras em andamento que estão no PAC, fora 1300 que estão fora do PAC. Tem 1.863 obras que são essas que eu falei, creche e pré-escolas e escola de tempo integral. E 3.783 obras que são obras que estamos retomando, já contratando agora a partir de hoje, assinando aqui os contratos. Aí é um pouco da distribuição de onde estão essas obras por Estado. O Estado, aí tem um pouco das obras que estão em andamento também, valores e onde estão as obras. Estou passando aqui. Aqui são as obras que estão em andamento fora do PAC. São 1.374 obras. São as obras que a gente quer que não atrase nenhuma. E temos aqui a retomada, são 3.783 obras. Lembrando que no Pará, onde está a ilha de Marajó, que tem um maior número, aliás, segundo maior número, maior número é no Maranhão, 737 obras. No Pará, 516 obras. Na Bahia é o terceiro, com 413 obras paradas e inacabadas. Bom, aí um pouco os atendimentos virtuais e presenciais que o MEC tem procurado dar

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

aos municípios de assistência técnica. Aí é importante que de 2023 para cá já foram entregues 845 obras conveniadas e financiadas pelo FNDE em municípios e estados brasileiros. 650 em 2023 e 195 obras já entregues esse ano de 2024. E os 1.500 ônibus que nós estamos contratando, nós vamos assinar agora os 900 já para os Estados brasileiros. Bom, 892, mas arredondou para 900, né? Bom, presidente, é isso. Eu queria só agradecer, colocar o MEC à disposição, e agora passar aqui para o pessoal que vai chamar os prefeitos para que a gente possa assinar aqui os termos de compromisso. Obrigado, gente. Aplausos. José Carlos de Matos: Nós que agradecemos ao ministro Camilo Santana. Presidente da FNDE, Fernanda, que deve ter de prefeito ansioso aí, querendo ouvir a senhora, preocupado, um minutinho, né, ministro? Para a senhora se manifestar também em relação a essas questões das obras não acabadas, principalmente com a questão dos prazos, né? Por conta das diligências, então tem muitos prefeitos e prefeitas que estão preocupadas com esses prazos. Fernanda Pacobahyba: Boa tarde a todas e todos. Cumprimentar a todos aqui em nome da nossa secretária-executiva Izolda e cumprimentar o nosso ministro, nosso presidente da Caixa. De fato, o ministro Camilo já falou tudo. Alertar para o prazo. Nós temos apenas até o dia 1º de junho, gente, já teve o 1º prazo, foi prorrogado e aí essas obras são PAC, a Casa Civil lidera essas obras do PAC com relação a prazo e não haverá nova prorrogação. Então hoje nós temos 800 municípios que estão devendo retorno de diligências para a gente. Então atentem porque em não havendo prorrogação, quer dizer, vocês precisam devolver essa diligência para o FNDE, de fato no outro dia essas obras, essas obras entram em processo de cancelamento. Então é algo que eu peço demais a vocês que atentem, as pessoas que são responsáveis nos municípios para dar vazão para isso. E eu acho que o ministro Camilo vem trazer aqui uma notícia que é absolutamente extraordinária. Porque o PAC foi lançado agora no final do ano, toda aquela burocracia, são muitos protocolos, muita documentação. E aí, presidente, lembrando, nós iniciamos o processo na Caixa dia 6 de abril. Gente, hoje são 21 de maio, 6 de abril, e o ministro Camilo está aqui anunciando 186 termos de compromisso do novo PAC já firmados. Isso é um dado extraordinário. Então agradecer a vocês que têm atentado, que têm buscado a Caixa. O FNDE sempre à disposição também. E outro dado que é superimportante, que o ministro já ressaltou aqui, a nossa retomada. A retomada realmente é um processo bem mais complicado. São obras que historicamente apresentaram problemas. E aí eu cumprimento aqui a nossa equipe do FNDE está todinha ali da. Levanta a mão, meu povo, para dizer quem são vocês e tal. Obrigada a vocês. Parabéns. E estamos muito imbuídos porque nós acreditamos na retomada. E nós temos aqui quase 150 obras. O processo da retomada praticamente, ministro, começou agora em janeiro. Obras complexas e nós vamos vencer, sim, a retomada. Mas a gente precisa de vocês. E outra coisa superimportante, já dita aqui pelo ministro também. Aqui, 892 ônibus nesse momento, que já teve o Prefeito me procurou e disse, Fernanda, eu já quando eu procurei, o ônibus já está saindo. Já tem ônibus chegando no final do mês. Porque nós temos até estandes aqui das empresas que venceram a ata de registro de preço. Eles têm estoque para entregar, então acho que é uma entrega ultrarrápida. E a Casa Civil, ministro, do tocante 892, para completar os 1.500, nos próximos 15 dias esse orçamento já chega. E aí corram também para, junto às empresas, aderirem à ata de registro de preço e entregar esse ônibus com a maior velocidade possível. O FNDE está aqui para servir vocês, estamos à disposição. Meu WhatsApp acho que o Brasil todo tem, canal virtual, enfim, a nossa equipe está super à disposição. Exato! Verdade, ministro. Esse dado é superimportante aqui. Uma determinação do nosso ministro Camilo publicada este mês, que foi a resolução 7 de 2024. O maior problema que impacta a vida dos nossos prefeitos se chama prestação de contas. E esse problema, que é um problema histórico, foi resolvido por esta gestão. Porque, de fato, a partir de agora nós não teremos mais a prestação de contas nesse sentido tradicional. A partir da adesão, a plataforma do BB Gestão Ágil, que nós já usamos o piloto da Escola de Tempo Integral, acabou essa burocracia para entrar num sentido de racionalidade. E agora o ministro está empenhado junto ao Tribunal de Contas da União para nós resolvermos o legado, né ministro, que tira o sono de muita gente, porque de fato é uma burocracia que foi se acumulando no FNDE e nós iremos resolver com toda certeza. Nós temos hoje, em estoque no FNDE, 270 mil prestações de contas. É do prefeito de 15 anos atrás, de 10 anos atrás. Então, algo que não agrega valor para a nossa política pública hoje, mas que nós acreditamos sim, que vai ser um golaço nosso. Mas, de qualquer forma, hoje o daqui para frente já vai acontecer de forma totalmente diferente. Fiquem atentos aí, busquem aí os secretários, requalificar a equipe e o FNDE também vai realizar diversas atividades de requalificação. Muito obrigada pela oportunidade, obrigada à CNM. Estamos aí, seguimos à disposição do FNDE. Obrigada, gente. José Carlos de Matos: Nós agradecemos a presidente do FNDE, doutora Fernanda. Agora vamos ouvir o presidente da Caixa Econômica, Carlos Vieira. Carlos Vieira: Boa tarde a todos e a todas. Já foi saudado aqui, eu gostaria novamente de saudar o nosso prefeito José Carlos, nosso ministro Camilo, a presidente do FNDE, a Fernanda, minha saudação, a secretária-executiva Izolda, em nome dela faço a saudação a todos os demais componentes do Ministério da Educação. De forma breve, o momento é um momento dedicado ao Ministério da Educação, a Caixa está aqui no papel secundário, no papel de ser o braço executor das políticas, tão bem conduzidas pelo Ministério da Educação, nos tem surpreendido de forma muito positiva a execução e a condução do Ministério nas suas diversas frentes, a rapidez, a dedicação, o empenho, a eficácia das ações nos surpreendem. Nós que temos uma relação com todos os Ministérios, do Governo Federal, do Governo Lula, mas de forma muito positiva nos surpreende essa relação. Esse número temporalizado aí em menos de 40 dias termos,

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0017960

a oportunidade de assinar essa ação de hoje representa uma simbologia para nós de tempo recorde. Nós batemos aí um tempo recorde de uma tarefa, de toda a sua jornada para chegar a esse momento. Então, de forma muito positiva, nos surpreende, ministro. Então, meus parabéns aqui ao senhor, à sua equipe, aos secretários, a equipe do FNDE aqui presente, e dizer que a Caixa está, e esse é o papel da Caixa, enquanto uma instituição que tem um papel fundamental nas políticas públicas, e reconhecer, eu não poderia deixar de fazer esse registro, eu que tenho origem nessa empresa, reconhecer o quanto esse governo tem feito bem a Caixa, do ponto de vista de oportunizar a Caixa ser essa agente que ela está se tornando cada vez mais presente na vida dos brasileiros. E agradecer, eu acho que é um fato inédito do Ministério da Educação ter feito esse convênio com a Caixa, demonstra um reconhecimento e um agradecimento. Então, é dessa forma, pela educação, a Caixa se sente extremamente honrada em fazer parte dessa jornada, em acompanhar toda essa transformação, porque um país cresce, o Ministro já falou isso, ele cresce, se desenvolve e se perpetua pela educação. Então, o meu reconhecimento enquanto brasileiro, enquanto presidente da Caixa a todas essas execuções feitas em políticas públicas voltadas pela educação, pelo Ministério da Educação. Muito obrigado pela oportunidade. Camilo Santana: Eu vou só quebrar aqui o protocolo, primeiro eu queria agradecer. Agradecer aqui, eu gosto muito de pedir salva de palma. Uma salva de palmas para a equipe da Caixa Econômica Federal, parceira. Agradecer aqui a equipe da FNDE, pedir uma salva de palmas aqui para o FNDE. Agradecer e cumprimentar toda a equipe da Confederação Nacional de Municípios pela sua grande Marcha, XXV Marcha, uma salva de palmas a toda a equipe e uma salva de palmas aos prefeitos e prefeitas, aqui presentes e todos os prefeitos e prefeitas do Brasil. E por último, dizer uma palavra de solidariedade. Sabe o quanto a gente tem, o ocorrido no Rio Grande do Sul, o quanto isso tem, o simbolismo que representa a dor das pessoas que passaram e que passam pelo que está acontecendo lá, mas dizer que nós estamos desde o primeiro momento, o governo do presidente Lula, o povo presidente, nós do Ministério da Educação, em contato, em diálogo permanente, em ações concretas já para os municípios afetados, abrimos um sistema no CIMEC exclusivo para atender as demandas dos municípios. Já estamos repassando essa semana recursos extras do Programa Nacional de Alimentação Escolar para apoiar as famílias dos alunos das escolas dos municípios afetados. Estamos passando a cota-eixo também do PDDE. Aprovamos no Conselho Nacional de Educação a flexibilização do ano letivo no estado do Rio Grande do Sul. Ontem mesmo anunciamos a isenção da taxa do ENEM. Enfim, uma série de ações estamos em constante contato com a Secretária de Educação, com os representantes dos municípios da Undime. Semana que vem nós estaremos de novo lá, eu mesmo presencialmente lá no Rio Grande do Sul, para que a gente possa superar e apoiar, prefeito, todos os municípios que estão sofrendo, até porque a gente sabe o prejuízo que será para os nossos alunos e alunas também da rede pública municipal e estadual do Rio Grande do Sul. Então, quero também deixar aqui a minha solidariedade aos prefeitos, e a população do nosso querido Estado do Rio Grande do Sul. E parabenizar mais uma vez a Confederação Nacional dos Prefeitos. Muito obrigado. Cerimonialista: Nós queremos agradecer ao tesoureiro da Confederação Nacional de Municípios, o prefeito de Riachão do Jacuípe, Bahia, José Carlos de Matos, e convidá-lo para que acompanhe as autoridades, o ministro Camilo Santana, a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, e o presidente da Caixa, Carlos Vieira, para as assinaturas dos termos de compromissos e contratos firmados nesta oportunidade durante a XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Primeiramente, gostaríamos de convidar... convida-se ao palco o prefeito de Rubelita, do estado de Minas Gerais, José Trindade Ferreira, para assinar, juntamente com o presidente da Caixa, senhor Carlos Vieira, um contrato no âmbito do novo PAC para a construção de escola em tempo integral, no valor de 9,3 milhões de reais. Eu peço uma salva de palmas neste momento. Agradecemos ao prefeito, e ao presidente da Caixa Econômica Federal, e neste momento convidamos o ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, a presidente do Fundo Nacional de Educação, o FNDE, Fernanda Pacobahyba, e os prefeitos de Miranda, Mato Grosso do Sul, Fábio Santos Florença, o prefeito de Rio do Fogo, Rio Grande do Norte, Márcio Luiz, e o prefeito de Acari, no Rio Grande do Norte, Fernando Antônio Bezerra, para assinar um termo de compromisso de ônibus escolares do programa Caminhos da Escola. Uma salva de palmas. E neste momento, convidamos mais uma vez o ministro Camilo Santana, a presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, a permanecerem no palco, pois convidamos os prefeitos de Bagre, Pará, Clebinho, a prefeita de Silva Jardim, Rio de Janeiro, Mayra Branco Monteiro, e a prefeita de Novo Horizonte, Bahia, o prefeito de Novo Horizonte Bahia, Djalma Abreu dos Anjos, para assinarem o termo de compromisso de 137 obras aprovadas no PAC pela retomada de obras na educação básica. Senhoras e senhores, as assinaturas neste ato firmadas simbolizam as entregas do Ministério da Educação, juntamente com o FNDE, para a educação brasileira nos municípios e representam um investimento de 1,1 bilhão de reais em 186 obras e ainda 418,4 milhões de reais com a entrega de 892 ônibus escolares. Uma salva de palmas. Senhoras e senhores, agradecemos a presença do Excelentíssimo senhor Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, da Presidente do Fundo Nacional de Educação, Fernanda Pacobahyba, e dos prefeitos, juntamente com o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira. Senhoras e senhores, estamos encerrando as nossas atividades do primeiro dia da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Aguardamos a todos, amanhã, a partir das 8 horas da manhã, para a Assembleia Geral da Confederação Nacional de Municípios. A todos um boa noite e até amanhã. Nesta data, na parte da tarde, foram realizadas várias ARENAS com conteúdo

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

técnico, que são a seguir descritas: Municipalização do Trânsito: Oportunidade para captação de recursos e melhoria da segurança viária Área organizadora: Transporte e Mobilidade. Responsável: Paulo Batista. Palestrantes: Margareth Gramacho presidente do (Cetran/BA) Júlio Pellizzon coordenador de Multas e Educação para o Trânsito do Dnit. Encaminhamentos: Incentivo ao processo de Municipalização do trânsito e efetivação da gestão compartilhada do trânsito local, com participação mais intensiva dos Estados e Governo Federal para que a responsabilidade não recaia somente nos Municípios. O Papel dos Municípios no Âmbito do Decreto de Fomento à Cultura e da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Area organizadora: Cultura. Responsável: Ana Cristina Maltez. Palestrantes: Secretária-geral de Consultorias da AGU, Clarice Calixto; Thiago Rocha, MINC; Fernado Cordeiro, Mandirituba/sc. Encaminhamentos: Alteração do prazo para a elaboração do Plano Anual de Aplicação de Recursos e da implantação dos Conselhos, Planos e Fundos de Cultura municipais, visando uma melhor preparação pelos entes. II Encontro do Fórum dos Consórcios. Area organizadora: Consórcios. Responsável: Joanni Henrichs e Augusto Fortunato. Palestrantes: Wladimir Ribeiro, Advogado; José Mario Brasiliense Carneiro e Eder Brito Oficina Municipal; Ércio Kriek, Prefeito de Pomerode/SC; Elvis P. Santana, APIS; Ana Carolina Nery Queiroz e Nivaldo Junior, Cimvalpi/MG. Encaminhamentos: Consolidação dos consórcios públicos como instrumentos de cooperação capazes de fazer frente aos diversos desafios enfrentados pelos Municípios; Necessidade de atualização da lei de consórcios e o reconhecimento da importância da atuação da CNM no fortalecimento do desenvolvimento regionalizado; Lançamento do Consórcio Nacional para gestão climática e prevenção de desastres. Universalização do Saneamento no Contexto da Regionalização: alertas e orientações. Área organizadora: Saneamento. Responsável: Claudia Lins e Elisa Kaerber. Palestrantes: Alexandre Mota, FUNASA; Silvio Martins, prefeito de Pradópolis/SP; Nélio Aguiar, FAMEP; Wladimir Ribeiro, Fiesp. Encaminhamentos: Necessidade de fortalecimento da autonomia municipal e do apoio financeiro para ampliar os serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário. Habitação e Regularização Fundiária Urbana: Estratégias para captação de recursos. Área organizadora: Habitação e Planejamento Territorial. Responsável: Karla França, Jordan Oliveira Ferreira Cabral e Cid Blanco. Palestrantes: Mirna Quinderé Belmino Chaves e Samuel Cardoso, MCidades; Vânia Portela, Secretária de Santarém/PA; Patryck Araujo Carvalho e Ines Magalhães, CEF; Encaminhamentos: Necessidades de oferta integrada de capacitações aos técnicos municipais nos programas habitacionais; Reestruturação dos processos e prazos de contratação habitacional dos programas federais, para garantir isonomia de oportunidade de acesso aos Municípios com menor capacidade técnica. Territorialização dos ODS: Como aproximar ao dia a dia do Município. Área organizadora: internacional. Responsáveis: Rhaellyse Gonçalves. Palestrantes: Lavito Person Motta Bacarissa, Comissão Nacional dos ODS; Lavito Bacarissa - Assessor da CNODS; Zuleica Goulart - coordenadora do Programa Cidades Sustentáveis; Ronaldo Veiga - Assessor Parlamentar de Taquaritinga do Norte/PE; Edson Cardoso - Secretário de Agricultura de Barcarena/PA; Paulo Lopes - Vice-presidente de Sustentabilidade e Cidadania Sustentável da Caixa. Encaminhamentos: capacitar a equipe técnica já existente no Município para o alinhamento das ações desempenhadas pelos ODS e incorporar a população nos processos. InovaJuntos: Responsável: Maurício Zanin Encaminhamentos: Dar continuidade e compartilhar as práticas do InovaJuntos com todos os Municípios brasileiros; criar um grupo de trabalho com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para destravar as pautas de fronteira; estimular a participação de Municípios no fórum de cidades amazônicas, no consórcio "Complexo Nascente do Pantanal" e outras associações ligadas aos temas de fronteira e integração regional; apoiar a criação da associação de Municípios do Brics+. Boas Práticas Municipais de Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres. Área organizadora: Defesa Civil. Responsáveis: Johnny Amorim Liberato, Claudia Lins. Palestrantes: Gilson Daniel Batista, Deputado Federal; Osvaldo Morais, Secretário de defesa social de Ipojuca – PE; Angela Schumacher Schuh, Prefeita Municipal de Cachoeira do Sul – RS; Edson das Neves Junior, Superintendente de Defesa Civil - Município de Cachoeira do Sul – RS; Daniela Pavisnki, Programa Eficiência Municipal - Banco do Brasil. Encaminhamento: apoio técnico no monitoramento de áreas de risco para prevenção de desastres e disponibilização de recursos de forma imediata, sem burocracia, quando Municípios forem afetados por desastres. RPPS: Gestão e Equacionamento dos déficits. Área organizadora: Previdência. Responsáveis: Mário Rattes e Leonardo Rolim. Palestrantes: Paulo Roberto dos Santos Pinto, Secretaria de Regime Próprio e Complementar (SRPC) e Luís Felipe Arellano, Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo. Encaminhamentos: Mudanças na legislação para garantia de maior segurança na gestão e precisão no cálculo dos déficits atuariais, resultando no custo previdenciário mais acessível. Serviço de Inspeção Municipal, selo ARTE e Consórcios SIM. Área organizadora: Desenvolvimento Rural. Responsáveis: Mário Nascimento e Osni Rocha. Palestrantes: Judi Maria da Nóbrega, MAPA; Daniele Cristina de Camargo Cabrioti, Codevale. Encaminhamentos: Garantir o comércio intermunicipal dos alimentos fiscalizados pelos serviços de inspeção dos Municípios e Consórcios de Municípios. Cenário Fiscal de 2024. Área organizadora: Estudos Técnicos. Responsáveis: Vinícius Augusto Lima de Almeida. Palestrantes Secretários de Finanças de diversos Municípios: Renata de Oliveira Coelho; Angela Nascimento da Silva; Thiago Brites de Barros; Carlos Bertan e Fernando Lima Barretto. Encaminhamentos: Necessidade de controle das receitas e despesas públicas e o esforço de qualificação de pessoal, transparência e fiscalização para ampliação da arrecadação. Turismo Rural: Desafios e

perspectivas. Área organizadora: Turismo. Responsáveis: Marta Feitosa, Mário Nascimento, Andreia Roque e Mônica Costa. Palestrantes: José Roberto da Silva Estevo, representando o Prefeito Vilmar Cappellaro de Lagoa Grande/PB; Vanessa Leal, MTur. Encaminhamentos: Adoção do Turismo Rural como ferramenta de fortalecimento do Território Rural Inteligente com: Criação na CNM da Rede Municipalista de Turismo Rural; Estímulo à pesquisa de informações municipais sobre turismo rural pela CNM; Criação na CNM do Observatório de Turismo Rural Integrando as áreas de turismo e agricultura. FÓRUM DE VICE-PREFEITOS. Área organizadora: Jurídico. Responsáveis e palestrantes: Elena Garrido e Rodrigo Dias Encaminhamentos: Melhor estruturação da atuação do vice-prefeito em nível constitucional que permita que este agente público eleito tenha gabinete e recursos administrativos e orçamentários dignos além de uma definição de atribuições claras que não apenas as de substituição e sucessão do Prefeito, mas sim de efetivo auxílio à gestão local em outras frentes. Desafios e Implementação da Nova Lei de Licitações. Área organizadora: Jurídico. Responsável e palestrante: Martin Haerbelin. Encaminhamentos: Necessidade de uma mudança de cultura sobre o planejamento e governança nas contratações, assim como a forma eletrônica das licitações. Cerimonialista: Senhoras e senhores municipalistas, bom dia. Estamos começando a nossa programação do segundo dia da nossa XXV Marcha a Brasília em defesa dos municípios. Mais uma vez, gostaríamos de agradecer ao apoio da Undoc City Tech, do Google Brasil, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa, o Sebrae. Da Caixa Econômica Federal, do Serviço Federal de Processamento de Dados, o SERPRO, e do Banco do Brasil, BB Seguros e Ourocard Visa, pela realização deste evento. Senhoras e senhores municipalistas, não se esqueçam de registrar a sua presença nas entradas do auditório. A sua participação é muito importante para a marcha. Lembrando que o seu certificado de participação só será liberado com 70% de presença durante a nossa programação. Facilite o seu almoço. Utilize o restaurante aqui do CICB. Adquira o seu voucher antecipadamente nos guichês volantes identificados. Senhoras e senhores municipalistas, para embarque nos carros de aplicativo, utilize o piso técnico primeiro andar. Senhoras e senhores, dando início então à nossa programação, é com muita alegria que trazemos um dos grandes apoiadores da XXV Marcha a Brasília em defesa dos municípios. Vocês que já estão aqui na plenária, e você, municipalista que nos acompanhada pela plataforma do YouTube, é com muita alegria que convidamos o assessor especial da presidência do SERPRO, o senhor André Piccoli Agatti, para nos trazer informações específicas para o seu município. Vamos acompanhar. André Piccoli: Muito bom dia a todos e todas. Em nome do nosso presidente, senhor Alexandre Amorim, trago aqui saudações aos nossos prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras que constroem as nossas cidades no dia a dia nesse Brasil afora. Falar do SERPRO, o Serviço Federal de Processamento de Dados, somos hoje consideradas a maior empresa pública de tecnologia do mundo, empresa vinculada ao Ministério da Fazenda. Há 59 anos, essa é a história do SERPRO, há 59 anos o SERPRO constrói e podemos afirmar sem dúvida alguma que o SERPRO construiu a evolução dos sistemas tecnológicos do governo federal do estado brasileiro ao longo desses 59 anos. É uma empresa que tem hoje 7.200 funcionários, responsável pelos principais sistemas estruturantes da administração pública federal e que hoje coloca no seu planejamento estratégico, como missão de uma empresa pública, construir e ser o indutor da inovação e modernização tecnológica do Estado brasileiro com foco agora nos nossos municípios, nos estados e municípios. Hoje o SERPRO apresenta um grande portfólio de soluções para a inovação, modernização tecnológica dos estados e principalmente dos municípios brasileiros. Quando nós dizemos municípios brasileiros, nós pensamos justamente naqueles municípios de médio porte, de pequeno porte, que têm mais dificuldade de elaboração tecnológica, mais dificuldade de promover acesso às tecnologias. É para esses municípios que o SERPRO, enquanto empresa pública, entende sua função e sua missão social de promover a inclusão digital, a modernização tecnológica e auxiliar o Estado brasileiro como um todo, o país, a sociedade brasileira nesse processo de evolução tecnológica que o mundo vive hoje, que é um processo sem volta. Aqui o nosso presidente Alexandre Amorim, que através das prefeituras e outros atores do Ecossistema de Tecnologia Municipal Estadual, esperamos chegar na camada da sociedade mais distante do digital e auxiliar o Brasil a construir uma cidadania digital que seja real para todas as pessoas e de todos os lugares. É essa a nossa missão hoje. A empresa, ela tem construído aí um portfólio de soluções usando dessa expertise de 60 anos construindo soluções é a maior referência em segurança tecnológica hoje do país guardamos dados importantíssimos dados praticamente de toda a população brasileira, todos os sistemas da Receita Federal, SIAF, todos os sistemas financeiros do governo federal são construídos e elaborados pelo SERPRO colocamos essa expertise hoje de desenvolvimento para o serviço público a serviço dos municípios. Um futuro mais digital, inteligente, conectado para estados e municípios de norte a sul do Brasil. Nós temos uma verdadeira revolução digital para um governo digital inteligente, mais moderno e inovador, é hoje essa demanda da sociedade brasileira. É isso que o SERPRO desenvolve no dia a dia, e aí vocês têm acesso a diversos serviços hoje apresentados, um deles a CNH Digital, por exemplo, é um serviço do SERPRO, o próprio GOVBR é um desenvolvimento SERPRO, cidades.gov é um desenvolvimento SERPRO, portais para prefeituras, municípios de médio pequeno porte é lógico que municípios de grande porte nós atuamos mas entendemos que pela dificuldade, muitas vezes, de acesso, hoje o SERPRO se coloca na sua missão como indutor do desenvolvimento para esses municípios, com esse foco, cidades médias e de pequeno porte. Cominação de expertise distintas do setor público e privado para criação de ofertas mais completas e eficazes para melhor atender às demandas

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

complexas atuais. Mais um pouco aqui sobre o SERPRO, aqui em todas as áreas que nós temos já soluções desenvolvidas para administração pública municipal, na área de mobilidade, na área de meio ambiente e sustentabilidade, na área de saúde e bem-estar social, segurança pública, educação e cultura, tecnologia, inovação, economia. Importante dizer que soluções que estão desenvolvidas já na nossa prateleira, nós temos já um amplo portfólio de serviços para oferecer para municípios. E soluções que venham a ser desenvolvidas, que entrem na nossa esteira de desenvolvimento, nós sempre procuramos fazer isso em diálogo constante com os municípios, entender o problema dos municípios, entender quais são as dores que afligem uma administração pública municipal e a partir disso colocar em diálogo com os nossos desenvolvedores, com os nossos técnicos para que possam elaborar as melhores soluções e soluções que são construídas de forma dialógica, dialogadas de forma participativa em conjunto com os municípios. Geralmente nós selecionamos municípios que são parceiros para participarem de uma espécie de laboratório de produção para que a gente possa então ter a dimensão exata do que vai entrar na esteira do desenvolvimento tecnológico da empresa. Aqui algumas soluções na área de mobilidade, principalmente na área de fiscalização de trânsito. Nós temos o case de sucesso, o Radar, o Autua, o SNE, o radar que é um sistema mais de processamento da parte administrativa da multa de trânsito. Quando aplica a multa, você tem todo um processo administrativo e o Radar é um sistema que ele cuida desse processo administrativo após a autuação. O Autua, que já é um sistema voltado por agentes fiscalizadores de trânsito, que elimina aquele talonário de multa e entra agora o agente de trânsito vai ter um tablet e a partir desse tablet ele faz toda a autuação e o SNE que é mais interativo com o condutor. É o sistema que informa o condutor sobre multa de trânsito, que permite parcelamentos de multa de trânsito. Na área de tecnologia e inovação, nós temos o nosso portal, Cidades GovBR, Serprobots, que entra já na lógica de diálogo com a sociedade através dos nossos robôs, enfim, uma interação mais com o público, Avisa BR, gestão de margem consignável. Importante dizer, nós estamos com o nosso estande aqui no primeiro andar, no piso técnico com os nossos funcionários colaboradores técnicos altamente capacitados e qualificados para conversar com você conversar sobre seu município entender qual é a melhor solução para a sua prefeitura para que a gente possa então dar um salto de qualidade no processo de inovação e evolução tecnológica do município. O SERPRO VISÃO, que é uma ferramenta que dá todo o suporte ao planejamento estratégico da administração pública, gerenciamento de projetos, reuniões de monitoramento, apresentações, gestão de informação, relatórios, dashboards, integrações, inteligência artificial, enfim, é um sistema que visa organizar a gestão e administração pública, como se ele permite enquadrar todo o secretariado, toda a estrutura da administração pública num eixo de planejamento estratégico. Permite aquela situação, aquela condição em que ninguém desafina e o prefeito é o grande maestro condutor da orquestra. Então, assim, hoje não se fala em administração pública de excelência sem ferramentas de planejamento e o SERPRO VISÃO é uma ferramenta que pode te dar essa possibilidade e essa capacidade de planejamento estratégico e acompanhamento dos resultados, evidentemente, que se espera. Essa é uma ferramenta SERPRO virtual, uma ferramenta que nós trouxemos recentemente para o nosso portfólio e tem sido um case de bastante sucesso e interesse. Para vocês terem uma ideia, o SERPRO virtual é uma ferramenta que, se você pegar um computador da década de 90 e um computador de última geração, através de um link que o SERPRO virtual oferece o computador da década de 90, vai ter a mesma performance do computador de última geração. A partir do momento que você acessa o link, você entra num portal que está alojado nos provedores do SERPRO, aqui em Brasília, e isso vai dar uma internet de altíssima qualidade. Geralmente, as prefeituras têm adquirido o produto para escolas públicas, oferecendo esse link para os alunos. É importante que esse link, quando é oferecido para os alunos, ele pode ser utilizado também para as famílias, pelas famílias dos alunos. Então, isso permite aí um processo de inclusão digital também e todo um leque de facilidades, de trabalho remoto, ambientes de laboratório e homologação, acesso a sistemas legados, pontos de autoatendimento, acesso seguro a aplicações. Aí toda a jornada aí do SERPRO VIRTUAL, serviços, a orquestração, dá para acompanhar toda a evolução, por exemplo, do aluno na escola, pelos pais, toda a administração também do sistema, segurança. Uma rede local mínima de acesso, pode ter uma internet de baixíssima qualidade para acessar o link e a partir do momento que entra no link vai ter uma internet de alta qualidade, de muita rapidez. Esse é um produto que entrou esse ano no nosso portfólio e tem se tornado já um produto de bastante sucesso junto às prefeituras e administrações municipais. Na segurança pública, nós temos o Biovalidade, que é o nosso... a prova de vida, quando faz o reconhecimento facial, faz a prova de vida, não precisa mais se deslocar para isso e ir até o banco. O Data Valida também são sistemas de segurança, reconhecimento facial. O GovShield, que é a nossa camada de segurança para a prefeitura, reitero aqui que o SERPRO é hoje a principal referência em segurança cibernética do país e o SaaS para a gestão da guarda municipal, que é um sistema que está sendo desenvolvido, está em fase de desenvolvimento. Ainda na plataforma de inteligência de governo com relação à economia, nós temos Vendas GOV BR, que é um sistema que permite a venda de patrimônio de bens públicos pelo governo. O Compartilha RFB, que é da Receita Federal, compartilhar os dados de acesso da Receita Federal com os municípios, plataforma de inteligência de negócios do SERPRO e está também na fase de evolução todos os sistemas da reforma tributária. É o SERPRO que desenvolve hoje os sistemas da reforma tributária. Passar rapidamente que o tempo está esgotando, meio ambiente de

sustentabilidade, saúde, bem-estar social, educação e cultura são todos temas aí que nós temos ou desenvolvidos ou na esteira de desenvolvimento pelos nossos técnicos. Promovendo ambientes, conectividade, soberania de dados. Aí nós temos o SERPRO Multicloud que é a nossa nuvem, estamos desenvolvendo também a nossa nuvem de governo que hoje está em fase já de desenvolvimento, são vários serviços que a gente tem a oferecer e reitero. Acho que hoje a nossa missão com relação aos municípios, pensando nas dificuldades dos municípios, pensando no SERPRO enquanto empresa pública e nossa função junto à sociedade brasileira, é ajudá-los a promover, é uma missão de ajudá-los a promover a modernização e a inovação tecnológica do seu município. Visite nosso estande, converse com os nossos colaboradores, entenda qual é a melhor solução para o seu município e, mais importante, o SERPRO não precisa participar de processo licitatório. Por ser uma empresa pública, nós estamos aptos a fazer a contratação direta com o poder público municipal. Muito obrigado a todos. Em nome do nosso presidente, Alexandre Amorim, de todos os nossos funcionários, um grande abraço, um ótimo dia e um excelente evento a todos e todas. Obrigado. Cerimonialista: Nós queremos, mais uma vez, agradecer ao André Piccoli Agatti, assessor especial da presidência do SERPRO, e agradecer também, em nome da CNM, pela parceria que o SERPRO tem em anos recorrentes na nossa marcha. Senhoras e senhores, neste momento queremos convidar para fazer uso da palavra o diretor executivo da Aprende Brasil Educação, senhor Fábio Oliveira. Seja bem-vindo, Fábio. Fábio Oliveira: Olá, muito bom dia a todos, prefeitos, prefeitas, secretários de educação, equipe técnica e demais autoridades. Em nome do Grupo Positivo, eu, Fábio Oliveira, diretor executivo, estou aqui para falar um pouquinho dos nossos trabalhos, das nossas soluções educacionais. Então, aqui, rapidamente, eu trago a história do Grupo Positivo. O Grupo Positivo nasceu em 1972, na ideologia ali de cinco professores, que foram idealizadores de um sistema de ensino de livros didáticos diferenciados e integrados. E nesses 52 anos de grupo positivo, nós nos tornamos, quanto representatividade no Brasil, um dos maiores grupos do Brasil, não só com as nossas soluções educacionais, mas também com o maior parque gráfico da América Latina, os nossos colégios em Curitiba, Santa Catarina, São Paulo e interior do Paraná. Em 2005, nós criamos a Aprende Brasil Educação. Aprende Brasil Educação, nós nascemos aí praticamente com 10 municípios, esses 10 municípios que acreditaram e estão conosco até hoje com o sistema de ensino Aprende Brasil Educação, que foi o segundo sistema de ensino da área pública e temos também o NAME, que é o primeiro sistema de ensino da área pública. São soluções educacionais para potencializar a educação pública do Brasil e dos nossos municípios. Qual que é o impacto dessas nossas soluções educacionais, principalmente, os sistemas de ensino? Nós já atingimos mais de um milhão e meio de alunos que foram impactados com as nossas soluções e mais de 120 mil professores já foram impactados com as nossas soluções e formações Brasil afora. E, no último IDEB de 2021, 76% dos municípios parceiros tiveram resultados educacionais em notas acima da média nacional. Ou seja, o nosso trabalho realmente é de impactar a educação e trazer um objetivo principal, que é trabalhar o objetivo social dentro dos municípios. Obviamente que hoje a gente fala muito das novas condicionalidades e a Emenda Constitucional 108 de 2020 trouxe as novas condicionalidades ali não só para o novo Fundeb, com aquele crescimento gradativo de 10% a 23% até 2026 com a complementação da União, mas também a divisão da cota-parte do ICMS educacional. E quando olhamos hoje para essa questão do ICMS educacional, é interessante porque, assim, os resultados educacionais, os municípios e estados podem receber mais. Porém, é de acordo com a regra própria de cada estado. Então, em 2023, nós tivemos a realização dessas avaliações, em 2024, o cálculo desses indicadores, e em 2025, essa distribuição dos resultados atingidos ali dos municípios, dos estados. E vejam que interessante no mapa, nós temos uma projeção dos estados de quanto eles irão receber dessa cota à parte do ICMS. E é interessante quando olhamos aqueles que irão receber acima de 16%, tem diversos critérios, critérios do SAEB, evasão, aprovação e avaliações estaduais. E quando a gente fala em avaliações estaduais, por exemplo, o Rio Grande do Sul com os SAEB e outros estados, ela tem um peso muito grande. O estado de São Paulo, por exemplo, vai receber 13%. Só que desses 13%, que ele está ali na linha na cor verde, nós estamos falando que as avaliações estaduais representam 80% praticamente desse resultado do ICMS educacional. Então, eu convido a todos vocês que estão aqui a conhecerem as nossas soluções educacionais no nosso estande, que nós temos diversas soluções que podem, sim, potencializar esses indicadores, não só do ICMS educacional, mas também quando a gente olha para o VAAR e VAAT, que é de acordo com o mínimo ali por município que não atingiu o mínimo, não só do valor aluno total ano, mas no VAAR, que traz a questão dos resultados de avaliação, ou seja, melhoria de proficiência, de aprendizagem e redução das desigualdades sociais. E quando a gente fala proficiência e aprendizagem, temos que trabalhar a equidade, que é o que faz a grande diferença dentro dos resultados. E aí gradativamente chegará em 2,5 em 2026. Só que vejam que em 2024, 2.523 municípios receberão 3,6 bilhões quando a gente fala em VAAR. Só que 3.045 municípios não receberão, por quê? Porque provavelmente eles não atingiram uma das cinco condicionalidades do VAAR, que não é somente a melhoria da aprendizagem com foco na construção da aprendizagem, mas também alguns critérios, por exemplo, cumprimento das condicionalidades também e das competências da BNCC, no mínimo 80% dos alunos realizarem as avaliações oficiais, o SAEB, a escolha de gestores na questão democrática também. Então, quando deixa de atingir alguma ou de cumprir alguma dessas condicionalidades, o município pode não receber o VAAR. E aí quando a gente fala em VAAR, falamos em proficiência, aprendizagem, vejam que dado interessante, no Brasil, de

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

cada 100 estudantes que ingressam nas escolas, 93% concluem os anos iniciais aos 12 anos, só que desses 93%, somente 61.1 possuem proficiência adequada em língua portuguesa e 51.5 em matemática. Desses 93, 82 concluem os anos finais, destes somente 41.4% possuem proficiência em língua portuguesa e 24% em matemática e quando olhamos para os anos finais, 69% concluem o ensino médio e destes, ao fim do ensino médio, apenas 37% com proficiência adequada em língua portuguesa e 10% em matemática, ou seja, nós temos que cada vez mais realmente trabalhar as questões de políticas públicas, olharmos para esses indicadores, porque nestes próximos quatro anos de gestão, realmente, é onde os prefeitos e prefeitas iam colher esses resultados desses investimentos que vocês fizeram. Porque se não melhorar a proficiência, se não melhorar a aprendizagem, reduzir essa questão da desigualdade educacional, os municípios podem deixar de receber. Novamente, eu trago aqui que nós temos soluções educacionais que podem complementar, enfim, todas essas condicionalidades do novo Fundeb e do ICMS educacional. E quando a gente fala em condicionalidades, como que a gente pode contribuir? Não só com a melhoria da qualidade, com os nossos sistemas que atendem esses requisitos do Fundeb, mas também a valorização dos profissionais, porque dentro dessa cota-parte também, quando falamos em VAAR e VAAT, 70% vão para a folha de professores e 30% para os demais investimentos. E inclusão e equidade. Essas nossas soluções, elas promovem, sim, a inclusão e essa possibilidade de equidade no excesso à educação de qualidade. E aí falando um pouquinho da nossa empresa, do Grupo Positivo, da Aprende Brasil Educação, a nossa mandala lá atrás aqui, nós temos diversas soluções educacionais que atendem não só a educação básica no ensino regular, mas também na questão do período integral. Então, vejam que o sistema de ensino Aprende Brasil e NAME, nós trabalhamos desde a educação infantil até o 9º ano do Fundamental, com livros para alunos, professores, formações continuadas, personalizadas por município, plataformas de aprendizagem, porque você tem que ampliar o conteúdo dos livros na questão digital para esses alunos, porque não adianta os municípios comprarem apenas os tablets, os computadores, as lousas digitais, mas qual conteúdo nós iremos trabalhar? Porque eu sempre digo, trabalhar uma palestra, uma palestra genérica, o que que ela vai contribuir para a educação e que vai mexer o ponteirinho ali realmente nessa proficiência de aprendizagem? Porque vocês, prefeitos e prefeitas, quando vocês investem em educação, vocês querem realmente que o ponteirinho mexa. Então, as nossas formações, elas são direcionadas exatamente aos conteúdos que estão sendo trabalhados nos livros para com que esses alunos aprendam e tenham resultados indicadores melhores de qualidade. Mas quando olhamos para mandala toda, vejam que nós temos diversas soluções educacionais que atendem também o período integral. Por exemplo, o voo mais longe, o material que é um preparatório SAEB, o Laços, a nossa coleção socioemocional. Temos o material de educação financeira. Ah, mas Fábio, eu quero trabalhar uma avaliação pontual pela TCT, que eu avalio, bimestre a bimestre e trimestre a trimestre. Como que fazemos isso? Nós temos o SONDAR. Sabemos que uma das condicionalidades do VAAR também é atendermos à BNCC, as 10 competências da BNCC. Ensino religioso está lá como obrigatório. Os municípios precisam oferecer. Ah, mas é facultativo para o aluno, mas vocês têm que oferecer. Nós temos o Passado, presente e fé, que é ensino religioso. E temos o Letrix. Quando falamos em Letrix, temos aqueles alunos que não se alfabetizaram até o segundo ano e têm um certo déficit de aprendizagem, uma recomposição. Nós temos o Letrix que é uma proposta que trabalha essa recomposição de aprendizagem desses alunos. Então, fiquem muito à vontade para conhecer o nosso estande aqui, procurem os nossos especialistas que estamos lá para recebê-los e juntos podemos potencializar. Porque a educação pública, ela passa por diversas dificuldades e que a gente não consegue resolver. Agora, o que nós podemos juntos trabalhar para potencializar essa educação? E muito do que nós realizamos hoje é ouvindo os nossos parceiros e entendendo a realidade pública do nosso país. E aí, um ponto interessante, quando a gente fala em sistema de ensino aprende Brasil e NAME, que é um material que cria uma unidade em rede, os professores trabalharão em unidade, você cria uma proposta diferenciada, são propostas que potencializarão, não só nessa questão da formação, mas também uma continuidade, porque a educação tem que ter uma perenidade. E que resultados que nós atingimos com os nossos sistemas de ensino? Não só a melhoria do desempenho, onde contribui com o aumento significativo dos índices de proficiência, mas também maior engajamento desses alunos e professores que se sentem motivados e potencializa essa questão da aprendizagem. A otimização da gestão, auxiliamos os municípios a essa eficiência da sua rede de ensino. De novo, trabalhar uma unidade em rede. Se um aluno muda de uma escola para outra, nós teremos o mesmo material, a mesma proposta, a mesma sequência didática. Isso faz total diferença. E o reconhecimento nacional que eu acho que a melhor referência, quando eu falo para vocês procurarem os nossos especialistas no nosso estande ou até receberem entre os municípios, a melhor referência são aqueles municípios que já trabalham conosco. E aqui, antes de concluir, eu gostaria de deixar aqui uma mensagem que é assim, quando a gente fala em educação, educação ela tem que ter continuidade. Eu digo que deixarmos para os nossos filhos alguma herança, isso é uma casa, um terreno, isso é legal, mas pensarmos no intelecto e na educação. Isso ninguém tira dos nossos alunos, isso fará com que ele busque cada vez mais novas possibilidades e consiga descobrir o mundo. Porque nós não formamos os alunos para os nossos municípios, nós formamos os alunos para o mundo. Então, acreditem na educação, por mais dificuldade que tenhamos, mas só depende de nós para fazermos a diferença. Se nós não dermos o primeiro passo, ninguém fará por nós. Então, muito

obrigado, acreditem, educação é a base de tudo, a cada um real que nós investimos em educação aumenta 1.64% do PIB e 1.56% da renda per capita. Aí fala assim, puxa, mas educação, mas quem tem uma educação diferenciada, automaticamente nós teremos uma melhor saúde, porque esse aluno estará mais bem preparado, então nós teremos uma saúde diferenciada no município também. Então, acreditem, não desistam, só depende da gente. Muito obrigado, visitem o nosso estande, estamos à disposição para recebê-los e com muito prazer eu digo que nós trabalhamos com quatro competências no nosso grupo positivo, na Aprende Brasil Educação, que é a transparência, que nós trabalhamos com a união, com o aprendizado, com o encantamento e com a simplicidade. Se nós não tivermos, eu falei uma mais que é a transparência, mas eu digo transparência porque nós trabalhamos com um compliance que realmente respeita as leis que existem hoje no nosso país e que garante com que nós todos sejamos muito tranquilos com os nossos projetos e trabalhos realizados nos municípios do Brasil afora. Muito obrigado a todos vocês, um ótimo evento e fiquem com Deus. Cerimonialista: Fábio, muito obrigado por sua participação. Agradecemos, em nome da Confederação Nacional de Municípios, a Aprende Brasil por esta parceria. Senhor municipalista, visite os estandes da nossa feira para você poder ver de perto o que os nossos parceiros e apoiadores têm a oferecer para a gestão e para o trabalho dentro do seu município. Senhoras e senhores, seguindo então com o momento dos nossos apoiadores, é com muita satisfação que convidamos para fazer uso da palavra o head de Parcerias para a América Latina do Google, Ivan Patriota. Seja bem-vindo, Ivan. Ivan Patriota: Muito obrigado, bom dia a todas e a todos. Em nome do nosso presidente, o Fábio Coelho, eu saludo todas as prefeitas, todos os prefeitos, vice-prefeitas, vice-prefeitos, secretárias e secretários. Bem, hoje a gente vai falar de um tema que é um tema que veio à tona há pouco tempo, há poucos meses, ano passado, que é a inteligência artificial. Então, a nossa ideia hoje é trazer de como a inteligência artificial pode ajudar os usuários e principalmente os municípios nos desafios do seu dia a dia. Bem, só para vocês terem um pouquinho do contexto e a gente temporizar o uso da inteligência artificial, apesar de ter vindo mais fortemente esse tema à tona há poucos meses ou anos atrás, a inteligência artificial já é utilizada no Google há muito tempo. Então, quando vocês estão fazendo, por exemplo, uma busca no Google, a gente utiliza da inteligência artificial. Quando vocês utilizam aplicativos de mapa, por exemplo, como o Google Maps ou como o Waze, quando a gente quer otimizar uma rota, essa otimização de rota, ela se utiliza da inteligência artificial. Quando a gente quer fazer também uma predição de intensidade de tráfico, também é utilizada a inteligência artificial, entre outros produtos. Então, o nosso objetivo hoje é mostrar para vocês como a inteligência artificial já causa um impacto local, ajudando os nossos usuários a ter uma melhor informação e, principalmente, ao município nos seus desafios no seu dia a dia. E a gente vai trazer aqui o uso da inteligência artificial em pelo menos três setores que são muito importantes. A mobilidade urbana, mudanças climáticas e, por fim, na inclusão social. Bem, na mobilidade urbana a gente sabe que pelo menos nas médias e grandes cidades o tráfego realmente paralisa o funcionamento, literalmente o funcionamento de uma cidade. Ela traz uma insatisfação do cidadão que fica preso no trânsito. Ela traz também uma impressão de ineficiência na operação. E se eu fosse um administrador público, eu adoraria saber o que está acontecendo na minha cidade em tempo real. Eu adoraria saber, por exemplo, se um semáforo quebrou, se existe algum protesto e uma via foi fechada, se tem um buraco em uma via. Como é que a gente ajuda os municípios a terem essa informação em tempo real e a ter mais velocidade na tomada de decisão? Foi pensando nisso, neste desafio, que a gente lançou a nossa plataforma chamada Waze para Cidades, que garante aos municípios acesso gratuito aos dados de todos os dados que são gerados pelos usuários do Waze. E que dados são esses? Dados como, por exemplo, um semáforo quebrou, uma via foi fechada, um protesto em uma rua e o trânsito ficou intenso. Mas a gente não dá apenas acesso ao dado do Waze. A gente também permite que o município atualize o mapa do Waze. Então, imaginem só as senhoras e os senhores aqui presentes que vocês venham fazer, por exemplo, um fechamento de uma via ou uma reforma vocês podem avisar com antecedência que aquela via estará fechada, utilizando a plataforma Waze para Cidades. E com esses dados vocês podem criar dashboards, trazendo informação inteligente para uma mais rápida e mais precisa tomada de decisão em relação à mobilidade urbana. Para aqueles que têm interesse, esse aqui é um QR Code que já leva para a Waze para Cidades. Então, vocês podem apontar aqui o QR Code e acessar a nossa plataforma. Bem, passando aqui para um outro tema de mudança climática, a gente vem acompanhando aí tudo que vem ocorrendo no estado do Rio Grande do Sul. A gente sabe que não só lá, mas no meu estado em Pernambuco, há dois anos aconteceu, no Tocantins, no Rio de Janeiro, no Carnaval do ano passado, no litoral norte de São Paulo. Então, o mundo está passando por esse momento. O nível das águas está subindo. Cada vez mais é mais frequente fenômenos meteorológicos extremos, como incêndios, enchentes, como secas e ondas de calor. E tudo isso acontece por causa do aquecimento global. E a principal causa, ou uma das principais causas do aquecimento global, é a emissão de gases poluentes na atmosfera. E o que as cidades têm a ver com isso? 70% dessas emissões, senhoras e senhores, vêm das cidades. Então, as cidades precisam, para montar um plano de mitigação ou um plano de adaptação a tudo isso que está ocorrendo no nosso planeta, elas precisam entender, por exemplo, quanto elas emitem de CO_2 e foi também pensando neste suporte e apoio ao município que nós criamos a nossa plataforma Environmental Insights Explorer, que é uma plataforma que é exemplo do Waze para Cidades, também garante aos municípios de forma gratuita dados sobre emissão de CO_2 a partir dos transportes. Então a gente

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

calcula e estima quanto de CO2 os transportes que trafegam nos seus municípios estão emitindo, a gente também estima a quantidade de CO2 que é emitido na atmosfera a partir dos edifícios, das construções. A gente também, utilizando inteligência artificial, a gente calcula o potencial solar dos telhados das cidades, porque a gente entende onde existe uma maior intensidade da luz solar e a gente cruza esse dado com os telhados dos prédios e das casas. E, por último, a gente informa também, através de inteligência artificial e de imagens aéreas, os locais mais verdes das cidades. Apontando onde existem copas das árvores, os cantos mais quentes e os lugares da cidade que eles são mais frescos por conta do verde. Para aqueles que têm interesse também em acessar essa plataforma, também está aqui um QR Code que vocês podem acessar. A plataforma, tendo dado lá a demissão de CO2, vocês vão conseguir tê-lo de forma imediata após o cadastro no Environmental Insights Explorer. Bem, e por último, é um projeto de inclusão social. Eu não sei aqui quantos, mas eu apostaria que, vamos dizer, 100%, talvez, da audiência que esteja aqui, mora em um local onde a rua tem um nome, onde a casa tem um número, onde um prédio tem um número, seu apartamento tem um número. Mas esta não é a realidade de dois bilhões de pessoas em todo o planeta. Dois bilhões de pessoas hoje vivem em locais onde a rua não tem número. Essas pessoas não têm endereço. Cidadão, cidadã que não tem endereço, perde parte da sua identidade. Em alguns países eles não podem votar, em alguns países eles não têm acesso aos serviços públicos. E pensando em toda essa problemática, a gente criou uma tecnologia também gratuita chamada Plus Codes. Plus Codes são endereços digitais que representam uma latitude e uma longitude. A gente mapeou o planeta inteiro com uma precisão de até um metro quadrado cada pontinho do planeta. Então, lançando esse projeto, nós montamos um acordo de cooperação com o governo do Estado de São Paulo, em 2018, e mapeamos já em toda a zona rural do Estado de São Paulo 300 mil propriedades rurais que não tinham endereço. Dentro da cidade de São Paulo já são mais de 20 mil residências que já têm esse endereço Plus Codes. E a nossa meta até o final do ano é mapear em todo o Brasil, nas cinco regiões, 100 favelas. Essa plaquinha que vocês veem aqui, que tem a MM53RJ, esse é um código Plus Codes. E ele já está aí no seu celular para quem tem um Google Maps. Abrindo o Google Maps, apertando na bolinha azul, você vai ver exatamente o Plus Codes em onde você está agora. Então, é um trabalho nosso, também, repito, de acesso gratuito, vocês podem utilizar e a gente tem o maior prazer também de poder explicar um pouquinho mais. E é por isso que eu vou convidá-los também a entrar aqui no nosso site dos Plus Codes e aprender um pouco mais sobre essa tecnologia. Mas a gente quer se aproximar ainda mais dos municípios, a gente quer conversar ainda mais com todos vocês. Por isso que será muito importante que vocês atendam um convite especial do Google para que vocês vão até o nosso estande que está no primeiro andar do piso técnico e lá vocês vão ter... eu estarei lá junto com toda a equipe do Google para educação também, então a gente vai apresentar produtos para educação, o time de Google Cloud, o time de parcerias de Google Maps, para que a gente possa entender um pouco mais dos desafios dos municípios e apoiá-los durante essa jornada. Eu agradeço a todos a atenção e, mais uma vez, reforço o agradecimento ao convite da Confederação Nacional dos Municípios fazer parte do evento. Muito obrigado e tenham um bom dia. Cerimonialista: Muito obrigado, Ivan. Agradecemos, em nome da Confederação Nacional de Municípios, o apoio e a participação do Google Brasil na nossa XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Atenção, municipalista. Você que nos acompanha agora pelo YouTube e você que já está aqui na marcha, venha para o auditório. Está começando agora a Assembleia Geral da XXV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Prestação de contas e apresentação da nova diretoria. É por isso que convocamos todos os prefeitos, prefeitas, vereadores, vereadoras, secretários, participem agora presencialmente aqui no auditório da XXV Marcha. Senhoras e senhores, neste momento, para iniciarmos a Assembleia Geral Ordinária da Confederação Nacional de Municípios, convidamos ao palco o primeiro tesoureiro da CNM, Francisco Nélio Aguiar da Silva. O primeiro secretário da CNM, Edmar Santos. O segundo secretário, Hudson Brito. A membro do Conselho Fiscal da CNM, Silvany Manlaki. Mas antes vamos à retrospectiva: Alan Oliveira: Muito bom dia a você que nos acompanha na TV portal CNM, o meu nome é Alan Oliveira e eu vou te passar mais detalhes do terceiro dia da programação da XXV Marcha Brasília em defesa dos municípios. A programação desta manhã começa, vai começar agora com a Assembleia Geral da CNM, que é o momento em que a CNM apresenta a prestação de contas aos gestores e esses gestores que participam, eles aprovam eles fazem a votação para aprovar essas contas. Em seguida será apresentada a nova diretoria da CNM que foi eleita no início deste ano e para o triênio 2024 e 2027. Depois desse painel está previsto um outro painel que vai tratar dos debates sobre os desafios municipais no enfrentamento das mudanças climáticas. Para este painel foram convidados os ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Essa programação vai trazer mais detalhes também sobre as questões das enchentes no Rio Grande do Sul. Foram convidados alguns prefeitos para acompanhar esses debates pela plataforma Zoom. Nesse mesmo painel, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, deve detalhar mais informações do lançamento de um consórcio nacional que foi anunciado na abertura de ontem. Além disso, deve apresentar mais informações de uma PEC sugerida pela CNM para o enfrentamento de desastres e mudanças climáticas. Essas demandas, como eu mencionei, foram anunciadas na abertura de ontem da marcha e também devem ser intensificadas com os ministros. Já a programação paralela de hoje prevê a realização do fórum de vereadores, de consórcios e de vice-prefeitos. E continua a programação das arenas temáticas. Eu agradeço a sua companhia, peço a você que

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0013960

compartilhe o nosso vídeo para que outros gestores municipais e agentes possam também tomar conhecimento das pautas discutidas na XXV Marcha e, principalmente, para aqueles que não puderam comparecer. A gente volta a qualquer momento, siga a programação da XXV Marcha. Cerimonialista: Agora, passamos a palavra ao primeiro tesoureiro da CNM, Prefeito Nélio Aguiar que vai comandar a Assembleia de Prestação de Contas da CNM. Nélio Aguiar: Tratávamos aqui das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos gestores locais diante dos inúmeros desafios da gestão e lembrava dprojetos para os quais somos desafiados, os ....as vezes, para ferrar o município, como diz o nosso presidente Paulo, para acabar com a gente, para aumentar os impactos financeiros, e como diz a população também, os mais antigos aí, a corda acaba sempre arrebentando do lado mais fraco. Mas nós não vamos deixar com que a corda fique arrebentando o lado mais fraco, porque nós somos um movimento, somos 5.200 municípios afiliados, a maior entidade municipalista da América Latina, e nós sabemos a força que nós temos com o apoio de todos vocês mobilizados. Uma palavra ao meu presidente Paulo, que de batalha em batalha, sempre em busca de dias melhores para os nossos cidadãos. Nossa maior missão como entidade municipalista é o desafio de um pacto federativo justo aos que ainda, com muita coragem, enfrentam a difícil tarefa de comandar o município. Palavra aí do presidente Paulo Ziulkoski. Só quem é prefeito e prefeita nesse país sabe muito bem o que é que o presidente Paulo está querendo dizer com essa fala. Nós tivemos várias conquistas, como os adicionais do FPM. Já temos o 1% de julho, o 1% também de setembro, que foi escalonado, o adicional. No ano passado foi 0,25. E temos o 1% também de dezembro, que nos ajuda muito, principalmente no fechamento do ano, com a Folha, o 13º. Isso representa, esses adicionais do FPM significam mais de 16 bilhões de reais. No Congresso Nacional tivemos também importantes conquistas, como o novo cálculo do valor por aluno da merenda escolar, na Minha casa, minha vida, o atendimento habitacional em todos os municípios com déficit habitacional, pagamento de dívidas com a União, prazos estendidos por 480 meses e a lei Paulo Gustavo, que representou 1,8 bilhões para as prefeituras. Avançamos nas pautas a partir da participação em audiência e na articulação também com os deputados e senadores. Na reforma tributária, a gente também foi destaque. Nossa entidade cuidou muito bem disso, porque a gente sabe a importância para todos os municípios, para que realmente a União nessa reforma tributária e os estados não ficassem sendo privilegiados e que a gente ficasse um pouco de fora disso. A gente foi realmente para cima, para a luta, Presidente Paulo... bom dia, presidente Paulo. A gente foi realmente para a luta e nesse último recorte aí tem um destaque importantíssimo, que ficou bem claro na reforma tributária. A CNM é uma entidade que luta para todos. Ela luta por todos os municípios. Aqui nós não lutamos só por capitais ou só pôr as grandes cidades. Nós lutamos por todos os municípios e principalmente para os pequenos municípios. E a luta da CNM foi para proteger justamente os pequenos municípios. Algumas entidades estavam defendendo critérios populacionais. Critérios puramente populacionais, é claro que iriam beneficiar principalmente as grandes capitais e as grandes cidades. E a CNM cuidou muito disso para que a gente pudesse proteger e que os pequenos municípios pudessem ganhar com a reforma tributária. A antecipação do ICMS, que foi uma luta, conseguimos vencer também, com cerca de 3 mil gestores municipalistas mobilizados. É muito importante a vinda de vocês em Brasília. Quando o presidente Paulo nos mobiliza, nos convoca para alguma mobilização, isso torna o movimento mais forte e a gente consegue avançar na nossa pauta municipalista. Só o ICMS aí representa mais de 2 bilhões com antecipação. Também na líquida do Regime Geral da Previdência Social, a desoneração, uma luta aí na Câmara, no Senado, para a desoneração da Folha, de 20% para 8%, tivemos o veto, trabalhamos para derrubar o veto, conseguimos derrubar o veto, depois veio a medida provisória, um revés aí do governo federal, estamos lutando até hoje para que seja mantida essa desoneração de 8%. Uma grande conquista do movimento municipalista. E a gente não pode retroceder. A gente tem que estar sempre lutando por avanços e não aceitar retrocessos. A nova lei de licitações, inclusive, na marcha do ano passado, foi uma das conquistas que nós tivemos, que foi para que prorrogasse o prazo da nova lei. Foi prorrogado até 30 de dezembro, dando um prazo maior para que os municípios pudessem já se adaptar à nova lei de licitações. A CNM também atua muito forte no Supremo Tribunal Federal. Nós tivemos algumas ações junto ao Supremo, a principal dela na questão do piso da enfermagem, que foi aprovado colocando nas costas dos municípios, todo o impacto financeiro, praticamente o governo federal lavou as mãos em relação ao impacto financeiro e isso foi questionado no Supremo Tribunal Federal e representou uma grande conquista para a gente, que gerou uma jurisprudência de que tudo que for criado, tudo que tiver impacto financeiro tem que ser apontado dentro da própria lei para que o governo federal aponte de onde vem o recurso, qual a origem do recurso, que é quem que vai pagar a conta. Criar a conta é muito fácil, agora é saber quem é que vai pagar a conta. Nós é que não podemos pagar essa conta, nós, os municípios. Isso ficou certo, inclusive, na decisão do Supremo Tribunal Federal, que toda a diferença necessária, a complementação para garantir o piso nacional da enfermagem, fosse garantido pelos cofres da União. Sempre colocando o posicionamento da entidade, o posicionamento do presidente Paulo, que a gente não é contra o piso. Acho que o professor tem que ser valorizado, o enfermeiro, o farmacêutico, o psicólogo, os profissionais têm que ser valorizados. Agora, como nós vamos valorizar isso? Essa conta vai colocar para o tesouro municipal, para os municípios, na situação que a gente já vive? Então, a gente não tem condições de absorver esse impacto. Se é para valorizar os profissionais, vamos valorizar, mas vamos colocar recursos que possam vir realmente da União. Nós temos também fóruns municipalistas, é muito bom fazer

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

esses debates, aprimorar cada vez mais. Temos os fóruns dos consórcios públicos, fóruns de vereadores, que estão lá na ponta, em contato diariamente com a população. Os fóruns dos vice-prefeitos, que são grandes parceiros também na gestão, junto com os prefeitos e prefeitas. Temos outras conquistas, várias conquistas também com saldos em contas e outras conquistas que nós obtivemos ao longo de 2023. Temos esse total de conquistas financeiras, são mais de R$ 27 bilhões. Outra característica que nos orgulha muito, a nossa entidade, e é muito importante para nós, é a atuação técnica, nosso presidente, a nossa diretoria da CNM, a gente prima, vocês vão ver na prestação de contas aqui daqui a pouco, na parte financeira, a gente prioriza muito os consultores, a gente prioriza muito a nossa área técnica, porque a CNM diferente... tem uma grande diferença e tem grande respeito, não é à toa que nós temos 5.200 afiliados, não é à toa que a gente é respeitado pelos governos, pelo Planalto, pela Câmara e pelo Senado, pelo próprio ministro recentemente, o ministro Haddad, reconhecendo isso, porque a gente senta numa mesa para dialogar, para conversar, para a gente avançar, lutar, conquistar, mas não é numa base do achismo. Ah, eu acho que isso vai dar um prejuízo de tantos bilhões. Ah, eu acho que isso não. A CNM não trabalha com achismo. A CNM trabalha com dados consolidados e graças a nossa atuação técnica, a nossa equipe técnica. O próprio presidente Paulo coloca que a nossa missão é melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros por meio do fortalecimento e do aprimoramento da gestão municipal. Então, nós temos 20 áreas técnicas, 7 núcleos de desenvolvimento temático, 124 publicações, com mais de 71 mil acessos públicos. Então, todo o tema que a gente entra num debate, a gente entra munido com argumentos técnicos para o convencimento e para que a gente possa, realmente, ter as conquistas desejadas. Temos temáticas por núcleos, núcleos de desenvolvimento social, que cuida da assistência social, da educação, mulheres, saúde. Pisa enfermagem, magistério, passa por esse núcleo de desenvolvimento social. Nós temos núcleo de desenvolvimento também econômico, que contempla aí as temáticas de cultura, desenvolvimento rural, turismo, e a produção técnica dessas áreas foi direcionada a temas como os dados como subemprego no campo dos eventos para o fomento e a atração de investimentos para o turismo municipal. Temos um núcleo também de infraestrutura e planejamento territorial. Nós temos também um núcleo de sustentabilidade e resiliência. Nós temos também um núcleo de gestão financeira municipal, que concentra as temáticas das áreas de contabilidade municipal, finanças, tributação, orçamento e previdência, áreas que destacaram para os municípios temas importantes como a facilitação da adoção do sistema SIAF, projeto previdência sustentável e a redução da alíquota do INSS. Temos o núcleo estratégico também de consórcios, na criação de consórcios, na manutenção dos consórcios, transferências e assuntos jurídicos. Nós temos também o núcleo de desenvolvimento de pesquisas e estudos, onde a gente concentra temas na área central de dados e estudos técnicos. Estas áreas reforçam a produção técnica da CNM, apoiando as demais áreas na consolidação e análise de dados e estruturação de informações para a elaboração de estudos e pesquisas, difundidos na mídia nacional. A gente sabe muito bem do dia a dia de um prefeito, de uma prefeita, a gente sabe que não é fácil, é muito corrido, a correria é muito grande. E a gente sempre orienta que vocês possam utilizar bem os nossos núcleos. Às vezes o prefeito não consegue correr atrás, ele mesmo, dessa informação, desses estudos que a gente realiza, mas compartilhar com a sua equipe de governo, com o seu secretariado. Para que o seu secretariado possa ir atrás de informações, para ele possa estar atualizado, para que ele possa realmente acertar e aprimorar na gestão, orientar nossos secretários a acessarem mais o nosso site da Confederação Nacional dos Municípios, tem a área restrita do município afiliado, que tem muitas informações, inclusive informações como a verdadeira situação, os seus indicadores dos seus municípios. Tudo isso é muito importante, porque ele adianta todo esforço da diretoria, todo esforço da nossa equipe técnica em fazer a pesquisa, em elaborar os estudos e esses estudos não serem acessados, não serem utilizados por vocês. Então, busquem esses estudos, busquem essas informações, tenho certeza de que vai ajudar muito no sucesso da gestão em cada município do Brasil. A CNM também tem uma atuação institucional, uma fala do presidente Paulo Ziulkoski. Ao relembrar o passado de lutas, celebrar o presente e planejar o futuro, sabemos que não há aperfeiçoamento do pacto federativo sem a nossa participação. Resumidamente, aí o presidente Paulo coloca todo o seu legado, toda a sua grande história. O presidente Paulo, a gente conhece a história das lutas, enfrentou cachorro, enfrentou cavalo, fazia coletas ali para comprar um suco de laranja, merendando ali, fazia sua merenda ali na Câmara Federal, lutando por todos os municípios do Brasil. A gente se orgulha, presidente Paulo. Você tem todo o meu respeito, a minha admiração. Você merece o nosso aplauso. Vamos aplaudir. E respeito e admiração é uma coisa que a gente conquista. O presidente Paulo me conquistou esse respeito, essa admiração por toda a sua história, pelo seu presente e pela sua visão futurística. Aprendi, inclusive, com o presidente Paulo, eu sou presidente da FAMEP, lá no Pará, a defender por todos os municípios. Eu sou prefeito de uma cidade de 356 mil habitantes, terceira maior cidade do estado do Pará, mas eu luto por todos os municípios do Pará. Eu estou empenhado nessa desenoração que nem beneficia a Santarém. Mas eu sei o quanto é importante a desoneração para Aveiro, para Faro, para Terra Santa, para Curuçá, para os pequenos municípios. Porque a gente sabe que administrar um município não é fácil. A gente sabe que é um grande desafio administrar uma capital e uma cidade grande. Mas o desafio é maior ainda administrar um município pequeno. Quanto menor o município, maior a dificuldade. E o presidente Paulo e a nossa entidade têm toda essa sensibilidade em defender os interesses de todos os municípios do Brasil e, principalmente, os pequenos municípios. Também a

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

nossa comunicação está cada vez mais forte, sempre comunicando para poder fazer com que possa chegar até vocês, vocês saberem o que está acontecendo dentro da entidade, qual é a nossa pauta, quais são as nossas conquistas. Mas além disso, a gente quer que a comunicação do tudo que é feito pela CNM possa chegar ao cidadão para ele aprender a se envolver mais e a respeitar mais e valorizar mais o prefeito, valorizar mais a prefeita. Esse ano, temos prefeito o contato pelo WhatsApp, esse ano aconteceu algo interessante. Acho que desde o ano passado, achei muito interessante, presidente Paulo, que a juventude hoje começou de uma forma, até de brincadeira, mas acabou se envolvendo com a gestão municipal, choveu hoje. Obrigado, meu prefeito, pela chuva. Estava muito calor. Obrigado, meu prefeito. Eu passei de ano. Obrigado, meu prefeito. Criou até uma brincadeira aí com o, obrigado, meu prefeito e o obrigado, minha prefeita, que é interessante, porque toda a nossa luta, as nossas conquistas aqui, elas não se refletem só na prefeitura. Quem mais ganha com isso é o cidadão brasileiro. Quem mais ganha com isso é a população de cada município. Por isso a importância da nossa comunicação institucional, que nós temos aí o boletim da CNM, temos a TV da CNM, temos a rádio CNM, temos o portal da CNM, que é importante estar acessando. Temos também aqui os nossos canais digitais, que está bombando aí com um alcance muito grande, está tendo muita audiência através do Facebook, do Instagram e do X, que é o antigo Twitter. Muito obrigado a todos vocês. Temos aqui o nosso movimento, em homenagem a nossa primeira-dama, Tania, o movimento Mulheres Municipalistas, e o MMM reforçou ainda mais a necessidade de uma maior participação feminina na política. Marcando presença em eventos e debates sobre o tema. Temos aqui também dentro da CNM, Inova Juntos, que é um projeto em parceria com a União Europeia, uma parceria internacional, que é uma das metas do nosso presidente Paulo, a gente ser reconhecida não só no Brasil, mas a CNM também tem um alcance internacional e isso é uma parceria com a União Europeia, com vários municípios de Portugal e alguns municípios aqui do Brasil, inclusive, nós temos, hoje, uma apresentação do município de Guimarães, que estão presentes aqui, a Marta que está aqui presente conosco, onde foi construído um aplicativo para monitoramento de mulheres vítimas de violência. Então, aquele aplicativo vai servir para ter o contato, facilitar a denúncia, ter uma interatividade maior que foi desenvolvida pelo município de Guimarães, em Portugal, e está sendo disponibilizado para o município de Santarém. Já é um dos resultados dessa parceria do Inova Junto. Nós vivemos um tempo de inovação, inclusive foi inaugurado alguns espaços de inovação em alguns municípios e consórcios pelo Brasil, e a gente sempre defende isso. Se a gente sempre fizer a mesma coisa, a gente vai ter sempre o mesmo resultado. Se a gente quer ter resultados diferentes, a gente tem que fazer de forma diferente. E hoje nós vivemos uma era de inovação, uma era de tecnologia, nós temos que avançar cada vez mais nisso. Eu tenho defendido isso muito no Pará. A gente está muito atrás de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul. Inclusive, a gente foi um dos primeiros municípios a levar um doc que foi apresentado aqui, um dos patrocinadores da Marcha. E eu estou aqui em Brasília, estou no meu celular, estou assinando o ofício, o projeto de lei, sancionando lei, acompanhando licitações, tudo que está acontecendo no meu município está na palma da minha mão, em um doc. Dando respostas, mesmo tanto às vezes dentro do avião, se estiver funcionando o wifi do avião, eu consigo dar respostas ao meu município para evitar atraso e resolver de maneira mais rápida e economizar papel. A gente teve uma economia muito grande de papel, de ficar imprimindo papel, de levar papel para casa, aqueles processos todos. Então, é um tema muito importante para a gente, que a gente possa avançar cada vez mais nessa área da ciência, tecnologia, na área da inovação, das cidades digitais, que a gente possa avançar cada vez mais. Encerrando aqui, mais uma fala do presidente Paulo Ziulkoski. O ano foi intenso, com muita união e grandes conquistas decorrentes de nossa atuação. No entanto, há muito a se avançar. A crise enfrentada pelos municípios é estruturante e exige um debate sério e que permita a prestação de serviços públicos adequados às necessidades da população. Este é o nosso foco em 2024. Continuaremos mostrando as distorções existentes em nossa federação e lutando por avanços. Palavra aí do nosso presidente Paulo Ziulkoski. Muito obrigado. Aplausos. Cerimonialista: Nós queremos agradecer as palavras e a apresentação do senhor Nélio Aguiar. Senhoras e senhores, seguindo a nossa programação, convidamos para fazer uso da palavra para expor sobre a prestação de contas da entidade, senhora Marice Fronchetti, lembrando da nossa necessidade de terminarmos este painel até às 10 horas, porque teremos então o painel sobre enfrentamento das mudanças climáticas com a ministra. Marice Fronchetti: Bom dia a todos. Nós começamos agora a prestação de contas do exercício 2023. Primeiro, eu queria fazer um agradecimento ao Conselho Fiscal, que fez o trabalho deles todos os trimestres, a gente faz a aprovação das contas por trimestre da CNM, e aí o Conselho Fiscal vai corrigindo ou vai apontando o que precisa ser melhorado dentro da estrutura financeira e da contabilidade da CNM. Eles trabalham de forma bem atuante, onde eles olham todas as despesas, todas as receitas, e ao final apontam e mandam para auditoria externa. Além de nós termos o Conselho Fiscal, nós temos uma auditoria externa que depois verifica todo, de fevereiro até março, todas as despesas e receitas da CNM e os contratos de prestação de serviço ou de fornecedores que a CNM possui. Vamos passar então para a primeira parte da prestação de contas, o balanço patrimonial, por gentileza. Aqui nós temos o ativo da CNM e o passivo da CNM. A CNM tem como ativo circulante 116.343.000 e ativo não circulante 155 milhões. Ela tem, em aplicações financeiras, 114 milhões disponíveis e mais 100 milhões em aplicações de NTN. Então, a CNM fecha o exercício com 224 milhões em aplicações financeiras. O passivo, a CNM tem ali obrigações trabalhistas, tem o número mais

expressivo, que, na verdade, são todas as provisões de férias e décimos terceiros do exercício seguinte. Ela trabalha com provisionamento de 12 meses e como as outras questões de obrigações sociais, que é previdência, contribuição social e imposto de renda sobre aplicações financeiras. Nós temos as receitas e as contribuições da CNM em 2023, fechou em 94.737.000, sendo repartidas nas receitas de contribuições 65.090.00, receitas patrimoniais que é decorrente de aplicações financeiras 19.018.000, receitas de convênios 5,359 milhões e receitas de eventos, que é a marcha de 2023, 5,268 milhões. Fechando aí o valor de 94 milhões de receitas. As despesas da CNM, importa, na maior rubrica, como disse o nosso tesoureiro, ela tem as despesas de pessoal 15 milhões e de terceirizados, que as áreas técnicas, consultoria e assessoria, 26 milhões. As outras despesas, a mais relevante posteriormente, administrativa, 12 milhões. Ela fecha o total de receitas de despesas, perdão, 57,267 milhões para o ano de 2023, fechando posteriormente com um valor de pagamento de imposto de renda e contribuição social sobre aplicações financeiras, ela fecha com superávit de 31,032 milhões. Ela fecha praticamente com 33% de superávit entre receita e despesa no exercício de 2023. Aqui a gente tem a questão do fluxo operacional de caixa, que é onde mostra o final do superávit, do resultado de exercício de 31 milhões, e a estrutura descontada do fluxo de caixa indireto, que é a aplicação das normas internacionais de contabilidade. Nós fechamos, então, o superávit de 31,032 milhões. E temos aí aplicações financeiras na importância de 216,891 milhões que estão aplicadas. E nós temos o edifício sede, que vale hoje, pelo valor de construção, ele não está atualizado, é 56,927 milhões, que foi o valor da sede, gastos com a sede da Confederação Nacional dos Municípios. Nós temos aí o comparativo do orçamento de 2023. A CNM tinha orçado R$ 90.715.000 para receitas e ela realizou R$ 94.737.000 de receita, superior ao orçado. E a despesa, nós tínhamos aí orçado 49 milhões, nós tivemos um valor de 57 milhões, muito por força de adiantamento de despesas que foi adiantado do exército de 2024, já dentro do exército de 2023, e fechamos um superávit, então, de 31 milhões. Aqui tem o comparativo, a CNM trabalha com indicadores para cada tipo de gasto e todos os indicativos da CNM estão em azul porque todos eles ficaram menores do que os percentuais atribuídos em cima da receita versus despesa. A receita que a gente conta aqui para a despesa é somente sobre a receita associativa. A gente não faz nenhum acréscimo em função de outras receitas da CNM. A gente só usa dentro dos percentuais o que é a receita associativa para atribuição dos percentuais das despesas. Todos os gráficos da CNM estão em azul porque todos eles foram cumpridos até foi abaixo do que foi estabelecido como percentuais para todas as despesas. Aqui nós temos o parecer do Conselho Fiscal, que aponta nenhum dado relevante para destacar, aprovou integraimente por unanimidade todas as contas da CNM, nos trimestres depois do balanço patrimonial, e nesta data eles indicam para levar a Assembleia para aprovação. E aqui está o relatório da auditoria, a empresa de auditoria externa, ela tem autonomia, ela não tem nenhum apontamento para as contas da CNM depois de você ter verificado todos os contratos, todas as despesas. Eles têm um aprofundamento muito grande no trabalho deles quando eles vão fazer com a sua independência, que assim manda a legislação referente à questão da auditoria. E não tem a CNM, inclusive, eles têm uma questão de destaque do bom cumprimento da legislação e com as normas internacionais de contabilidade, como as normas brasileiras de contabilidade. O orçamento de 2024, nós temos aí orçado R$ 101.803.000 como receita, e como despesa nós vamos ter 62.408.000. Nós vamos fechar 2024 possivelmente perto dos R$ 34.464.000 de superávit. Obrigada a todos, fico à disposição. Presidente Paulo: Bem, antes de dar sequência aqui, só um pouquinho aí para o pessoal, na marcha do ano passado teve um prefeito que questionou, com legitimidade, eu não estou discutindo nada em relação à posição dele, afirmou que se faria essa prestação de contas em horário que não tinha ninguém no plenário. Então, nós mudamos para a parte da manhã e vejo que o plenário está praticamente quase... porque ele é muito grande, aqui cabe cinco mil pessoas. Nós estamos aqui com mais de dois mil já aqui dentro, portanto, parece-nos um quórum válido para a realização da Assembleia. E a marcha é uma assembleia permanente, desde segunda até amanhã ao meio-dia, tudo vai para uma ata, que por exemplo, a do ano passado tem mais de 200 páginas que estão registradas, tudo lá. Então, nós estamos trazendo esse momento para dar mais transparência, eventualmente alguém que reclamou que não tem, nós não podemos controlar quem está em Brasília e não veio na reunião. Por outro lado, destacar que desde o dia já, do dia 2 de maio agora, está no site da confederação, devidamente publicadas todas essas prestações de contas. Ademais, eu quero esclarecer aqui que a prestação de contas é para o município filiado e contribuinte e em dia com suas obrigações. Esse nós temos que ter a transparência total, mandar, enviar e prestar conta para o filiado. Os demais, politicamente, podem até atuar, porque afinal a entidade procura cumprir toda a lei da transparência o máximo possível e que inclusive vai ser explicado um pouquinho mais agora. Então, só deixar colocado aqui que nós temos que prestar contas para os municípios filiados. Muita gente tem reclamado, que não sabia da programação. Está tudo no site desde março. Hoje vocês sabem que muita coisa não tem mais, não se usa mais, tem que telefonar, avisar, tudo está ali. O nosso conselho fiscal está aqui. Está daqui o nosso Tesoureiro Geral, para possíveis indagações, o que nós estamos tentando mostrar aqui é a total transparência. E devo salientar também que nossas finanças estão muito bem. Esse valor aí, por que tão alto? Porque, exatamente, quando estou fazendo gestão com o apoio da diretoria, da maioria, pelo menos dos prefeitos, nós temos que ter independência financeira. Eu repito aqui, vou repetir sempre em qualquer reunião, mesmo que enfadonhamente colocado, para que talvez tenhamos melhor conhecimento. Eu coloco, vou colocar aqui para vocês uma posição que tenho defendido

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

internamente e que é, se possível, eu diria assim, o meu legado. A confederação, vamos exemplificar. Vocês conhecem a nossa sede lá e o exemplo que eu dou é o seguinte. Aquela sede, vamos dizer em tese, é um prédio e esse prédio, para mim, para nós, ele está colocado, sustentado por quatro pilares. Quatro pilares, dois de cada lado, são os quatro pilares. Um pilar é não ter ingerência partidária na gestão da entidade. Todos os partidos têm prefeito de todos os partidos, respeitamos todos, eu sou de um partido, temos essa relação e temos que ter com os partidos. Só que na gestão da entidade, nós temos essa independência. Eu cito o exemplo do Aroldi, que foi nosso presidente no mandato anterior, acho que ele está por aqui, ele é do PP e eu sou do PMDB do Rio Grande do Sul, lá é tipo o Grêmio e Inter. PP e PMDB, tem mais prefeitos, 150 a cada um, mas eu apoiei, indicamos na época o Aroldi porque eu entendi que era e é um grande companheiro. Então, aqui não entra partido. Não tem indicação para um cargo porque, se for qualificado, vai ser atendido para um partido por alguém, mas nós temos essa independência aqui dentro, que é um pilar. O outro pilar, todos são importantes. O outro pilar é a nossa relação com os governos que passam. Eu estou anos aqui dentro, passou aqui partido de direita, de centro, de esquerda, de média, tudo passaram por aqui. A nossa posição é de Estado, não é de governo. O governo vem e passa, a entidade tem que continuar. Por isso que quando nós primamos aqui para discutir questões que estruturam os municípios e não que atendam só do almoço de hoje no meio-dia, mas que vai ter continuidade do almoço, quando nós brigamos há anos aqui por um por cento a mais, um por cento a mais, isto hoje chega a mais de 20 bilhões por ano que vocês estão recebendo e muitos nem sabem como é que foi conseguido aquilo. Ontem eu falava com a prefeita lá da ilha do Marajó, lá do teu estado, sobre o 1%, na época o Fernando Lobato, que talvez nem conheçam, era nosso vice-presidente, fizemos uma marcha dia 12 de setembro de 93, ele trouxe de lá 1.200 companheiros em ônibus, chegamos aqui, fizemos uma marcha de quase 20 mil pessoas, está tudo registrado e conseguimos 1%, que hoje vocês recebem lá no dia 9 de dezembro, que é o FPM dobrado, mas ninguém dá bola muito, então, mas existe estrutura e que mantém o movimento. Então, o segundo pilar tem a independência do governo, porque na época foi difícil convencer o governo de apoiar, mas foi a luta, insistente, levamos dois anos depois para implementar, mas foram as marchas, o trabalho que conquistou e hoje, eu dizia ontem no discurso do presidente Lula, foi conquistado no governo dele, com o conquista do governo dele. Não, é conquista do movimento junto com ele, porque não tinha... na época, o Palocci era contra, o governo era contra. Então, e assim é outros... 1% em setembro e lá em julho. Então, nós temos que ter independência dos governos. O governo passa. O ano retrasado era Bolsonaro, agora é Lula. Nós continuamos com as mesmas teses. É o município. Então, esse é o outro pilar que sustenta a entidade. Então, isso é o principal. E vocês sabem que nos bastidores, a disputa... teve uma disputa para a confederação agora há dois, três meses e ficou muito claro as posições ali, basta cada um examinar e eu respeito quem disputou conosco, são companheiros extraordinários, gigantes, não tem nada contra a disputa democrática é normal. Agora eu não vou mudar de posição e querer conectar, às vezes, com o governo que está lá, o Bolsonaro, o Lula, o Temer, seja o que for. Eu vou para lá discutir igual a nossa independência. Isso que você tem que se ater. Esse é o principal de todos os pilares, talvez. Porque a hora que um governo interferir aqui, o movimento municipalista termina. Assim como no passado, muitos lá nos estados enfraquecem entidades porque acabam se atrelando ao governador. Eu respeito quem age assim, não tem nada contra. Mas aqui nós estamos primando e isso o prefeito tem que ter em mente. O outro pilar é exatamente a independência financeira. Esse dinheiro que tem aqui não é meu. Não é meu esse dinheiro, é nosso. Esse dinheiro é para fazer uma marcha que nem foi ontem e que nós não precisamos mendigar patrocínio, eu não vendi a entidade em troca de uma empresa ou de governo que está ali no plantão para financiar o evento. Nós bancamos o evento e ele se tornou tão grande que ele já é autossustentável também. Nós conseguimos quantos patrocínios de inscrição? Não precisamos pedir esmola, porque se tu pedes esmola tu vende o movimento e o movimento tem que se fazer ouvir por um ministro ou um secretário do governo e não dos municípios. Ele vai lá vender a mercadoria dele e nós temos que estar do outro lado levando a defesa do município. Então, esse é o terceiro pilar. E o quarto que está ali, que vocês viram, que é ter independência de técnicos, de estrutura, de estudo, sustentar com números, com qualidade a nossa defesa. Então, esses quatro pilares estão intimamente ligados a isso aqui. Então, nós estamos aqui publicamente prestando contas e com muito orgulho eu digo para vocês, com muita alegria, porque ninguém consegue fazer nada se não tiver independência financeira. E vocês sabem que onde o partido meu entra é para liquidar. Inclusive na eleição agora, meu partido foi totalmente contra mim. Trabalharam exaustivamente contra e eu respeito teimosamente todo o PMDB. Mas trabalharam quase todos contra muitos queriam estar aqui agora assumindo e com direito que tinham. Eu não estou brigando, nunca tive apoio do meu partido para nada. Porque quando tu quer independência, autonomia não serve, o que eles querem é botar a mão lá dentro. Então, nós vamos aqui nos respeitar. Então, esses quatro pontos em função dessa prestação de contas e quero dizer agora, que o Marcio é o próximo a falar, não sei, entendeu? Está aberto para discussão de questionamento. E veja bem, 5.200 municípios são filiados conosco, 4.700 contribuem com o valorzinho lá embaixo. Eu acho que os menores, acho que era mil reais, não sei se chega mil aí, 900 reais. E vocês todos estão afiliados pelo quê? Não é porque a lei impõe, é espontâneo, porque acreditam no nosso movimento. E é isso que vai dar credibilidade. E agora, a partir de segunda-feira, entrou em vigor uma lei importante para o movimento municipalista. Nós estamos com a nossa transparência publicando tudo ali.

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0013[illegible]960

Agora, na eleição mesmo, entraram com ações contra a nossa chapa e o juiz nem intimou a entidade, que a entidade tinha que dizer. Foi lá no site, de lá ele deu a decisão pois tudo o que fazemos está publicado ali, desde estatuto, de valores, de salários, de contratos, de empresas, aqui não tem nada escondido. Aqui está tudo exposto ali, com toda a transparência possível. Eu espero que nos Estados outros haja da mesma forma, porque muitas vezes é bom atirar pedra no outro, mas olhar o seu quintal como é que está também é muito importante. Então, isso aqui eu queria, então, eu não sei, o cerimonial volta lá a palavra, para mostrar, com muito orgulho que eu digo que o nosso movimento tem essa estrutura. O dia que isso não valer mais eu vou para casa. E o movimento continua porque eu não sou dono da verdade. Cerimonialista: Muito obrigado, presidente, pelas explanações. Para complementarmos e depois encerrar a Assembleia Geral da XXV Marcha, vamos passar então para o consultor jurídico da CNM, o Dr. Martin Heberlin, que vai falar sobre o Código de Compras da Confederação. Martin Heberlin: Olá, muito bom dia. A ideia aqui é fazer uma fala rápida, evidentemente depois resolvendo quaisquer dúvidas, mas para fazer essa fala é importante dizer o seguinte, por muitos anos as associações de municípios como a CNM viveram um cenário de insegurança jurídica, porque não havia uma lei para dispor sobre esse tipo de associação. Por que eu digo isso? E é bastante importante, porque essa associação do Código Civil, lá do antigo 43, ela é pensada para pessoas jurídicas de direito privado e pessoas físicas se associando, e não para pessoas jurídicas de direito público, como municípios. Diante desse cenário de incerteza, o que que acontecia? As associações como CNM, como associações estaduais e microrregionais, às vezes, aplicavam lei de licitações, a época 8666, às vezes, faziam regulamentos e não sabiam exatamente quais as regras para esses regulamentos. E nós fizemos um parecer, isso em 2015, aqui para a CNM, dizendo que a CNM, por analogia aos serviços sociais autônomos, não necessitava aplicar a lei de licitações, a lei 8666, mas devia a obediência aos princípios da lei de licitações e, em razão da vinculação a seus objetivos estatutários a um princípio de finalidade, ou seja, a demonstração de que todas as contratações atendiam às finalidades estatutárias da CNM. Isso foi feito assim, então, desde 2015 nós trabalhamos com o regulamento de compras, só que desde lá duas legislações vieram e, portanto, o marco regulatório sobre o tema mudou. Quais são elas? A nova lei de licitações, a Lei 14.133. Aproveito, presidente, para fazer a propaganda que agora às 10h30 nós temos a Arena 3 sobre o tema da lei de licitações. Em 2021 veio a nova lei de licitações e, posteriormente, em 2022, a lei que o presidente citou, a Lei 14.341, que é a lei da associação de representação de municípios. Ou seja, hoje as associações de municípios no Brasil possuem uma regulamentação, possuem um marco regulatório próprio. Nós saímos do cenário da insegurança jurídica e fomos para um cenário de segurança, ou pelo menos de maior segurança jurídica. Ora, duas legislações novas, acabaram fazendo com que fosse necessário revisar o código de compras, o regulamento de compras que nós tínhamos. Por isso, na marcha do ano passado, houve uma autorização na Assembleia Geral da CNM para que fosse alterado o código de compras, considerando essas duas legislações. É isso que nós entregamos hoje. Sem me estender os pontos principais dessa alteração do código de compras. Primeiro, o aproveitamento da legislação da Lei 14.133. A Lei 14.133, ela é de 2021, ela já era mais moderna que o nosso regulamento de compras em uma série de aspectos, em especial registro de preços e estimativa de preços. Então, houve uma alteração do nosso código de compras, especialmente, para permitir registro de preços e novas formas de estimar preço, como, por exemplo, a utilização de internet nesta pesquisa de preço. E segundo, especialmente, considerando a lei de associação de representação de municípios. Desde 2015, nós já publicávamos aqui na CNM, em razão do princípio da transparência, aquilo que a gente chama de atos justificatórios das contratações, que é uma espécie de um extrato do contrato. Da nossa leitura da lei de associação de representação de municípios, e é isso que o presidente Paulo falava, a nova lei determina a publicação dos contratos na sua íntegra. E isso, agora considerando que 18 de maio último, sábado último, foi o prazo final para a implementação da nova lei de associação de representação de municípios, a CNM disponibilizou, isso já se encontra no site, todos os contratos praticados pela entidade de aquisição de produtos e serviços na sua íntegra. Apenas, por recomendação da consultoria jurídica na área de Lei Geral de Proteção de Dados, são apenas taxados os dados pessoais das pessoas físicas que constam dos respectivos contratos. De resto, nós trabalhamos na CNM, portanto, com uma transparência ativa, e essa transparência ativa implica a publicação de todos os termos de contrato, se os senhores e senhoras quiserem podem acessar agora o site da CNM e verificar uma planilha com o link para todas as íntegras dos contratos da CNM. Em querendo acessar os processos de contratação, isso é possível também, mediante um pedido ali no site. Então, essas são as alterações principais. Volto a dizer, considerando esses novos marcos regulatórios, a Lei 14.133, Lei Geral de Licitações, e a Lei 14.341, a Lei de Associação de Representação de Municípios. Dito isso em linhas gerais, evidentemente, me coloco à disposição dos senhores e das senhoras para quaisquer dúvidas específicas que vocês tenham em relação a esse novo código de compras que nós entregamos na Marte de 2024. Pela atenção de vocês, muito obrigado. Paulo Ziulkoski: Bom, eu vou ainda ver aqui, desculpa ali, se alguém, estou falando mais politicamente, queira esclarecer algum assunto, queira fazer alguma pergunta, alguma sugestão. Nós estamos procurando cumprir a lei agora, estritamente como ela foi construída. Por exemplo, não precisa ter lei municipal para filiar na entidade, se foi tudo banido, não tem mais isso aí. O que é que ficou em branco, que foi vetado? É que a prestação de contas, por exemplo, aqui os prefeitos ou secretários vão entender o que eu vou falar aqui. Você faz lá no município de Santarém

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

um convênio com uma entidade privada, vamos dizer, de, seja o que for, até um clube de futebol, vão pegar assim, ou de uma associação, ou considerando uma de bocha ou construção de alguma coisa lá. Como é que tu fazes lá? Tens que ter no orçamento a previsão para esse tipo de auxílio, entidades e associações, está lá o valor em dinheiro, então tu vais enquadrar, vais ver a demanda, tu vais processar, vais ver o projeto para a construção daquela quadra, vai ser tudo autorizado, vai fazer o contrato todo e vai ser implementada por etapa aquela obra, vão prestando o conta, vai liberando, quando terminou encerra e deu. Aquilo vai lá para dentro de um empenho, do empenho que está ali, de uma forma, ou outra, está ali com papel ou sem papel, mas está ali dentro. Quando o Tribunal de Contas vem, o auditor, em tese, ele fiscaliza todos, ele faz por amostragem novamente, porque é muita coisa. Então, ele pega ali e vai acompanhar se houve todo esse processo. Então, a prestação de contas é da associação com a prefeitura. Então, isso é que está bem caracterizado. A contribuição que os senhores municípios fazem, eu alerto os prefeitos e prefeitas, que eles fazem. Para uma associação que agora tem uma lei, é correta ou não correta a forma que ele está fazendo? Como é que presta conta? Isso ficou em branco. Então, nós vamos tentar emendar e acertar melhor, mas em tese é o mesmo princípio lá do outro. Nós mandamos, a confederação manda mensalmente o valor a ser pago que é o aviso de empenho, porque tu não podes pagar nada sem o prévio empenho. Tem uns que empenham o ano inteiro, outros empenham por mês, outros empenham por área que está errado e tem que mudar também. Às vezes tem uns que pagam da saúde, da educação, do gabinete. Não, tem que ter agora a previsão onde que está a auxílio, a FAMEP, a subdivisão, a outra entidade microrregional, a confederação ou do vereador. Tem que estar lá agora, no orçamento. Isso é um trabalho que nós vamos fazer. Nós todos os meses mandamos todo um aviso de empenho do valor, 950 reais, vai o aviso. Então, lá, para fazer o empenho prévio, porque você já está pronto, vamos fazer o plano inteiro. Se não tem, tem que fazer o prévio empenho e junto nós mandamos a liquidação do mês anterior do que foi empenhado os 950 reais para cumprir aquilo lá dentro e estamos prestando conta. E o principal, estamos mandando em paralelo todo o trabalho que foi feito para mostrar com aquela filiação, o que representou para o município de ganho, de qualidade, seja do que for. Isso é o princípio que a confederação adota e recomendo para todos os dirigentes de associações que tenham muito cuidado, que não é mudar um estatuto, uma coisinha que vai acertar. E o município, o prefeito, tem que exigir que isso seja feito de tal forma, porque ele está contribuindo erradamente, ele também vai ser alcançado. Então, é uma briga até mais interna. Nós estamos alertando porque é muito complexo hoje, e complexo que se exige transparência total no caso dessa lei, como foi explicado. E a forma de contratar, não é sair contratando a bala. É meu amigo, é meu companheiro, veio o partido, indicou, veio o outro lá, tem outro que está contratado que nem vai na associação, entendeu? Tem que ter cuidado nisso tudo para ter essa prestação. Então, eu volto aqui a palavra para o plenário ou para a diretoria, se alguém quiser fazer uma pergunta, sugestão, nós estamos dando total transparência e está tudo no nosso site, como foi dito aqui. Tudo está lá para quem quiser vasculhar e ir atrás, uns quererem incomodar. Logicamente, o que está no site é o que está ali. Quer mais? A pessoa vai ter que, então, justificar, botar o CPF dele, saber por que ele quer e aí tem o prazo da lei, está aqui a doutora mais ao fundo, lá à esquerda, que dá a atender à lei da transparência e à lei da proteção de dados, que quando o Marcio falou que está cópia do contrato todo ali, quem é que é, a empresa está, só onde está o nome do dono da empresa, por exemplo, ou do sócio, aquilo ali é retirado do nome da pessoa física e o CPF dele e outros dados, porque aí fere o princípio da proteção de dados. Agora, se alguém achar que aquilo não está esclarecido, vai lá e requer, justifica porque, e aí a gente vai responder para toda a população, não é só para o município filiado. Uma pergunta? Pois não, se identificar o companheiro que for usado a palavra e a pergunta. Jocélio: Bom dia, meu nome é Jocélio, sou vereador aqui da cidade de Cristalina e não é pergunta, não, senhor Paulo. Quero aproveitar que toda a diretoria está aqui reunida, com esses dias na última mobilização que nós tivemos, eu entreguei ao senhor uma moção de aplauso que eu apresentei na minha Câmara de Vereadores lá de Cristalina, que foi aprovado por unanimidade, pelos 44 anos dessa belíssima Entidade. Então, como eu falo, como eu falo, sempre, senhor Paulo Ziulkoski, eu não sei quem é o fã número 1 da CNN, não, mas o zero sou eu. Então, eu tenho certeza de que eu falo por todos que aqui estão. E foi uma honra muito grande, eu apresentei essa moção de aplauso lá e a Câmara de Vereadores de Cristalina aprovou por unanimidade e onde eu passei a vossas mãos, representando aqui toda a entidade e a diretoria aqui reunida. São os meus agradecimentos por tudo, pela luta da CNN em favor dos municípios do Brasil. Muito obrigado e parabéns, senhor Paulo Ziulkoski e toda a diretoria. Paulo Ziulkoski: Obrigado. Mais alguma coisa? Alguma questão? Mas está tudo no site e vai estar aqui a nossa comissão, que eu quero ressaltar aqui, a Silvany, que está aqui, é a nossa titular. Qual é o outro que está aqui? O Sampaio, a Silvany é lá do Sergipe, prefeita de Capela. Aqui o Sampaio, que é do Amapá, que está aqui representando a nossa entidade também. Trimestralmente o conselho fiscal se reúne aqui em Brasília para realizar todos esses detalhes, acompanhando o que foi feito e aprovando ou realizando ressalvas se for o caso. E o Tabosa, que é lá de Pernambuco, que também é membro, hoje agora passou a ser coordenador, mas da gestão anterior também era. Estão aqui para os senhores indagarem, está aqui a nossa contadora que apresentou os dados, está aqui o Nélio, que é o nosso tesoureiro, para esclarecer alguma coisa, estamos todos procurando alcançar as obrigações e obedecer a lei, porque nós não podemos errar. Então, às vezes, as críticas que tiverem elas são bem-vindas. Podem olhar e olhem bem o que

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

00134960

vai acontecer lá na ponta que já está vindo. O controle interno de cada prefeitura vai começar a olhar tudo isso que eu falei. Então, é bom todo mundo olhar antes que o Ministério Público, depois nós vamos reclamar que o Ministério Público está nos pegando do pé, em excesso. Eu não vou defender o Ministério Público, mas nós temos que nos organizar, entenderam? Então, essa é a nossa exposição neste painel aqui. Ainda, se alguém quiser fazer uso da palavra, enquanto alguém pensa, podemos considerar aprovado, então, a exposição toda que foi aqui feita? Levante a mão quem concordar com a proposta. Vamos considerar aprovada, pelo que eu sei, por unanimidade, porque não vi nenhuma demonstração em contrário. Então, agradeço muito a nossa equipe do Conselho Fiscal, a nossa diretoria, ao Nélio, o nosso grande tesoureiro aqui, que teve a oportunidade de falar, uma pessoa leal, que nos tornamos, inclusive, amigos, em função de toda essa luta. Agradecer a ti como tesoureiro, também ao Hudson, que foi um secretário muito participativo, nunca falhou e está aqui conosco. Vai continuar ainda na diretoria, na primeira secretaria. E o Edmar, lá do Paraná, que assume a titularidade, mas o Hudson estará sempre junto conosco aqui também, e os demais companheiros que nos ajudaram e ajudam sempre. Então, essa parte então foi vencida, agradecer a todos que estão aqui. E vamos para o painel seguinte, que é da questão do clima. Aí eu pediria, vamos desfazer a mesa um pouco, esperar uns cinco minutos, para iniciar esse que hoje é um dos assuntos mais importantes que nós estamos vivendo. Obrigado a todos, mas os da diretoria podem ficar aqui, até é bom. Os demais que estão aí, eu vejo vários, fazer parte aqui da nossa mesa, a nova diretoria que foi eleita, podem estar aqui conosco, ficar lá, permanecer, se assim entenderem. Eu quero ressaltar que hoje à tarde, acho que às 15 horas, deixa eu olhar o horário enquanto nós montamos a outra mesa. Às 15 horas, todos os painéis são importantes. Mas às 15 horas nós vamos ter um painel importantíssimo que é a reforma tributária. É muito importante que estejam aqui às 15 horas para discutir esse que é a grande mudança na organização das finanças municipais. Tudo o que se discute aqui é problema que depende da arrecadação. Isso tudo agora vai ter muitas mudanças. Então, eu pediria encarecidamente que todos viessem, pelo menos, às 15 horas. Lógico que agora vai vir a ministra Marina, várias pessoas aqui que vão falar, propostas nós vamos encaminhar e eu repito mais uma vez aqui para os prefeitos que estão aqui. Olha, nós apresentamos a emenda constitucional do clima, que é a emenda criando um fundo soberano de dinheiro para nos auxiliar. Até agora nós estamos com 20 deputados que assinaram. Eu peço encarecidamente, aos prefeitos que estão aqui, ligar para o seu deputado agora ou ir lá no gabinete. Quando ele for buscar a emenda dele, o senhor já botou o seu nome lá na proposta de emenda da CNM? ou daqui no celular e ele dá um número. Nós precisamos de 170 assinaturas. Pelo menos isso eu quero que vocês façam aqui. E aqueles que quiserem participar do consórcio, manifeste pelo menos a vontade ali, só colocando o nome, para depois nós podermos dar continuidade. Porque não é possível nós fazermos uma marcha dessas e não conseguir 170 assinaturas de deputados. É porque está faltando o nosso empenho, pessoal. Aí eu tenho que cobrar de todos aqui que puderem mostrar para o deputado que ele venha incluir a sua adesão a esse projeto importante do Clima, que é um fundo soberano. E aí eu vou então, de imediato, vou esperar aqui, como é que está o cerimonial aí para nós iniciarmos? Passo para vocês a palavra, então. Cerimonialista: Perfeito, muito obrigado, presidente. Daremos início imediatamente ao painel tão esperado na XXV Marcha a Brasília em defesa dos municípios. Já temos os nossos convidados, vários especialistas no âmbito climático, presidente. E neste momento, então, queremos convidar ao palco, claro, o presidente irá recepcioná-los e já está no palco, para o painel Desafios Municipais. Intervenção da comunicação CNM: Livia Vilela: Olá, gestor municipal, você que nos acompanha aqui pela transmissão ao vivo do YouTube. Meu nome é Lívia Vilela e vou trazer algumas orientações sobre programação nesse terceiro dia de Marcha a Brasília em defesa dos municípios. Você acompanhou aqui a prestação de contas da entidade do ano de 2023, que foi aprovada por unanimidade pela plenária, pelos participantes aqui na plenária. E agora você acompanha, vai conferir um dos principais painéis desta marcha. Autoridades convidadas, entre eles Ministros de Estado, vão debater sobre os desafios municipais no enfrentamento das mudanças climáticas. Gestores do Rio Grande do Sul, que enfrentam um dos maiores desafios climáticos do país, foram convidados a participar de forma online. Deixo vocês agora com a transmissão ao vivo. Cerimonialista: Convidar também o CEO da VBH, Peter Von Bolen Und Halbach. Teremos como convidado também a presidente do Instituto Clima, Maria Teresa Willi. Convidar também o prefeito de Guaporé, no Rio Grande do Sul, Valdir Carlos Fabris. O jurista convidado pela Confederação Nacional de Municípios, doutor Vladimir Ribeiro. Convidar a gerente de sustentabilidade e resiliência da CNM, Cláudia Lins. Queremos convidar também a consultora da CNM, Joanne Henrich. E, por fim, os técnicos da Confederação Nacional de Municípios, Johnny Amorim, Jomari Maurícia e Elisa Kerber. Senhoras e senhores, enquanto estamos ajustando todas as nossas autoridades e convidados no palco, queremos convidar a vocês para assistirem a um vídeo produzido pela Confederação Nacional de Municípios sobre as mudanças climáticas, dando então abertura a este painel. "Tragédias como esta vem se tornando frequentes no país. Chuvas em São Paulo, Franco da Rocha permanece alagada. Há algum tempo, as mudanças climáticas já não são apenas previsões catastróficas. O futuro chegou. Vivemos ciclos que não apenas se repetem, mas se intensificam. São eventos extremos e opostos. Cheia. Seca. Enchente. Onda recorde de calor. Ciclone. Estiagem. Temporal. Nos últimos três anos, o Amazonas enfrentou a maior cheia dos últimos 100 anos e a sua pior seca desde 1980. No mesmo período, o Rio Grande do Sul enfrentou uma estiagem severa e, em seguida,

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0018960

somou episódios de ciclones e temporais. E agora, contabiliza os resultados do pior desastre climático da sua história. De norte a sul do país, os efeitos de uma natureza devastada ao lado da falta de recursos financeiros e técnicos deixam um rastro de destruição. De 2013 a 2023, 94% dos municípios brasileiros registraram ao menos um decreto de anormalidade em decorrência de desastres. No mesmo período, a União pagou apenas R$ 3 bilhões para ações de defesa civil, gestão de riscos, prevenção, respostas, reabilitação e reconstrução de áreas afetadas. Enquanto os desastres causaram prejuízos de R$ 639,4 bilhões em todo o país. Sem prevenção, sem tempo e sem recursos para se recompor, mais de mil cidades do Brasil vivem em permanente estado de anormalidade. Ao longo da vida, muitos brasileiros precisam sobreviver a mais de uma catástrofe climática. Nos últimos 11 anos, os desastres naturais no Brasil afetaram o equivalente a 418 milhões de pessoas, quando somadas a 64.742 ocorrências de situação de emergência e estado de calamidade pública. É como se toda a população atual do país tivesse enfrentado duas tragédias na última década. Mas, infelizmente, nem todos sobreviveram. 2667 pessoas perderam suas vidas. Até quando a falta de planejamento, de respeito à natureza, de recursos e de União federativa permitirá colocar em risco milhões de brasileiros ano após ano? Cuidar dos nossos cidadãos é uma missão de todos, a maior delas. É hora de um verdadeiro Pacto Federativo para olhar pela nossa população". Cerimonialista: Senhoras e senhores, dando início a este painel após este vídeo produzido pela Confederação Nacional de Municípios, queremos neste momento convidar para fazer a sua exposição... quero convidar ao palco para fazer sua exposição o coordenador do Comitê Jurídico e de Regulação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, senhor Ludovino Lopes. Ludovino Lopes: Bom dia a todos. É um prazer estar convosco aqui, ainda mais nesta casa, nesta assembleia, que representa o desafio local concreto de enfrentamento e de construção de uma estratégia de abordagem municipal, local, a esta nova realidade que estamos enfrentando. É um prazer poder falar sobre esse tema e tentar trazer para vocês uma visão internacional que permita que possamos a partir dela construir ou localizar como podemos entender e estruturar esse desafio que está perante todos vós e que certamente a partir de agora e do passado, mas nessa viagem para o futuro, vai trazer a necessidade de novos instrumentos, a necessidade de novas formas de gestão e novas formas de equação do ponto de vista regulatório, legal, econômico, financeiro, de enfrentamento a esse desafio. A tarefa que me foi dada foi no sentido de podermos trazer para vós essa visão internacional e a partir dela descer até a realidade municipal que é parte, digamos, do vosso desafio permanente. Muito bom. Sabemos que o planeta está enfrentando esse novo desafio e vocês certamente encontram nas notícias em todos os dias em algum lugar do planeta, desastres, em algum lugar do planeta novos em questões relacionadas a eventos extremos e, portanto, eu não queria focar minha atenção apenas sobre esse processo desses desafios que estão acontecendo. Na verdade, eu consideraria que isso já é o novo normal, e portanto, não é algo que vai nos trazer isso no futuro, já temos esse desafio concreto para gerenciar. Se fala muito sobre a nova economia ambiental, sobre a nova economia de baixas emissões de carbono e sobre um conjunto de desafios e de oportunidades que estão sobre a mesa nesse tema. E eu gostaria de aliar o combate e aos desafios também com as oportunidades, porque se nós tratarmos apenas dessa pauta do ponto de vista dos problemas, vamos ter uma dificuldade muito grande em conseguir transformá-la na pauta de desenvolvimento futuro. E, portanto, a equação da gestão do risco, a equação da gestão do processo de mitigação desses riscos, é fundamental, é crítica, precisa ser tratada, mas ela também precisa ser aliada à capacidade de transformação de desenvolvimento, de valor agregado e de reposicionamento da forma como estamos lidando com esse tema. E esses dois lados da equação mexem com a economia de forma transversal. A questão climática não é uma questão apenas das florestas, não é uma questão da agricultura ou da pecuária, ela é uma questão que mexe com o transporte, que mexe com a energia, que mexe com serviços, ela mexe com a economia como um todo, porque ela acaba influenciando a todos nós, e podemos perceber isso pela forma como os últimos eventos, especialmente, no Rio Grande do Sul, afetaram a totalidade da economia, não apenas local, mas também na dimensão nacional. Então, os impactos eles se espalham de forma estratégica, de forma estrutural, digamos assim. Então, o primeiro ponto é o seguinte, até há bem pouco tempo nós não tínhamos no conceito das nossas legislações, os conceitos ligados aos ativos ambientais, e muito menos ao carbono. O carbono é um bicho novo, é um ativo novo. Eu diria que ele é novo do ponto de vista jurídico, mas ele não é novo do ponto de vista científico, do ponto de vista dos ativos que estão na terra, dos ativos que estão na estrutura fundiária, por exemplo. Ele já estava lá há muito tempo, a gente já sabia que ele estava lá. Só que a diferença agora é que ele passou a ter um valor estratégico diferente, tanto do ponto de vista da gestão da política pública, quanto do ponto de vista da economia. Qual é o nosso desafio, sobretudo do ponto de vista regulatório? Nós não temos ainda instrumentos legais suficientes, embora o Brasil tenha, sim, já um trabalho extraordinário feito para avançar nesse sentido, mas nós não temos ainda um quadro legal regulatório que nos permita trabalhar com isso de uma forma mais estruturada. E quando eu digo de forma estruturada, olho para vós que são gestores públicos e que precisam respeitar a questão do princípio da legalidade e não adianta dizer que o município vai ter que fazer alguma coisa se ele não tiver os instrumentos jurídicos que forneçam a legalidade, que forneçam a legitimidade para que ele possa efetivamente fazer isso. Por muito que vocês façam de esforço para fazer isso acontecer, se não tiverem cobertos por esses instrumentos, vocês não vão poder atuar e colocar essas políticas públicas na forma correta. Então, qual é o primeiro desafio que nós temos? Da

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0014960

mesma maneira como as nossas pequenas e médias empresas hoje têm um desafio grande na linguagem climática que vai vir dos impactos que as grandes empresas vão trazer para elas do ponto de vista da produção, aquilo que a gente chama o escopo 3 no clima, também os municípios vão ter um impacto dessas políticas internacionais, da política nacional, da construção federativa, e eles são quase que o escopo 3 dessa grande estrutura programática que está sendo desenhada. Porque é lá, na realidade municipal, que esses desafios têm que ser entregues. É lá na realidade municipal que os recursos têm que chegar. É lá na realidade municipal que as políticas têm que estar desenhadas. E aí não existe uma receita de bolo única para cada um de vós. Existe uma receita de bolo estratégica, mas cada um de vós vai ter um ativo mais importante, mais estratégico, ou dois ou três ativos que são fundamentais... estratégica da capacidade de oportunidades, ela precisa passar por um diagnóstico de identificação desses ativos ambientais para que cada um de vós atue naquilo que é potencialmente mais estratégico para a vossa estrutura local, para as vossas oportunidades. Pode ser que seja floresta, pode ser que seja agricultura, pode ser que seja transporte, pode ser que seja energia, ou seja, um conjunto de ações concretas em relação a essa matéria. Então, essa construção que está começando com os desafios internacionais ao nível das Nações Unidas e que vai trazer a necessidade de internalização desses conceitos dentro do Brasil, vai também acabar se refletindo na onda ao nível dos estados e depois ao nível dos municípios. Então, a criação desses quadros legais em regulatórios é fundamental para que vocês tenham os instrumentos de governança necessários, mas também para uma outra coisa. Eu vi esse trabalho fantástico que vocês fizeram sobre a questão do consórcio e dos dados e dos valores que apresentaram aqui. Não é possível acessar determinado tipo de recursos se vocês não tiverem um instrumento financeiro adequado. E a construção desse instrumento financeiro passa hoje também pela necessidade de redesenhar o modelo. E, portanto, como se trata de um novo tipo de recurso, como se trata de um recurso que, muitas vezes, vem a fundo perdido, ou que vem com aquilo que a gente chama de blend finance, acho que um dos nossos painelistas vai falar sobre isso, é preciso criar um mecanismo jurídico, econômico, financeiro capaz de que o gestor público possa acessar esse recurso da forma correta. E é preciso que a gente tenha essa governança para que vocês tenham a celeridade, para que vocês tenham a capacidade de poder acessar esse recurso da forma correta. Sem isso, vocês vão acabar tendo uma dificuldade muito grande e nós vamos também acabar tendo uma dificuldade em encontrar esse processo e estruturar esse processo. Então, essa construção legal que tem uma inflexão da internalização dos compromissos internacionais, dos compromissos nacionais e do pacto federativo, como estamos discutindo, ela é fundamental que ela aconteça e que os instrumentos para que esse pacto federativo efetivamente aconteça. É quase como se nós disséssemos que os municípios vão ter uma mini NDC, digamos assim, um compromisso nacional que vai levar todos vocês a ajudarem a construção futura do compromisso global. O compromisso de alcançar esses resultados também tem que estar atrelado a resultados positivos para uma nova atração econômica, uma nova atração de desenvolvimento e a capacidade de entendimento de gestão territorial inteligente. Então, esses fatores são fundamentais para que haja uma junção dos elementos regulatórios legais que precisam ser construídos junto com os instrumentos de captação, gestão e de aplicação financeira e, fundamentalmente, das metas, isto é, quais são as metas que cada um dos vossos municípios escolheu estrategicamente? Como diria do ponto de vista econômico, quais são os keep eyes? Quais são os elementos que são fundamentais para que o desenvolvimento estratégico do vosso município, efetivamente, possa acontecer. Então, a grande visão macro do desafio global está ligada a essa questão. E quando eu falo da questão dos instrumentos, eu falo de instrumentos que são separados ou que precisam ter estrutura separada. Uma é o desafio de perdas e danos, que estamos discutindo, por exemplo, com o que aconteceu em Rio Grande do Sul. São recursos financeiros que precisam ser de ação rápida, de capacidade de implementação rápida, com agilidade. O outro são os recursos de fomento e de investimento a longo prazo na economia local. E esses dois mecanismos precisam estar juntos. Se não tiverem, vocês não vão conseguir construir o desafio. Então, a construção estratégica desses mecanismos, com o conhecimento da realidade que vocês têm, é o que vai nos levar a conseguir vencer esse desafio. Deixo-vos, portanto, com esta reflexão e com este, digamos, desafio propriamente dito, para que a gente a partir daí possa construir, então, uma ação conjunta, estrutural, integrada, de inteligência territorial, de identificação dos ativos, de estrutura e complementariedade legal e regulatória, de criação dos mecanismos financeiros e de trabalho de prevenção e de fomento à nova economia ambiental, à nova economia de baixas emissões e ao combate aos eventos climáticos. Obrigado. Cerimonialista: Nós queremos agradecer a exposição do especialista, senhor Ludovino Lopes. Neste momento, senhoras e senhores, vamos passar a palavra ao CEO da VDH, Peter Von Bolen Und Halbach, que está presente em nosso evento neste painel de grande importância para o conhecimento do enfrentamento as intempéries climáticas. Antes, enquanto o nosso expositor chega à tribuna, eu quero convidar para fazer parte deste painel. Já está aqui na Marcha o deputado federal Gilson Daniel, que sobe agora ao palco. Senhoras e senhores, temos também muitos prefeitos que estão acompanhando a marcha de maneira remota. Só pedir aqui para ligar o retorno. Peter Von Bolen Und Halbach: Senhoras e senhores participantes da marcha, senhor Paulo Ziulkoski, como representante da Von Bolen Und Halbach Company Limitada, com sede nos Emirados Árabes, eu gostaria de agradecer em nome dos nossos parceiros da indústria pela oportunidade de me dirigir a vocês hoje. Rio Grande do Sul, eu estou sem palavras para

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0013960

descrever a magnitude do que aconteceu e o sofrimento incrível dos cidadãos que o seu país e de todos aqueles que foram afetados. Por isso, é hora de menos discussão e mais ação. É hora de nos unirmos e enfrentarmos as possibilidades de acordo com o princípio do poluidor pagador. Diante dos eventos atuais, a pegada climática do Brasil tornou-se uma questão de importância global, já que o seu país desempenha um papel significativo na luta contra as mudanças climáticas. O Brasil é o país com as maiores áreas de floresta tropical, especialmente, a floresta amazônica, que é conhecida como o pulmão do mundo. No passado, o Brasil enfrentou problemas com o aumento do desmatamento e o crescimento dos incêndios florestais, o que levou a um aumento significativo das emissões de gases de efeito estufa. Essas emissões não apenas contribuem para o aquecimento global, mas também ameaçam a biodiversidade e os meios de subsistência dos povos indígenas e das comunidades locais, que dependem da diversidade dessas florestas. Do lado positivo, o Brasil fez progressos significativos na promoção de energias renováveis, particularmente, através da expansão das hidroeletricidades e do uso crescente da energia eólica e solar. Essas medidas estão ajudando a reduzir a pegada de carbono e garantir a transição para um fornecimento de energia mais sustentável. O Brasil é o único país do mundo que gera quase 70% das suas necessidades energéticas a partir de fontes renováveis e dispensa completamente a geração de energia a partir de combustíveis fósseis. Uma política climática eficaz requer cooperação entre o governo, empresas, organizações da sociedade civil e a comunidade internacional para encontrar soluções que protejam o clima e, ao mesmo tempo, promovam o desenvolvimento do país. Para isso, tomamos a liberdade de desenvolver um conceito com o objetivo de estabelecer parcerias público-privadas, nas quais envolveremos diretamente os produtores de emissões significativas de carbono da indústria global de forma projetada. Para nós, envolvimento significa menos discussão e mais liderança pelo exemplo. O Brasil e os Emirados Árabes Unidos, assim como a dinastia da minha família, compartilham uma rica diversidade cultural e uma parceria econômica dinâmica. Ao compartilharmos conhecimento, experiência e inovação juntos, podemos tomar medidas adequadas para combater as mudanças climáticas e, ao fazê-lo, melhorar permanentemente a qualidade de vida dos cidadãos em seus bairros. Eu estou pessoalmente comprometido a trabalhar com a CNM, sob a presidência do senhor Paulo Ziulkoski, para enfrentar os momentos negativos das mudanças climáticas, promovendo cooperação e fornecendo os recursos financeiros necessários aos nossos parceiros industriais, especialmente, para promover o crescimento e a resiliência nas cidades e nos municípios do Brasil através da nossa abordagem. A globalização e transferência de tecnologias para os países do terceiro mundo têm contribuído significativamente para esse desenvolvimento negativo ao redor do mundo. As abordagens baseadas no protocolo de Kyoto, assim como a transição para o acordo de Paris, estão ficando para trás diante do crescimento global desenfreado e de problemas relacionados ao desacordo entre as principais nações industrializadas. Nós da Von Bolen Und Halbach comprometemo-nos com a proteção climática com os participantes e membros da Bolsa de Negociações de Direitos de Proteção Climática, ACEX, Air Carbon Exchange, com sede em Singapura e Abu Dhabi. Como membros dessa bolsa, reconhecemos nos últimos meses que a demanda por produtos de mercado voluntário de carbono perdeu muita confiança e valor. E essa perda de confiança deve-se em grande parte à falta de transparência. As circunstâncias mencionadas já estão enraizadas no design do mercado voluntário de carbono, razão pela qual casos individuais de greenwashing não podem ser usados como uma causa geral. Os objetivos originalmente ambiciosos de um mercado voluntário de carbono eram louváveis, mas as metas esperadas não foram alcançadas. Por quê? Na perspectiva atual, um modelo sustentado de proteção climática requer um alto grau de transparência e controle. Por essa razão, o meu grupo, em conjunto com a agência R10 de Brasília, desenvolveu um modelo híbrido de proteção climática que se caracteriza por uma abordagem de alto valor ético. Neste conceito, estamos deliberadamente focando em terras, em áreas da Mata Atlântica e da Floresta Tropical, que são propriedade ou são gerenciadas pelo Estado. Todos reconhecemos o valor e a diversidade das florestas tropicais, razão pela qual queremos envolver ativamente a indústria global na preservação desse legado formando alianças. Atualmente, estamos em negociações com vários governos locais para lançar projetos de proteção climática com nossos parceiros industriais, a fim de apresentar esse modelo prestigioso como um farol na COP 30. Uma parte significativa de todos os rendimentos desses projetos será redirecionada diretamente para o bem-estar das suas comunidades, cidades e distritos. Reconhecemos que haverá uma série de desafios políticos, legais, financeiros e logísticos para alcançar os objetivos que estabelecemos. Esperamos fazer parte desse objetivo e assim contribuir positivamente para superar a crise ambiental. Devemos agir agora porque ninguém pode escapar dos efeitos das mudanças climáticas, especialmente após as imagens chocantes que nós vimos do sul do Brasil. Gostaria de agradecer pela sua atenção e pela hospitalidade única. Muito obrigado. Cerimonialista: Nós queremos agradecer ao especialista Peter Von Bolen, CEO da VBH, que se disponibilizou para vir ao Brasil e participar da XXV Marcha, trazendo todo o seu conhecimento. Agradecemos também ao técnico da CNM, Maurício Zanin, pela maestria na tradução desta palestra. Senhoras e senhores, vamos seguir então com a fala da presidente do Instituto Clima, senhora Maria Teresa. Maria Teresa: Bom dia a todas e todos, agradeço imensamente pelo convite, faço uma saudação muito especial a todos que compõem este painel e ao doutor Paulo, presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, agradecendo a ele pelo convite, também ao Guto. Eu acho que é um momento de extrema importância falar sobre mudanças climáticas e eu trouxe rapidamente

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

aqui uma apresentação vou ver se eu consigo... eu peço um apoio aqui a equipe de apoio... a minha perspectiva, eu acho que seguindo a linha dos que me antecederam, nós vimos aqui a fala da necessidade da integração entre as normas, a regulação, as normas internacionais, nacionais, estaduais e municipais. Nós vemos aqui a preocupação internacional, principalmente, da indústria, de apoiar o Brasil na questão do mercado de carbono, com transparência, com seriedade, fazer fomentar esse mercado de carbono. A minha perspectiva é uma perspectiva que, partindo do que foi dito, eu vou tentar aterrissar no município. Vou falar um pouco sobre a questão do município, sobre a ótica do município, as dificuldades que eu percebo que hoje os municípios têm para melhor dar uma velocidade e uma resposta a essa questão das mudanças climáticas. Eu falo aqui pelo Instituto Clima Inovação e Tecnologia. A minha trajetória vem do setor público. Eu fui do Ministério Público do Paraná por 30 anos, fui secretária do Estado da Justiça, conselheira do CNJ, e atualmente eu tenho me dedicado muito, muito, principalmente, na academia, nessa questão de mudanças climáticas. Bem, nós desenvolvemos no Paraná um projeto e estamos trabalhando neles, é um processo, são algumas etapas, um projeto num município pequeno chamado Peabiru, é o projeto Caminhos do Peabiru a favor da Sustentabilidade contra as Mudanças Climáticas. Município pequeno que nós estamos ali tentando verificar o equilíbrio desse município, quanto ele emite de gases de efeito estufa e quanto ele remove de gases de efeito estufa, para saber se o município pequeno de pequeno porte é equilibrado ou desequilibrado. E o que nos chamou a atenção é que o município pequeno de grande zona rural, sem indústria, sem universidade, cerca de 20 mil habitantes, ele mais emite gases de efeito estufa do que remove. E aí nós começamos a nos perquirir as causas disso. Nós sabemos que nós temos, principalmente, cinco causas que promovem as mudanças climáticas. São elas energia e transporte, segundo a emissão da indústria, terceiro, setor agropecuário, principalmente a pecuária, quarto, o uso da terra, LULU-CF, em relação à emissão de gases de efeito estufa, desmatamento, fumaça e, quinto, resíduos. E resíduos, aí vamos para resíduos sólidos. Todos os municípios passam por isso. Esse é o tamanho do problema que o Brasil mede por intermédio de um sistema chamado SIRENE, do Ministério de Ciências e Tecnologia. Se de um lado eu tenho esse negativo que eu contabilizo, eu preciso ter um positivo para contabilizar. E esse positivo vem de onde? Vem da remoção do carbono por meio das florestas, por meio do uso do solo, por meio da agricultura, por meio dos manguezais e das plantas oceânicas. Então, eu tenho que fazer um contrapeso a isso e eu preciso fazer com que aquele pequeno proprietário rural que não consegue titular o quanto ele tem de ativo de carbono na floresta, o quanto ele tem de ativo de carbono no solo e na agricultura, ele precisa ter um documento. E hoje ele não tem esse documento. Hoje ele não acessa esse documento. E se ele for pensar numa certificação internacional, ele não tem condições de fazer isso e, muitas vezes, o desmatamento acaba acontecendo porque é melhor financeiramente, eu não acho que seja melhor, eu acho que é pior, mas às vezes financeiramente é mais fácil. Eu corto a madeira, vendo a madeira, coloco o gado e uso isso aqui de qualquer jeito ao invés de preservar as nossas florestas. Então, nós temos que achar uma forma de remunerar, o poder público, que tem grande quantidade de florestas, nós temos que achar uma forma de remunerar o produtor rural, proprietário rural, pelo carbono, não só da floresta, mas também da agricultura. E para que isso aconteça, às vezes, quando você olha para um município pequeno e começa a estudar com maior profundidade, o que é que você vê? Nesse município pequeno, apenas o replantio de árvores na beira das nascentes e no trilho da APP do rio, só isso já faria com que esse município, que é carbono deficitário, que é negativo, que pudesse ser carbono zero e carbono neutro em cinco anos, tão somente com o replantio das árvores em área de APP. Auxiliamos o município na elaboração de uma lei municipal, que vem na questão da regulação que foi dito aqui. Elaborar uma lei municipal simples, assim como se tem o Conselho de Saúde, o Conselho do Meio Ambiente, o Conselho X,Y e Z, uma lei municipal que trate do equilíbrio do sistema climático no município entre as emissões e as remoções, para que, por meio desse conselho municipal, governamental e não-governamental, tenham representantes desses cinco segmentos que causam as emissões de gases de efeito estufa para se pensar na solução, seja o governamental, seja o não governamental no município. A lei foi aprovada, uma lei municipal, e agora está na fase seguinte, que é a constituição do conselho para o início do funcionamento. Eu trouxe isso porque acho que são algumas ideias que eventualmente podem servir como o início de um diálogo com os municípios. Bom, quando eu falo de carbono e falo de carbono verde, eu não estou falando aqui do carbono azul dos oceanos, estou falando do carbono verde, carbono floresta, carbono agricultura. O estoque de carbono verde, eu posso transformar isso em crédito de carbono? Posso. O que é o crédito de carbono? O crédito de carbono é o que nós temos um grande especialista no Código Florestal, vem de lá a definição, é um bem incorpóreo, intangível e transacionável. Eu não pego crédito de carbono, eu não consigo sentir, mas eu sei que ele existe e sei que existem técnicas de engenharia para medir quanto tem de carbono em determinadas florestas de acordo com as árvores, de acordo com, enfim, uma série de situações que a engenharia possui requisitos para medição. Esse mercado de carbono, o grande desafio para o cumprimento do Acordo de Paris, hoje, é de dupla natureza. Primeiro, nós precisamos ter contabilidade robusta e não podemos ter dupla contagem. E o que foi dito aqui? Hoje nós temos, infelizmente, algo chamado greenwashing. O que é o greenwashing? É lavagem verde. O que é lavagem verde? São contratos de gaveta, sem segurança jurídica, em que se está dizendo que tem x toneladas de carbono em um projeto e essa x toneladas de carbono num projeto certificado aqui, ali, lá, estou vendendo para outro país, de grandes áreas. O

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

problema é que eu não estou conseguindo indexar e dizer. Essa quantidade de X, mil toneladas de carbono, ela diz respeito à propriedade do Elias, do João, do Pedro. E essa propriedade, ela tem documento? Eu não estou em cima de terra pública. Eu não estou em cima de terra indígena. Não estou em cima de zona de fronteira. Não estou em cima de áreas griladas. Então, falta aqui, o meet, falta um encontro de um laudo de auditoria que possa permitir essa segurança jurídica que hoje no Brasil nós não dispomos e nós precisamos. Com isso, nós teríamos maior segurança jurídica, com isso nós evitaríamos o risco da dupla contagem. E a proposta que faço, inclusive, é que assim como cada um tem a sua propriedade, se tem uma propriedade rural, você tem a escritura pública, você tem o registro de móveis, tem que fazer essa regularização. Vamos seguir o mesmo caminho, fazer a regularização do estoque de carbono seguindo esse mesmo caminho. Um documento público, averbado no cartório, dizendo, tem tanto de estoque de carbono. Eu vou fazer uma servidão por 30 anos para manter essa área e eu vou receber por essa área. Mas para que o proprietário possa receber por essa área, ele tem que ter um título. Tem que ter todas as etapas desse processo documentado, certificado, titulado para ele ter esse documento, como se vende um imóvel. Preciso ter um documento confiável em mãos para eu poder comercializar. Aí sim, eu tenho interesse dos investidores, por exemplo, tem investidores nacionais e internacionais que querem investir e ajudar o Brasil no mercado de carbono, no mercado tripartite. Eu tenho aqueles grandes emissores que emitem gases de efeito estufa e que precisam fazer a sua compensação de forma transparente e com absoluta segurança jurídica e eu tenho os proprietários e aí eu incluo os pequenos proprietários, incluo as comunidades indígenas, os médios proprietários, que precisam ter o título e hoje eles não têm o título certificado com fé pública. Esse diálogo precisa de um arranjo e esse arranjo os municípios ainda não têm um padrão e um modelo para isso. Acho que a lei municipal é um caminho para o começo do diálogo, mas ainda precisamos avançar. Bem, nós não temos ainda, como foi dito aqui, regulação e metodologia segura para garantir que o estoque adquirido sirva para compensar as emissões sem risco de dupla contagem. Esse é o desafio do Cumprimento do Acordo de Paris. Problemas já identificados. Em razão do alto custo, os pequenos proprietários não têm acesso a projetos de crédito de carbono com certificação internacional. O custo é muito caro, eles estão muito distantes dessa realidade. Dois. Certificadoras de crédito de carbono, elas atestam quanto tem de carbono, mas elas não atestam a titularidade da terra nos termos da legislação brasileira, em especial a lei de registros públicos. Essa lacuna gera o risco de venda de crédito de carbono por quem não é o legítimo proprietário da terra, que é o problema do greenwash. Atualmente não existe controle cadastral de registros públicos sobre as operações que são feitas por meio de contratos privados, não dotados de fé pública. É um monte de contrato de gaveta que ninguém sabe quem está vendendo o que para quem, em cima de que terra e o que está acontecendo. Essa insegurança é que está causando esse problema em relação ao mercado voluntário de carbono e à queda de preços. Quando a gente vê o Rio Grande do Sul, e acho que esse é o principal ponto que eu gostaria de trazer aqui hoje, nós vemos um desastre sem precedentes, pessoas perdendo a vida, pessoas perdendo todo o patrimônio, pessoas perdendo o resgate de toda a sua história. E quando a gente vê um desastre como esse, a gente fica pensando, eu consigo encontrar alguma alternativa ou alguma solução rápida para que eu possa de alguma maneira contribuir com esse desastre que aí está e com essas pessoas? Me ocorreu algumas ideias e passo por elas muito rapidamente. Eu penso que adaptação e mitigação às mudanças climáticas é algo essencial. Ter o diagnóstico, planejamento dos cenários de emergência, geração de alertas com antecedência para que as pessoas possam ter tempo para se preparar, elaboração de planos de adaptação e mitigação adequados à realidade municipal. Cada município tem que pensar em ter um plano de adaptação e de mitigação. É necessário se pensar na transição energética, que foi dito aqui, o Brasil tem 70% de energia limpa, mas quando eu falo em energia, eu tenho que falar em transporte. E o diesel é um grande emissor de gás de efeito estufa, diesel nos caminhões. Se você for abastecer o seu carro, abasteça com álcool, não abasteça com gasolina, que você diminui a emissão de gás de efeito estufa. Tem pequenas práticas que são boas. Temos que trabalhar a redução das emissões de gases de efeito estufa, educação ambiental e conscientização, adaptação e resiliência climática. Estimativas de estoque de carbono florestal no estado do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul, tão afetado e com tudo alagado, nós ainda não sabemos exatamente como ficarão as árvores. Nós ainda não sabemos exatamente como ficará a situação da agricultura, do solo e desse carbono estocado. Mas as árvores e o estoque de carbono florestal, nós estamos falando aqui no Rio Grande do Sul de 17% do território que tem formação florestal. E esses 17% de formação florestal, hoje, ainda não estão titulados, documentados, como se fosse essa escritura do teu imóvel, não tem a escritura do carbono. Enquanto não tiver escritura e documento do carbono, você não tem isso como ativo. O ativo que existe, ele não é transformado em valor. Então, a gente precisa pensar em como fazer isso para unir os pequenos e grandes proprietários, unir o poder público que tem grandes quantidades de florestas para titular essa floresta e oferecer esse título a aqueles, como por exemplo, tem aqui o meu antecessor aqui que fala que as indústrias internacionais têm interesse de investir no Brasil, ótimo, então tem investidor, o que é que falta? Falta documentar o estoque de carbono florestal de terras públicas, de terras privadas para as pessoas atingidas. Me parece que isso é um ativo invisível, intangível, incorpóreo, que pode ser transacionável, que pode fomentar o mercado de carbono, que é possível abrir uma conta para aqueles que queiram comprar esse carbono de uma forma correta e justa e assim encontrar uma receita extra para aqueles nossos brasileiros gaúchos que estão

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

passando por toda essa dificuldade que agora já está subindo ali para Santa Catarina, no sul. Essa é a situação do Rio Grande do Sul, tem lá, então, 17% do território com formação florestal, se perdeu muito de vegetação nativa, isso é uma outra questão que precisa ser visto, como também precisa ser visto ali, município por município, como que está o reflorestamento das áreas de APP em torno das nascentes, isso é essencial e é fundamental. Identificação de florestas públicas no estado do Rio Grande do Sul e nos 153 municípios diretamente atingidos. Então, dos municípios atingidos, você vê que tem alguns ali, Parque Estadual do Delta do Jacuí, área afetada e o percentual da área afetada em relação à área total de floresta pública. Veja que ele tem uma quantidade imensa de floresta pública, ele é um parque estadual. Se ele é um parque estadual, significa que o Estado pode obter recurso com essa floresta. Terra indígena também é possível. Área de vegetação afetada diretamente pela inundação em 153 municípios, o que isso significa em hectares de área de formação florestal? 30% da formação florestal existente no estado. A necessidade de apoiar as pessoas da zona rural para criar uma nova fonte de receita oriunda do carbono estocado de áreas degradadas a serem recuperadas? Sim, não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil e em todos os municípios. Uma sugestão, e essa é a sugestão que nós estamos estudando e acho que pode ser algo viável, seria, eventualmente, começando pelo Sul, pelos Estados do Sul, pelo Rio Grande do Sul, por Santa Catarina, pelo Paraná, que tem uma cultura em relação às cooperativas, talvez de se pensarem a isso que nós estamos modelando, a criação de uma cooperativa de projetos de carbono para combater mudanças climáticas, começando pelo Sul, em que os proprietários rurais, assim como eles entregam soja na cooperativa, que eles possam procurar a cooperativa para dizer, Eu tenho uma propriedade e eu quero titular o carbono que eu tenho na propriedade. Daquilo que ele titular com o apoio da cooperativa, X vai para o proprietário rural, X vai para custear a cooperativa porque ela tem despesa para fazer esse projeto, X vai para algo chamado adicionalidade. O que é adicionalidade? É um termo de cooperação da cooperativa com o município, em que se examina os dados do CadÚnico para saber quem são as pessoas mais pobres e mais sujeitas a risco naquele município, e com base no CadÚnico, uma parte desse percentual poderia ser então utilizado para reduzir a pobreza extrema com base no cadastro único, que é um dos maiores cadastros que nós temos hoje no Brasil, que é o que identifica onde estão as pessoas pobres, na extrema pobreza, com extrema vulnerabilidade, que não têm banheiro, que moram em situações, em locais perigosos, às vezes, na beira dos rios. Tudo isso poderia ser eventualmente mapeado. Essa iniciativa seria uma iniciativa, então, e que é isso que a gente está nesse exato momento pensando agora em razão da crise do Rio Grande do Sul e tentando enxergar aqui um horizonte de solução, seria algo de uma cooperativa de projetos de carbono para combater mudanças climáticas, começando pelos três estados do Sul, sendo que o Paraná é o que possui a maior quantidade de hectares de floresta, com uma média de carbono de 55 toneladas por hectare, depois Rio Grande do Sul e depois Santa Catarina. Só unindo esses três nós teríamos 2,68 bilhões de toneladas de CO2 equivalente em florestas. São números aproximados, assim a minha ideia aqui é mais passar alguma coisa rápido. Aí essa cooperativa poderia contribuir com o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima. O governo tem esse plano, é um plano que precisa ser periodicamente atualizado, mas que a gente pode ter um plano municipal de adaptação às mudanças climáticas. E como estamos falando para os municípios, me parece que é muito importante chamar a atenção para uma lei municipal que crie o equilíbrio do sistema climático e, uma vez criada a lei, uma vez criado o conselho, que o conselho se preocupe de ter um plano de adaptação. Esses são aqui os nossos grandes desafios para adaptação em mudanças climáticas. E esse caso do município de Peabiru é um município que nós estamos cada vez mais e com maior profundidade, olhando esses cinco segmentos que causam a fonte primária e que causa emissão de gás de efeito estufa, o que remove, como equilibra onde estão os problemas, cujo problema eu acho que se replica na maioria dos municípios. Então, olhar para o município significa olhar para a solução daquilo que nós precisamos fazer. Então, nós precisamos trabalhar com os gestores, capacitação dos gestores, dialogar com a sociedade por meio de conselhos e talvez esses sejam alguns caminhos. Eu tive duas experiências no decorrer da minha trajetória e que foram exitosas. Uma delas foi a criação da cooperativa de crédito para membros do Ministério Público e membros da magistratura no Paraná. Uma cooperativa que deu muito certo Então, a ideia da cooperativa me parece uma ideia boa. E a outra também que foi de minha iniciativa foi a criação de um fundo de previdência privada para membros da magistratura, Ministério Público, advogados públicos, defensores públicos, auditores fiscais da Receita, enfim. Eu trabalhei desde a gênese desse processo e hoje nós temos mais de 100 associações de classe que participam desse fundo para ter uma previdência privada, porque a gente sabe que a previdência pública cada vez mais, ela está complicada e precisa ter mesmo uma previdência complementar. Usando essas duas experiências é que eu estou imaginando junto com a equipe ali do Instituto Clima, enfim, conversando e dialogando com muitas pessoas que têm experiência nessa área, esse caminho, que é o caminho que me parece, e tenho conversado muito com o Guto da CNM também, com o doutor Paulo Ziulkoski, que acho que é a Confederação Nacional dos Municípios, os municípios é um locus importante, assim como a Confederação Nacional dos Cartórios também, para fazer uma documentação correta. E parece que é o caminho. Acho que o caminho é esse. E o que nós estamos querendo fazer junto com a CNM também, alguns cursos de capacitação à distância, para falar mais sobre esse tema aqui de mudanças climáticas e o que os municípios, na prática, podem fazer. Muito obrigada. Cerimonialista. Nós agradecemos a explanação da senhora

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0013960

Maria Teresa Wili, presidente do Instituto Clima, e neste momento queremos informar a todos os municipalistas que estão presentes. Já temos a chegada da nossa ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, já está subindo para o palco, dentro de poucos instantes comporá o palco deste importante painel sobre mudança climática. Neste momento, quero convidar para trazer a sua explanação, suas palavras o secretário de relações internacionais de São Paulo e relator do novo código florestal brasileiro, senhor Aldo Rebelo. Seja bem-vindo, Aldo Rebelo. Aldo Rebelo: Bom dia, minhas queridas e meus queridos amigos, prefeitas e prefeitos, senhoras e senhores. Cumprimento aos integrantes deste painel, na pessoa do deputado Gilson. E dizer que nós participamos desse debate no momento em que essa tragédia alcança os nossos irmãos do Rio Grande do Sul. A agenda do clima ou se quisermos do aquecimento global ou se quisermos ainda da emissão dos gases de efeito estufa ou se quisermos ainda do meio ambiente, ocupou o salão principal do debate geopolítico do mundo, na ONU, e ocupou, ao lado de outros temas também relevantes, a questão da democracia, a defesa das minorias, os direitos humanos, são agendas universais, carregadas naturalmente da busca da generosidade, da defesa dos interesses mais elevados da humanidade. Mas acontece com essas agendas um fenômeno que um teólogo norte-americano qualificou como a corrupção da virtude. E o que vem a ser a corrupção da virtude? A corrupção da virtude, no conceito desse teólogo norte-americano, é o uso de causas virtuosas generosas, humanitárias, para servir a outras causas que não são nem generosas e nem humanitárias, para servir a interesses geopolíticos concretos. Em nome da democracia, você derruba governos, você introduz a prática de tortura, você faz guerras, você invade um país dizendo que quer derrubar uma ditadura, quando na verdade você está atrás de petróleo. Você está atrás dos recursos naturais daquele país. A sua guerra não tem nada a ver com democracia, não tem nada a ver com direitos humanos, não tem nada a ver com interesses generosos da humanidade. Essa tem sido a prática no mundo, no conceito desse teólogo, que a isso denominou de corrupção da virtude. A mesma coisa acontece com essa agenda do clima tão importante, tão necessária para se barrar os crimes que foram cometidos e que continuam sendo cometidos contra o meio ambiente. E não é uma agenda nova, ela é uma agenda antiga. A primeira conferência do clima aconteceu na Suécia em 1972. E o Brasil indicou, como nosso embaixador, um estadista diplomata que era o embaixador Araújo Castro. E ele disse nessa conferência, o primeiro movimento que os países ricos fizeram foi o congelamento do poder militar mundial. E o que era o congelamento do poder militar mundial? Era estabelecer o monopólio das armas nucleares para cinco ou seis países. E o mundo passaria a conviver com um grupo de países que tinham o monopólio das armas nucleares, e tudo bem com esse monopólio, e os demais países que não poderiam ter acesso a armas nucleares. E você congelou o poder militar do mundo. E o embaixador Araujo Castro disse nessa conferência do clima de Estocolmo, agora vocês querem o congelamento do poder econômico do mundo. E o congelamento do poder econômico do mundo é dividir o mundo em dois grupos de países. Os que se desenvolveram e que querem ter acesso a recursos naturais e matérias-primas. E esses não ameaçam o meio ambiente. E os que não se desenvolveram e vão ser os fornecedores de recursos naturais. E o desenvolvimento desses vai ameaçar o meio ambiente. Explorar petróleo na Guiana não ameaça o meio ambiente. Explorar petróleo no Amapá ameaça o meio ambiente. Isso tudo com a cumplicidade do Estado brasileiro, do governo brasileiro. Porque foi o Ibama que proibiu que no estado que tem 73% da sua população, dependendo de transferência de renda pública, sem nenhuma atividade econômica, com 14 milhões de hectares e só 5 mil destinados à agricultura, porque a agricultura e a atividade econômica foram criminalizadas na Amazônia e não se surpreendo se não forem também criminalizadas no Brasil inteiro. Você tem um país condenado, uma região condenada à pobreza, na região mais rica do mundo, a maior fronteira mineral do mundo, em cima dela a população mais pobre do mundo, com os piores indicadores de saneamento básico, de analfabetismo, de mortalidade infantil. Como é que isso é aceitável? Portanto, quando se aproxima essa conferência do clima que vai acontecer em Belém, nós temos que recuperar a nossa agenda do nosso embaixador Araujo Castro, defesa do meio ambiente com direito ao desenvolvimento. Porque não se discute mais a desigualdade, participei há uns 15 dias, em nome do prefeito de São Paulo, de uma conferência das metrópoles do G20, que eu dizia para os prefeitos dessas metrópoles, O problema do mundo é a desigualdade que está transformando as metrópoles do primeiro mundo em tudo que tem de parecido com as metrópoles do terceiro mundo, com violência, periferias empobrecidas. O problema grave do mundo é a desigualdade que ninguém discute, a desigualdade entre as pessoas, a desigualdade entre as cidades, a desigualdade entre os países. Por que qual é o ideal para os Estados Unidos? Estou dizendo de um documento que eles publicaram, que todas as fazendas do mundo fiquem lá e que todas as florestas do mundo fiquem aqui e que o Brasil se transforme num mercado de crédito de carbono e, quem sabe, amanhã também importando comida para os Estados Unidos. Que retire as nossas vacas, as nossas roças, o nosso milho, o nosso algodão, as nossas ovelhas, transforme tudo em crédito de carbono, que o país assim será melhor? Não, pessoal. Isso não. Isso é inaceitável. Mas é isso. Uma universidade da Suécia escreveu um documento. O mundo vai precisar de nove milhões de quilômetros quadrados de novas florestas para poder cumprir as metas estabelecidas pelas conferências do clima. E esse documento, publicado na revista Economist, diz o seguinte, onde vamos buscar essas florestas? Quantos quilômetros quadrados os fazendeiros americanos estão dispostos a fornecer de floresta, ou francês, ou alemão, ou da Índia, ou chinês? Nada. Aqui na Amazônia, cada proprietário rural renúncia 80% da sua área. São dois

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

terços do território brasileiro. 80% da sua área é destinada a ser indenização ao meio ambiente. Sabe por que foi essa rebelião na Europa dos agricultores europeus? Porque a União Europeia estabeleceu 4% de reserva legal para eles. Eles disseram, não, nem quatro, nem três, nem dois e nenhum. Aqui não vai ter nenhuma área de proprietário rural europeu, nem americano, nem canadense, nem sueco. Perguntei lá numa visita a ministra do meio ambiente da Suécia. Ministra, na Amazônia são 80% da área da propriedade cedida para o meio ambiente, que é aqui no seu país? Ela nem sabia o que era reserva legal. Ela disse, Ministro, isso só existe no direito brasileiro, aqui na Suécia nós não conhecemos. Então, senhores, já que nos aproximamos dessa conferência do clima e as cidades são as células vivas da sociedade, é no município que se produz, é no município que tem a atividade econômica. Então, que a nossa confederação nacional dos municípios se proponha também a liderar a agenda dos municípios para essa conferência que vai acontecer em Belém, no próximo ano, para que ela seja uma conferência que combine essas duas aspirações necessárias da humanidade e do Brasil, que é a proteção da natureza e o direito ao desenvolvimento. Nós não podemos, em nome da proteção da natureza, negar o direito ao desenvolvimento, e da mesma forma que não podemos, em nome do desenvolvimento, destruir a natureza. Mas são duas reivindicações justas, necessárias. Nós não podemos, porque o que está acontecendo com o crédito de carbono é que chegam numa fazenda, alugam ali, arrendam, uma empresa, pagando X e depois vai negociar esse crédito por cinco, seis, oito, dez X mais adiante. Uma atividade de especulação financeira absurda. É isso, sem fiscalização do Estado, sem controle, sem regulamentação nem nacional, nem internacional sobre isso. Então, é preciso que a agenda do clima, das mudanças climáticas, seja valorizada, seja abraçada pelo poder público, mas que ela seja combinada com a luta contra as desigualdades no mundo. Eu não sinto uma tragédia na Amazônia, que compararam aqui com a do Rio Grande do Sul. Vocês sabem do estado do Amazonas, um milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados. Qual a porcentagem do estado do Amazonas coberto de vegetação nativa? Noventa e cinco por cento, senhores. Roraima do mesmo jeito. Roraima tem disponível. Isso tudo está calculado num livro que eu acabei de publicar. Aliás, vou lançar hoje à noite em Brasília. Aqui. Vou terminar. Está certo? Tive menos tempo do que os outros. Convidando os senhores para o lançamento desse livro, onde está explicado um pouco o conflito que se estabelece entre desenvolvimento e meio ambiente. E nós temos que desmontar o conflito e fazer do desenvolvimento também uma forma de proteção do meio ambiente. Muito obrigado. Cerimonialista: Nós agradecemos as explanações do secretário Aldo Rebelo neste painel de grande importância sobre a mudança climática. Neste momento, queremos passar a palavra então ao presidente da Confederação Nacional de Municípios, que vai continuar os trabalhos deste painel, o senhor Paulo Ziulkoski. Paulo Ziulkoski: Bom dia novamente a todos, vamos aqui retomar um pouco a palavra, agradecer aos palestrantes que já se pronunciaram, nós estamos já com o tempo bem adiantado, o assunto é muito importante, vamos tentar ver o que é possível fazer até a meio-dia e 30, já são 20 para meio-dia. Depois nós temos a reforma tributária, temos assuntos muito importantes para discutir aqui. Então, eu queria... eu não sei por que eu tive que dar uma saída, mas retomar os trabalhos, como é que está encaminhado a situação aqui dos painéis? Chamar... não sei quem que está coordenando, a ministra Marina está chegando. Nós vamos tentar, então, primeiro. O Gilson pode esperar um pouco, Gilson? Cerimonialista: Presidente, eu somente convidaria a ministra do Meio Ambiente e mudanças climáticas, que está chegando, para subir ao palco. Peço a todos uma salva de palmas a presença da ministra Marina Silva, na nossa vigésima quinta marcha a Brasília em defesa dos municípios, neste momento em que discutimos a mudança climática e seus impactos no Brasil. Paulo Ziulkoski: Bom, seja bem-vinda, nossa ministra. Obrigado por nos acompanhar aqui. Logicamente que isso é um plenário diversificado, palestrantes também diversificados. Estamos ouvindo democraticamente todas as áreas para tentar encaminhar. Então, eu pediria agora mais da nossa área. A Joane está aqui à mesa. O deputado Gilson, que é o autor da nossa emenda, vai aguardar um pouquinho mais, eu pedia que a Joane viesse até aqui. Não sei se ela está ali para explicar um pouco da ideia da criação do consórcio. Eu não sei se... onde é que está a Joane? A Joane é uma das nossas técnicas. Dá uma explicada agora aqui para nós, para a ministra, para os companheiros que estão aqui à mesa conosco e para o plenário, a ideia da criação do consórcio. Um resumo para que tenham ideia do que a gente está tentando montar. Joane: Olá, bom dia a todos. Comprimento novamente ao presidente Paulo Ziulkoski, a nossa ministra do meio ambiente, Marina Silva e todos os presentes. Bem, como o presidente Paulo anunciou ontem na fala de abertura, a confederação nacional de municípios está com uma iniciativa para essa prevenção e enfrentamento das mudanças climáticas, que é a constituição de um consórcio nacional dos municípios para isso. E por que essa iniciativa da confederação? Todos vocês já sabem a confederação atua de maneira muito forte na representação política institucional defendendo todos os interesses dos municípios. Mas a confederação sendo uma associação de municípios tem uma limitação e tem uma limitação legal. Nós sabemos que a lei 14.341 que regulamenta as associações representativas de municípios, veda que essas entidades atuem na prestação de serviços para os seus associados. E nós já temos um instrumento jurídico submetido na Constituição Federal, regulamentado por lei federal. Então, tem uma base de segurança, um instrumento estável à disposição dos entes federativos, de todos eles, inclusive dos municípios, que são os consórcios públicos. A entidade vem há muito tempo trabalhando esse tema, possui área, desenvolvendo materiais, desenvolvendo treinamento para os municípios nesse tema, e vem se mostrado uma grande ferramenta possibilitando que os municípios implementem

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

políticas públicas lá na ponta. E esse é o objetivo. Então, como a associação de municípios não pode prestar serviços e nós temos visto que os enfrentamentos dos desastres provenientes das mudanças climáticas exigem ação, exigem ações concretas, efetivas, o consórcio passa, presidente, seria esse instrumento que a confederação dos municípios está organizando para apoiá-lo. Então, é bom a gente deixar claro, presidente, que a CNM e o consórcio são entidades distintas. O consórcio vai obviamente ser estruturado e apoiado pela CNM, mas ele é uma entidade que vai ter autonomia financeira, ele vai ter o seu prefeito presidente, ele vai ter toda a sua assembleia geral, como acontece com todos os consórcios públicos no Brasil. Portanto, esse lançamento, essa iniciativa, ela é muito relevante, ela é muito importante porque ela vai buscar ajudar os municípios de todo o Brasil em todos os seus contextos climáticos, em todos os seus biomas, em todas as suas questões a ter ações concretas. Nós sabemos, grande parte dos municípios, acredito que a área técnica vai trazer aqui os dados, daqueles que responderam pesquisa da CNM informando que não estão preparados para o enfrentamento das mudanças climáticas. Não possuem, grande parte deles, as suas defesas civis estruturadas. Não possuem uma série de planos, projetos, ações que são necessárias para começar a desenvolver, desde o planejamento até a execução. Então, o consórcio vai buscar apoiar concretamente e efetivamente nessas entregas por equipe especializada, que muitos municípios têm debilidade, seja por questão financeira ou técnica, de conseguir profissionais altamente qualificados em temas que são muito específicos. Portanto, nós deixamos o convite, nós temos aqui na saída da plenária à esquerda, temos um balcão ali coletando as assinaturas, para que os prefeitos e as prefeitas interessados nessa iniciativa, que estamos começando a construir, deixem lá o seu nome, o nome do seu município, o seu e-mail, o seu telefone, para que na sequência a gente possa contatá-los para trazer mais informações a respeito dessa iniciativa. Nós já temos aqui, se puder colocar, temos um QR Code que vai direcionar para um site ainda em construção, com as informações dos dados, porque participar, qual será o objetivo desse consórcio. Temos um documento preliminar construído, porque os senhores sabem que o consórcio inicia com protocolo de intenções. Então, os senhores poderão conhecer esse instrumento, esse documento, que lá na frente nós vamos fazer evidentemente eventos próprios para isso, para começar a coletar, aí sim, as assinaturas, o processo de ratificação, os senhores terão que levar essa iniciativa para o aval legislativo das câmaras dos municípios de vocês. Então, nós teremos aí um longo período a percorrer. Mas, de toda forma, eu já convido que os senhores acessem o site, conheçam o objetivo dessa iniciativa, deixem seus contatos com as nossas equipes para que, na sequência, nós possamos trazer aos senhores mais informações. Vamos estruturar, presidente, mais eventos para tratar especificamente disso, regionalmente, em cada estado, para conseguir trazer a informação clara e essa iniciativa possa, a partir do próximo ano, nesse ano, ainda ser construída junto com vocês, prefeitos e prefeitas. Agradeço. Paulo Ziulkoski: Bem, como a Joane deu uma breve colocação, é o seguinte, nós fizemos uma pesquisa interna da entidade onde constatamos que 2.500 municípios que responderam, apenas 2% têm alguma estrutura de defesa civil. Quando se fala de defesa civil é no sentido de enfrentamento das crises que se abatem ou por incêndio, ou por vendaval, ou seca, seja o que for lá, ou queimadas. Então, esses 2.500 municípios não têm estrutura e são municípios de médio e pequeno porte. E todos os dados que nós temos também levantados, já consolidados, que não são dados de pesquisa, é oficial, que está lá no Ministério da integração, lá no setor S2I, uma coisa assim, S2ID, está tudo lá dentro. O que nós buscamos está lá. Portanto, o governo federal tem, dos últimos, nós processamos, 11 anos para trás. Esses 11 anos a gente sabe onde é que o raio cai duas vezes. É na área da habitação, da enxurrada. Então, tem esses números tudo pronto. Então, o diagnóstico todo mundo já tem. Não é dizer assim, O município tem que mandar. Lógico que na hora do evento ele tem que ver o que deu, o que repercutiu naquilo ali. Mas tanto a União como os municípios e o Estado já sabem onde é que isso ocorre. Nesses 11 anos, por exemplo, eu falei ontem, foram 680 bilhões de prejuízo. O que houve do Orçamento da União colocada por vários governos? Eu não estou culpando o governo um ou outro, 3 bilhões de reais. Não tem sentido isso, o município perder tempo, viajar, fazer projeto e nada acontecer. Muitos prefeitos dizem para mim, eu não vou perder tempo mandando para o governo porque não vem nada, mas não estou culpando o governo atual, eu estou falando da estrutura federativa, porque aí vem nesses anos todos, lá em 1969 criaram um fundo com a finalidade de socorrer eventos climáticos, não tem um centavo até hoje no meio. Criaram outro fundo lá em 2012, em função do Rio, não tem nada no fundo até hoje, nem criaram, só prevê. Na hora do desastre todo mundo se arvora e visita e fazem todo aquele estresse. Depois passa tudo, como vai ser infelizmente no meu estado do Rio Grande do Sul. Lógico que lá é muito mais grave e vai ter ressonância pois os impactos na economia e nas finanças do país vai ser enorme. Vem setores acusar os municípios, dizer que não estão preparados, mas como que o município vai estar preparado? Tem que haver uma política nacional. tem que haver uma organização, um aprofundamento para o enfrentamento dos desastres, um planejamento mínimo e consequente. Outra coisa é prevenção. Esse consorcio que nós estamos lançando, o objetivo é o seguinte, ser uma ferramenta transparente e legal para que se faça toda uma articulação no enfrentamento das mudanças climáticas a partir da base que é o município, porque só se envolvem com discurso internacional, mas ações efetivas que é bom, nada! Nós temos que atuar concretamente, e concretamente é estar lá na base, que é o município. Muita conversa, muita lei, muita promessa e nada acontece lá. Repito, isso é a nossa história e que nós também somos participantes muito eventualmente dessa incapacidade nesse enfrentamento. Nós estamos aqui

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

reconhecendo isso. Então, esse consórcio vai funcionar na Entidade, nós estamos dando uma parte do orçamento considerável da Entidade, desde o espaço físico até a estrutura técnica para começar a operacionalizar. Logicamente que não é esse consórcio que vai lá no Vale do Taquari organizar, está aqui o prefeito que é de lá, que é de um consórcio também. Então, nós vamos estimular através de orientações, busca em rede, não tem como o município de Guaporé sozinho enfrentar uma crise, então tem que ter alguma coisa estruturada, tem que ter alguma coisa assim. Então, nós vamos ter que ver. Fazer pesquisa e buscar informações em cada região do país onde tiver pessoas participando, nós vamos buscar informações, consolidar informações e daqui a pouco até para adquirir eventualmente bens que possam ser úteis para a execução desse enfrentamento climático, porque aí você vai conseguir em escala, diminuir custo e tudo mais. Então, essa é uma ideia inicial e eu conclamo a todos os prefeitos que estão aqui, nós não estamos oficializando nada ainda, nós criamos um site, uma estrutura, os objetivos iniciais, lançamos a proposta toda, ele está dentro disso aí, vamos agora, sim, aprofundar e o prefeito que tiver interesse, o prefeito agora, venha aderir, mas até eu diria uma atitude política de manifestação de vontade de integrar, porque depois tem todo um processo de estruturação, tem que passar pelas Câmaras de vereadores, depois vai ter assembleia de rateio, se vai entrar com recursos, não vai, quanto vai entrar, é toda uma dinâmica que já tem quase 700 consórcios do Brasil. Então, nós vamos aprofundar e fazer tipo uma coordenação nacional. Então, mais uma vez eu peço que aqueles que estão aqui, outros prefeitos, possam se manifestar, porque se dez municípios aderirem, nós já temos condições formais de criar, pelo lançamento que fizemos, já esse consórcio. Esse consórcio vai ajudar, pela ótica dos municípios, a fazer esse enfrentamento junto com os Estados e a União. Então, essa é a proposta em síntese do consórcio. Tu queres agregar alguma coisa, Claudinha? Bem rápido? Claudia Lins: Como o presidente colocou sobre a questão da necessidade de infraestrutura nos municípios, a nossa pesquisa apontou que são 43% dos municípios hoje que ainda não possuem uma pessoa ou um setor responsável pelo monitoramento de áreas de risco, 57% que não possuem um sistema de alerta, seja ele móvel ou fixo. Então, a gente sabe da necessidade também dos municípios estarem preparados, independente da questão da necessidade de trazer recursos, que é a questão da PEC que o presidente mencionou, recursos para que os municípios consigam se estruturar, mas o consórcio é uma ferramenta que vai ser mais rápido para que isso aconteça. Então, a CNM não vai integrar o consórcio como a Joane colocou aqui, ela vai fazer essa coordenação. Então, é extremamente importante porque o que a gente recebe hoje de demanda dos municípios é, eu preciso do mapeamento das áreas de riscos, eu preciso, o novo PAC está dando como um critério de pontuação o plano municipal de redução de riscos, eu não tenho esse plano. Então, essa assessoria técnica, essa elaboração de projetos e de planos que a CNM não pode fazer por força da legislação, o consórcio pode. Então, a ideia é a gente, diante da certeza que os dados científicos apontam para o aumento da frequência e intensidade dos desastres, porque a nossa pesquisa revelou que são 94% dos municípios que já foram afetados pelo menos uma vez por algum desastre e a tendência que esse número cresça. É a urgência da gente preparar as cidades para se adaptarem ao desafio da emergência climática. Muito obrigada presidente. Paulo Ziulkoski: São apenas algumas informações que a gente está transmitindo aqui, é um início de trabalho. Ele vai ser muito longo, não tenha a expectativa de que no mês seguinte já está dando resultado. Não, vai ter que ser implantado, tem que obedecer à legislação toda, porque há pessoas, inclusive da iniciativa privada, querendo ajudar, mas sempre surge aquela dúvida. Mas vem cá esse dinheiro, vai para uma associação? Quem vai controlar esse dinheiro? Como é que é aplicado? Não, agora é uma estrutura formal prevista na Constituição, que já existe no Brasil desde 1995, quando criamos ainda lá atrás, no primeiro governo Lula, que é a estrutura do consórcio. O consórcio tem transparência, tem prestação de contas, tem fiscalização e tem eficiência e tem perenidade. Ou seja, é um supermunicípio lá que vai estar dentro daquele consórcio, naquela área. Trabalhar em rede, auxiliando um ao outro. Tudo questões mínimas, que nem agora, eu falei ontem aqui, Santa Catarina, que está aqui conosco, os municípios já espontaneamente foram lá e já fizeram lei, o Tribunal de Contas já aprovou, estão lá enviando máquinas, estão lá enviando alimentação, roupa, tudo mais, para ajudar aquele município que ele adotou. Cada um adotou um município. Nós temos que fazer isso também. Nós temos que preparar estruturas lá para enfrentamento na hora do evento. Mas não é isso que nós temos que fazer. Isso é angústia de hoje. O que esse consórcio vai querer fazer é prevenção. Porque até hoje no Brasil, quando olha o orçamento da União, não tem um centavo para prevenção. Há muita promessa na hora do evento. Muitas pessoas vão lá, autoridades, eu estou falando dos últimos anos, descem até, sujam os pés, anunciam bilhões ou milhões, depois a execução é pífia. Dos 680 bilhões, 3 milhões foram passados pelos governos. Então, agora nós constatamos, criar um fundo, criar uma reação, vem a lei. A lei é fácil de escrever. Brasília é fácil de escrever para uma televisão e rede anunciar tal coisa. Quem executa é nós lá na ponta. Tudo cai no município lá na ponta. Pode escrever com a comunidade. E hoje lá a catástrofe não foi maior, porque a comunidade e a prefeitura estão lá. E agora, por incrível que pareça, os municípios estão tendo dificuldade em ter apoio, porque a burocracia é tamanha que parece que o município ou o prefeito é desonesto. Me manda lá, eu vou te mandar tantos mil, eu não vou mandar porque está no cauc, porque não foi apreciada a prestação de contas de dez anos atrás... Ah, aí vem setores da imprensa aproveitar as manchetes e o povo e o município fica sem receber os recursos indispensáveis para o socorro da população e através da burocracia ainda os governos conseguem justificar sua inoperância e sua falta de

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330

0017960

planejamento e jogam a culpa nos prefeitos. É uma irresponsabilidade passar. Então, com a ideia de não passar o dinheiro, está lá essa hora os prefeitos do município sozinhos lá na ponta e a semana que vem terminou a marmita, a semana que vem terminou, passou a catástrofe. E onde é que ele bate esse cidadão? Ele bate lá no Piratini, aqui em Brasília, no Planalto? Ele bate lá na prefeitura. Como é que nós vamos reagir a tudo isso aí? Então, vamos nos organizar. E esse é o sentido de criar fundo sem dinheiro. Criar fundo sem fundo. Então, rapidamente, mas isso é uma coisa interna nossa. Agora, para não tomar tempo, que atrasou muito o nosso painel aqui, para poder, ao final, ouvir a nossa ministra, eu vou explicar que tem duas pessoas importantes, o doutor Wladmir e a própria Joane, que nos ajudaram na elaboração de um projeto de emenda constitucional. Aqui o deputado Gilson, que eu quero homenagear, é um deputado do Espírito Santo, foi presidente da AMUNES lá da Associação dos Municípios, é um ex-prefeito comprometido, é ele o subescritor dessa emenda constitucional que nós apresentamos na Câmara Federal e vamos incursionar profundamente. Por quê? Nós precisamos empurrar a União, empurrar os Estados para virem enfrentar essa questão, porque não adianta só escrever, nós temos que ter. E agora vamos explicar rapidamente a proposta, porque nós estamos contribuindo. A nossa proposta do fundo, que vai ser soberano, esse fundo seja de 3% do IPI do Imposto de Renda. Todo mundo sabe que 25% desses dois tributos são nossos. Então, nesses 3%, nós vamos ter um quarto do nosso dinheiro que estamos abrindo mão para a União. Nós vamos ter mais um quarto do FPE dos Estados abrindo para a União e uma parte e outra metade da União. E que nós queremos participar, porque senão faz a lei e deixa os municípios fora ou bota um município, ou bota um prefeito atrelado a uma política de governo e não de Estado. Então, isso nós vamos discutir forte, eu sei que vamos entender e acredito que vamos ajudar o Ministério do Meio Ambiente e a ministra Marina a tocar esse trabalho conosco, porque senão fica muita discussão. Então, rapidamente Wladimir explica o projeto agora da Emenda Constitucional, que o Gilson só complementa para nós podermos dar sequência. Cinco Minutos. Wladimir: Bom, é uma honra poder contribuir com a CNM, cumprimento à ministra Marina, é uma honra recebê-la aqui e, sob a liderança aqui do presidente Paulo, explicar o que é a proposta de PEC e já peço desculpas, porque vou ser muito sintético, porque a gente vai fazer o debate técnico em um momento mais adequado, tendo em vista até o tempo que transcorreu nesse painel. Mas a primeira coisa em ter noção é que essa questão da mudança climática é para valer. Nós vimos aqui vários efeitos e acho que é importante a gente ter uma noção de que isso pode piorar. Pode piorar. Quem garante que no ano que vem ou daqui a três ou quatro anos, podemos ter uma chuva semelhante que aconteceu esse ano no Rio Grande do Sul? Pode se repetir. Essa noção que a gente tem que ter claro, pode piorar e pode piorar no nosso município. Então, essa questão da mudança climática tem que mudar o patamar que está hoje e colocar no outro patamar. E a proposta da CNM é colocar no patamar mais elevado que é possível na institucionalidade brasileira, que é a Constituição. Vamos mexer na Constituição, nós estamos propondo mexer na Constituição, com grande apoio do deputado Gilson. Para quê? Para colocar essa questão da mudança climática na Constituição, dar um status mais elevado a esse tema, porque esse tema merece isso pelas consequências que já está causando e é principalmente pelas consequências que pode causar. Então, a proposta em síntese cria um conselho nacional de mudança climática que vai ter o mesmo status constitucional do Conselho Nacional de Defesa Nacional, que é previsto na Constituição, vai estar lá junto. No mesmo capítulo da Constituição que tem o Conselho Nacional de Defesa Nacional, vai ter o Conselho Nacional de Mudança Climática e o Conselho da República. É um conselho formado, como todos os conselhos da Constituição, pelo presidente da República, pelo presidente do Senado, pelo presidente da Câmara, por ministro de Estado e aí que vem a inovação por três governadores e por três representantes de municípios e por uma figura também criada pela PEC, que é a Autoridade Climática Nacional. Então, a gente reconhece no texto da Constituição e cria uma Autoridade Climática Nacional para saber quem é o responsável para poder dar conta dessa política pública tão importante. Outro aspecto fundamental, o presidente Paulo Ziulkoski já apresentou aqui, que é o Fundo Soberano, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, em que os municípios estão fazendo a sua parte, os Estados vão fazer a sua parte, a União vai fazer a sua parte e criar um recurso com um regime jurídico semelhante ao Fundo de Desenvolvimento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É no mesmo capítulo da Constituição que fala desses fundos, mas surgiu mais um fundo, esse fundo por causa de que precisa realmente dar um tratamento especial para essa questão, que é o Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima. E esse fundo vai ter um plano de aplicação de recursos aprovado pelo Conselho e a ideia é inovar. Não adianta a gente usar os instrumentos que já não funcionam e insistir com eles que se não vai produzir resultado. Fazer o que já fizemos, o que nós estamos fazendo e não produzir resultado, tem que mudar. E a proposta é mudar. Então, criar um regime novo de aplicação de recursos e temporariamente a primeira, como disposição transitória, colocar esses recursos sobre a gestão fiduciária do BNDES, porque tem se mostrado até aqui, a instituição que é mais eficaz na aplicação dos recursos, pelo menos os indicadores mostram até agora isso, é uma instituição que tem nos seus limites produzido resultados melhores do que a aplicação orçamentária tradicional, mas essas questões inclusivas têm que ser detalhadas, evidentemente, por uma lei complementar. Mas, na essência, o fundo já vai funcionar, já vai vincular recursos, já vai ter um conselho que já vai propor medidas, porque nós precisamos enfrentar essa questão, repito, para evitar que os problemas que já aconteceram e, por exemplo, para evitar que aconteçam situações que a gente tem dificuldade de enfrentar. A gente

Sede: SGAN 601 – Módulo N – Asa Norte – Brasília/DF – CEP 70830-010 – Tel.: (61) 2101-6000
Escritório Regional: Rua Marcílio Dias, 574 – Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS – CEP 90130-000 – Tel.: (51) 3232-3330